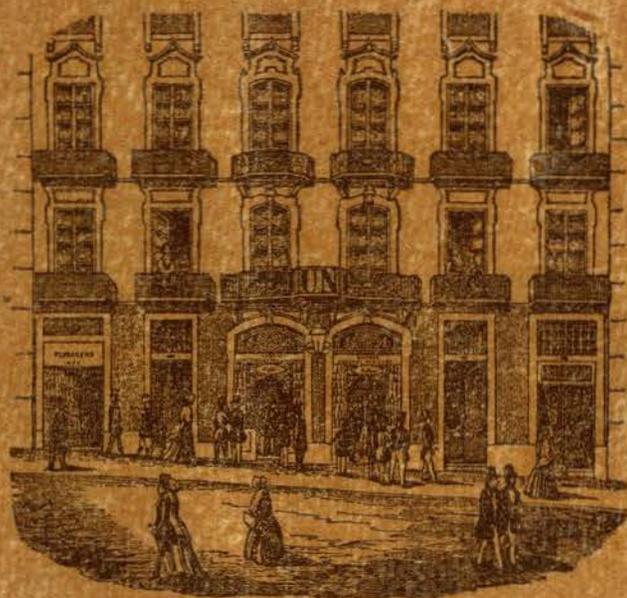


OLISIPO

BOLETIM
TRIMESTRAL

do

GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"



ANO XIX - N.º 74

ABRIL - 1956

Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO
CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26.106, de 23 de Novembro de 1935,
ao qual compete Fomentar a Indústria da Pesca do Bacalhau

Pense nos seus filhos...

e nos cuidados constantes que deve dispensar-lhes. E, se quere ter tempo livre para lhes vigiar a saúde, a educação e as distrações, facilite as suas actividades domésticas, utilizando o GAZCIDLA, moderno combustível que, além de económico, eficiente e higiénico, permite, pela sua simplicidade e rapidez de manejo, poupar tempo e preocupações.



GAZCIDLA

VENDAS A PRONTO E A PRESTAÇÕES DE CALORÍFEROS, FOGÕES
ESQUENTADORES, ETC. - EM TODAS AS AGÊNCIAS DO PAÍS

STUDIO TOM

Restaurante
TAVARES

O mais Antigo, Tradicional e
Luxuoso Restaurante de Lisboa

R. da Misericórdia, 35-39
Tel. 211 11/2 — LISBOA

Companhia de Seguros Fidelidade

Fundada em 1835

CAPITAL E RESERVAS:

Duzentos setenta e cinco milhões de escudos

LARGO DO CORPO SANTO, 13 — LISBOA

AINDA DURANTE
MUITOS ANOS SAIU
A NAU DA ÍNDIA,
JÁ AS VIDAS E OS
BENS, QUE ANDA-
VAM SOBRE O MAR
FICAVAM SEGUROS
NA

FIDELIDADE



Companhia de Diamantes de ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00



Pesquisa e extracção de diamantes
na
PROVÍNCIA DE ANGOLA
em regime de exclusivo



Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée



DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. Rolando Sucena de Sousa

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Silvio Guimarães

SOCIEDADE GERAL

DE

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES

CARREIRAS REGULARES

DE:	PARA:	PARTIDAS:
Metrópole.....	Cabo Verde e Guiné.....	Dias 10 e 25 de cada mês
Metrópole.....	S. Tomé e Príncipe e Angola.....	Mensais
Norte de Europa	S. Tomé e Príncipe, Matadi e Angola	De 21 em 21 dias
Anvers	Portugal	Quinzenais

SERVIÇOS PERMANENTES

Transporte de fosfatos do Norte de África e de pirites do Pomarão / Tramping
 Consignações / Trânsitos / Serviços de reboques fluviais e de alto mar
 Lanchas / Fragatas / Batelões.

FROTA PRINCIPAL

	TON.		TON.		TON.
n/m «África Ocidental»	1.560	n/m «António Carlos»	2.974	n/v «Costeiro»	900
n/m «Alcobaça»	9.588	n/m «Arroios»	9.558	n/m «Costeiro Terceiro»	1.426
n/v «Alcoutim»	10.526	n/m «Belas»	7.259	n/m «Covilhã»	1.376
n/m «Alenquer»	9.588	n/m «Borba»	7.259	n/v «Foca»	2.060
n/m «Alexandre Silva»	3.215	n/m «Braga»	7.224	n/m «Manuel Alfredo»	3.600
n/v «Alferrarede»	2.118	n/m «Bragança» ...	7.224	n/v «Maria Amélia» ...	3.005
n/m «Alfredo da Silva»	3.643	n/m «Cartaxo»	1.376	n/v «Mello»	6.253
n/m «Almeirim»	9.588	n/m «Colares»	1.376	n/m «Rita Maria»	3.458
n/m «Ambrizete»	9.245	n/m «Conceição Maria»	2.974	n/m «São Macário» ...	1.221
n/m «Ana Mafalda» ...	3.643	n/m «Coruche»	1.376	n/v «Saudades»	6.430
n/m «Andulo»	9.245			n/v «Zé Manel»	1.240

Total 151.558 Ton.

FROTA AUXILIAR

7 Rebocadores, 5 Lanchas a motor, 33 Batelões, 25 Fragatas, 1 Barca de água,
 1 Draga e 5 Batelões de dragadas.

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

4 navios de 800 T., com motores de 650 HP., para serviço costeiro;
 2 navios de 320 T., com motores de 500 HP., para transporte de carga e passageiros
 no serviço de cabotagem na Província de Cabo Verde.

CARGA E EXPEDIENTE

LISBOA – Rua do Comércio, 39 Telef. 2 63 14/5 Teleg. GERAL	PORTO – Rua Sá da Bandeira, 82 Telef. 2 73 63 Teleg. SABÕES
--	---

Esta é a companhia portuguesa que tem ao serviço mais navios construídos em Portugal, nos Estaleiros da Companhia União Fabril, no Barreiro e em Lisboa



SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA



L O T A R I A
E X T R A C Ç Õ E S
S E M A N A I S

PRÉMIOS MAIORES

1 0 0 0 C O N T O S

1 0 0 C O N T O S

5 0 C O N T O S

Os lucros líquidos revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e demais instituições de assistência pública, nos termos da legislação em vigor

FRANCISCO SOARES DA SILVA

Limitada

PASSAMANARIAS

DESDE

1 8 4 0



Travessa da Fábrica dos Pentes, 4 - A

L I S B O A

DUAS OBRAS

que se recomendam:

MATOS SEQUEIRA

«1147 — Reportagem retrospectiva da Conquista de Lisboa» 15\$00

J. J. GOMES DE BRITO

«Ruas de Lisboa», com prefácio de António Baião
3 volumes 90\$00

À V E N D A N A S L I V R A R I A S

LIVRARIA SÁ DA COSTA

Editora

Rua Garrett, 100 — LISBOA

CASA DA VELHA

J. MARQUES, LIMITADA

GRANDE SORTIDO

Em Fazendas de Algodão, Lã e Seda,
Casacos para Senhora e Criança, Fatos
à Marinheiro, Rouparia e Camisaria

ENXOVAIS PARA
BAPTIZADOS

151, 153 - Rua dos Fanqueiros - 155, 157

2 - Rua da Vitória - 4 • LISBOA



RETRATOS

FREIJOTA

AVENIDA DA LIBERDADE, 136-A
Telef. 24888

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

PHILIPS

AVENIDA DA LIBERDADE, 136-A
Telef. 24888

LUIS GODINHO, LDA.

Armazém de Cabos, Lonas, Alcatrão, Córrentes, Amarras e todos os aprestos
para navios e armações de pesca

Cordoaria de todas as Qualidades e grossuras

Avenida 24 de Julho, 1-F e 1-G — esquina da Travessa dos Remolares, 2 a 8

LISBOA / TEL. 2 10 01

Pedro d'Oliveira Telhado & C.^a

Rua dos Fanqueiros, 81-2.º

LISBOA

Telef. 2 59 31 · Teleg. KNOBLOK

Exportadores de Tecidos para as Colónias
Fornecedores das Entidades Oficiais

Companhia Nacional de Navegação

A MAIS ANTIGA E MAIOR
EMPRESA ARMADORA PORTUGUESA
DAS CARREIRAS DE ÁFRICA

Sede

Rua do Comércio, 85
LISBOA

Sucursal

Rua Infante D. Henrique, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Moçambique» ... 13.220 Ton.	«Índia» 11.400 Ton.	«S. Thomé» 12.550 Ton.
«Angola» 18.250 »	«Timor» 11.400 »	«Nacala» 5.130 »
«Quanza» 11.550 »	«Save» 2.680 »	«Tagus» 2.320 »
«Luabo» 3.030 »	«Sofala» 18.520 »	«Agachote» 1.950 »
«Zambézia» 3.538 »	«Moçâmedes» 12.990 »	<i>Em construção</i>
«Lúrio» 3.538 »	«Rovuma» 12.990 »	«Niassa» 10.000 Ton. D. W.

**AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS
E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO**



GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811

Telefs. 6 631 77/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

À alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 13 a 24

LISBOA

ALBANO DE SOUSA & BARBOSA, LDA.

LIVRARIA
PAPELARIA

Material Escolar / Equipamento para Escritório / Grande sortido em canetas e lapiseiras das melhores marcas / Assistência Técnica / Sortido sem paralelo em Álbuns para Fotografia

Visite a nossa casa (50 anos de existência)

INSTALAÇÃO PROVISÓRIA

Largo Martim Moniz - Pavilhão das Ourivesarias - Loja n.º 2 - LISBOA

Angelo G. Ramalheira

ENGENHEIRO CIVIL

Construções

Projectos de Estabilidade

Betão Armado

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. - Tel. 493 13

LISBOA

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º - Tel. 262 51

PORTO

PAPELARIA
CARLOS

CARLOS FERREIRA, LDA.

Rua do Ouro, 34, 38

Telef. 2 02 44

Teleg. PAPELCAR

LISBOA

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL
Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

B. Dias & Dias, Limitada

com Oficina de
Torneiro de Metais

•
INSTALAÇÕES PARA ÁGUA
GÁS E ELECTRICIDADE

•
COLOCAÇÃO DE BOMBAS
E CONsertos

• Retretes de luxo nacionais e estrangeiras. Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios e banheiras de esmalte e zinco e esquentadores a gasolina e para gás. Candeeiros para gás, electricidade, petróleo, gasolina e gás acetilente. Camisas e chaminés de todas as qualidades. Campainhas, telefones, trinco eléctrico, motores de electricidade. Vende a melhor lâmpada económica Philips de filamento metálico e Nitra. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria.

11-F, Rua Nova da Tindade, 11-F
LISBOA Telef. 2 26 48 •

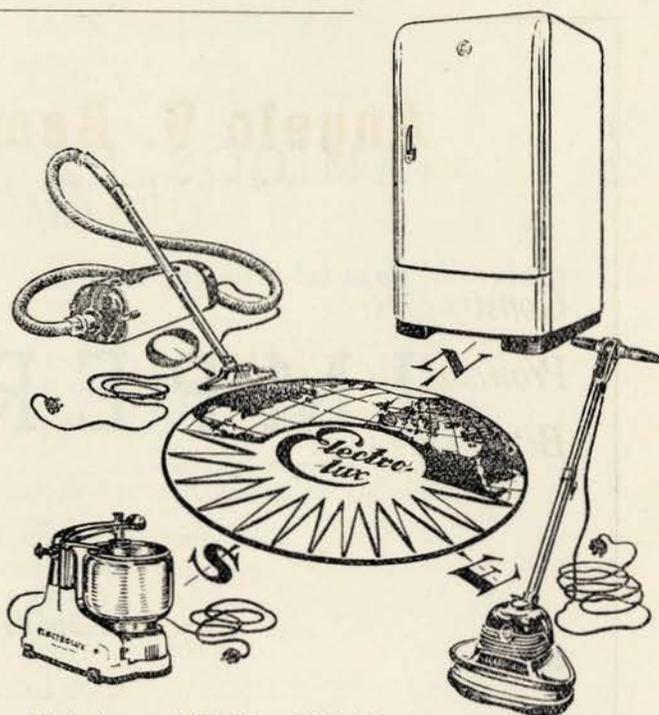
**Para qualquer lado
que se volte en-
contrará sempre
Um aparelho**

ELECTROLUX

•
ELECTROLUX, LDA.

LISBOA

Rua Pascoal de Melo, 7
R. 1.º de Dezembro, 210-B



Telefs. : 5 61 15 - 2 82 46

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas

para

Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 : Lisboa : Telef. 20744

OURIVESARIA DA GUIA

fundada em 1875

JOIAS - OURO

PRATA - RELÓGIOS

R. Martim Moniz, 2-10 - R. da Mouraria, 7-11 - Tel. 28336 - LISBOA

OS

« AMIGOS DE LISBOA »

preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma

COMPANHIA DE SEGUROS

que honra Lisboa

VISTA ALEGRE

P O R C E L A N A S

Largo do Chiado, 18

L I S B O A

M A I S D E

CEM ANOS

DE QUALIDADE

E BOM GOSTO

Oferta

27. JUL. 1956

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XIX

ABRIL DE 1956

NÚMERO 74

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 257 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita



SUMÁRIO

	Pág.
† DOUTOR CELESTINO DA COSTA	53
OS «AMIGOS DE LISBOA» E A SUA ORIGEM. Evocação de <i>Luís Pastor de Macedo</i> , Iniciador n.º 1 do Grupo e actual Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa	55
COMÉDIA DA FÉ O TRONO AFONSO EXALTA na Conquista de Lisboa Comentário de <i>Matos Sequeira</i>	57
O PRÍNCIPE D. CARLOS E A DEFESA DO PORTO DE LISBOA por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	60
OS JESUÍTAS, O ATENTADO E A EXECUÇÃO DE BELÉM por <i>Ernesto Soares</i>	77
DOCUMENTOS INÉDITOS colhidos nos apontamentos de um Cronista Franciscano por <i>Ferreira de Andrade</i>	82
O METROPOLITANO E AS «SETE COLINAS» OLISIPONENSES por <i>Luís Moita</i>	90

(Continua na página seguinte)

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

	Pág.
CELEBRAÇÕES DO 20.º ANIVERSÁRIO DO GRUPO	103
Reunião do Conselho Geral	103
Jantar de Confraternização	111
Exposições	117
Medalha de Ouro da Cidade	119
Casas Regionais	126
Vária	131
<i>Colóquios Olisiponenses</i>	131
<i>Missas</i>	131
<i>Emissora Nacional</i>	133
<i>O Marco do termo de Lisboa, em Massamá</i>	133
A Campanha dos Três Vintes	134
Sessão Solene de Encerramento	136
FEIRA DA LADRA	148
ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado	153
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA	157
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS	160
LIVROS, edições do Grupo e dos Sócios	

●

CAPA: Edifício da Primeira Sede do Grupo, no Chiado



Doutor Celestino da Costa

Outra grande figura da nossa campanha que, de súbito, nos é roubada. O eminente Prof. Dr. Celestino da Costa, que durante quinze anos exerceu com exemplar aprumo, dignidade e inteligência a presidência do nosso Grupo «Amigos de Lisboa»; o notável cientista cuja sabedoria e prestígio saíra das nossas fronteiras e tanto honrara o país, animador de todos os problemas em que tocava e que dava o seu entusiasmo e o seu talento às ideias que defendia, desapareceu daquele convívio que nos foi tão agradável e tão útil, pela soma de lições recebidas e pelo encanto próprio do seu espírito de companheiro e de chefe.

Da sua privança, cheia de bons conselhos e de sólidos critérios, herdámos todos — os da Junta Directiva — um benefício de recordações e de exemplos que o continuam na nossa companhia. Os «Amigos de Lisboa» perderam um dos seus grandes elementos de acção; mas a sua obra pessoal projecta-se sobre eles e envolve-os na mais carinhosa de todas as recordações.

Os “Amigos de Lisboa” e a sua origem

Evocação de LUÍS PASTOR DE MACEDO
Iniciador n.º 1 do Grupo e actual Vice-Presidente
da Câmara Municipal de Lisboa

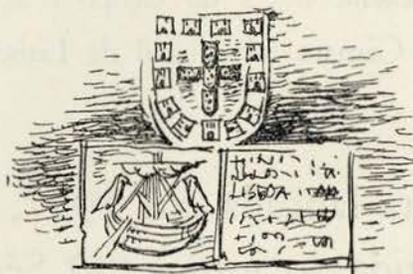
A IDEIA fôra lançada em 1917, salvo erro, em carta dirigida ao jornal “O Século” por dois lisboetas cujos nomes não retive na memória. Mais tarde Norberto de Araujo, com o seu entusiasmo e o seu jeito de evidenciar o pitoresco dos bairros populares e certas páginas da história da cidade, no nosso “Diário de Lisboa”, voltou à ideia e por ela se bateu com a persistência que as boas intenções e os altos propósitos requerem.

Passaram anos, os objectivos definiram-se e por fim deu-se o passo decisivo. Eramos 14 e hoje

somos cerca de 1400. Não temos, pelo visto, de arrepende-nos e ainda bem. Continuaremos, pois a servir Lisboa.

Dos 14 só restam 7.

Recordo com grande saudade os que partiram.



COMÉDIA

DA FÉ O TRONO AFONSO EXALTA

na Conquista de Lisboa

Obra dramática do Século XVIII escrita por Jayme Marcelino Pontes e representada na festa feita pelos romeiros de Nossa Senhora da Conceição da Olgeira (?).

Comentário de

MATOS SEQUEIRA

COMÉDIA famosa! Já o título dá que pensar. Nossa Senhora da Conceição da Olgeira, é invocação desconhecida. Olgeira é designação que não aparece nos dicionários corográficos. Tratar-se-á de Nossa Senhora da Conceição da Oliveira e será erro tipográfico o *Olgeira*? É uma hipótese aceitável. Seja como for a comédia foi representada pelos Romeiros há 206 anos.

Os interlocutores são os seguintes: — D. Afonso Henriques, Guilherme da Longa Espada, Martim Moniz, Abramem, alcaide de Lisboa, Amurates, Salgueiro, Cloriantea, Zelemira, Zorayda, soldados moiros e católicos e a Música que, por muito extraordinário que pareça, também fala. A peça divide-se em três actos (jornadas) e para a ler torna-se necessário um bocado bom de coragem. Os versos, em dois metros diferentes, enfileiram-se em duas colunas cerradas no folheto de cordel que vimos pela primeira vez, e para lhes apanhar o sentido exigem duas leituras pelo menos. Nós, porém, lemos na íntegra a peça de Jayme Marcelino Pontes, um comediógrafo imaginoso que põe o lendário Guilherme da Longa Espada, portador de uma caixa de tintas de óleo, a pintar o retrato de Zelemira adormecida num bosque nos subúrbios da moirisca Lixbuna. Nenhum recurso foi dispensado para

(1)
COMEDIA
 DA FE: O TRONO AFONSO EXALTA
 na Conquista de Lisboa.

Festa com que os devotos Romeiros de N. Senhora da Conceição da O-
 geira solemnizaõ a mesma Senhora no anno de 1750.

FOY ESCRITA POR

JAYME MARCELINO PONTES.

Pessoas,

<i>ElRey D. Affonso Henriques.</i>	<i>Amurates.</i>	<i>Zorayda.</i>
<i>Guilherme de longa espada.</i>	<i>Salgueiro Gracioso.</i>	<i>Soldados Moiros.</i>
<i>Martim Moniz.</i>	<i>Cloriantea.</i>	<i>Soldados Catholicos.</i>
<i>Abramen Alcaide de Lisboa.</i>	<i>Zelemira.</i>	<i>Musica.</i>

JORNADA PRIMEIRA,

*Aparece ElRey vestido de armas brancas em tenda de Campanha sentado junto a
 hum bofete donde terá hum Santo Crucifixo, e hum livro em que estará lendo. A'
 porta da barraca estará Moniz vestido de armas brancas, e Soldados de sentinella.*

Rey **E** Scolhe da clara linfa *lendo*
 cinco limpissimos jaspes
 David (ó numero excelso
 que prodigioso te fazes!)
 E com hum na destra funda *lendo*
 o inimigo petulante
 derriba, quando blasfemo
 de Deos ameaça os falanjes.
 Parece Christo adorado, *representa*
 que esta lição me pressuade
 entre esperanças felices
 do mayor triunfo os gajes!
 Com cinco pedras, tiradas
 da limpa torrente, o grande
 David, Soldado glorioso
 do vosso Exercito, abate
 o Felisteo inimigo
 que na barbara impiedade
 na colerica soberba,
 na corpolencia exacravel;
 monstro do inferno, compete

comfigo no ser gigante.
 A outro inimigo vosso
 o meu zelo, e Fé combate
 com cinco preciosas pedras
 que do sacro rio amavel
 do vosso Sagrado Corpo,
 por me enriquecer tirastes.
 Com cinco pedras preciosas;
 que em despojados altares
 liquida purpura, adoro
 como sem presso, diamantes.
 Vós nessa Cruz soberana
 á minha fina humildade,
 para estragar a soberba,
 de cinco Reys alarabes,
 no campo largo de Ourique,
 fostes ja servido dar-me,
 para este braço hum Reyno
 todo para vós fundasse,
 as cinco Sagradas Quinas
 das Chagas inefaveis,

A

que

os efeitos teatrais. São Tiago aparece ao moiro Amurates, Nossa Senhora surge também aos olhos da traidora Cloriantea. Zelemira, espécie de génio da guerra dos mulçumanos, é feita prisioneira quando vinha a envenenar as águas dos riachos do arrabalde. Salgueiro, que é o indispensável Gracioso da peça, disfarça-se em moiro por indústria de Martim Moniz, e este, para se purificar de uma «falta de disciplina», jura a si mesma dar a cidade ao Rey, cometendo a proeza de se atravessar na porta do Castelo. O entrecho forma-se sobre uma intriga amorosa, que inspira traições, sacrifícios e o mais que é costume. No fim, como é da praxe, há 3 casamentos, de que D. Afonso Henriques é padrinho (?), depois da conversão à fé católica de Amurates, de Zelemira e Cloriantea e de Zorayda. O primeiro casa com Cloriantea, que é filha do Alcaide moiro, Zelemira com Guilherme da Longa Espada e Zorayda, como mandam os canones dos velhos entremezes, com o gracioso Salgueiro que por sinal não tem graça nenhuma.

Tal é a obra dramática que possivelmente se teria representado no adro da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, junto com S. Julião de Lisboa, por cima do chafariz da Rua Nova dos Ferros. E perdoemos a Jayme Marcelino Pontes os erros de cronologia que a atafulham desde os tiros de canhão à caixa de tintas de Guilherme da Longa Espada.



O Príncipe Real D. Carlos

e a

Defesa do Porto de Lisboa

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Do alastramento para Poente de uma certa massa populacional, mal contida e mal acomodada nos limites estreitos do recinto da cerca moura, e impulsionada, portanto, por necessidades prementes de expansão, resultou formar-se ao longo da margem do Tejo, um aglomerado que prontamente se desenvolveu assumindo características mercantis bem definidas. Esta circunstância concorreu para que se verificassem com frequência assaltos de piratas de consequências sempre desastrosas. Para obstar a tão graves inconvenientes decidiu o rei D. Diniz que se erguesse uma muralha, apoiada à esquerda na fortificação antiga e à direita próximo do monte de S. Francisco pondo, desta forma, a coberto pelo lado do rio a zona indefesa da cidade. Para tanto entrou em negociações com as autoridades de Lisboa e daquelas resultou ter sido contratado — em 4 de Junho de 1294 — que a construção do muro corresse, uma parte a expensas do soberano e outra por conta da cidade. Só a primeira se tornou, de facto, uma realidade; a segunda, ao que parece, ou não chegou a ser levantada ou foi só numa reduzida extensão.

Esta foi a primeira providência tentada para a defesa da cidade contra inimigos vindos do mar, e cujo acesso ao Tejo nada dificultava.

Mais tarde, em 1373, el-rei D. Fernando fez construir a cerca nova. Este sistema de defesa que envolvia as zonas da cidade que tinham extravasado da velha cerca moura defendendo-as, não só do perigo vindo do mar, como também do de um possível cerco, não impedia, porém, que o acesso ao porto se continuasse a fazer com a facilidade anterior.

Bastantes anos depois e já no reinado de D. João II — essa grande figura de governante ainda hoje tão mal compreendido por alguns e

que aos seus sentimentos pessoais por vezes antepôs a suprema razão de Estado — é que foi encarada, fazendo certamente parte de um largo plano de defesa nacional, a necessidade de adoptar medidas no sentido de neutralizar audaciosas investidas contra o porto de Lisboa, alvo de apetites estranhos provocados pelo aumento em ritmo crescente, do volume do seu tráfego.

Foi, então, decidido — estava-se em 1490 — o levantamento de duas fortificações situadas uma fronteira à outra, no ponto em que a jusante da capital o álveo do rio se apresentava mais estreito. Uma, que o rei ainda viu terminada — a então chamada «torre e baluarte da Caparica», depois «torre de S. Sebastião da Caparica» e ainda «Torre Velha» — assentava na margem esquerda a uns escassos centos de metros de Porto Brandão. A outra, a Torre de S. Vicente de Belém, jóia preciosa de arquitectura militar e cuja construção só no reinado seguinte teve início, foi fundada sobre uma laje rochosa, a pouca distância da praia, e entre ela e a terra existia um canal que dava passagem a embarcações de certo porte. Dispôs, ainda, D. João II que «a sua nau grande que foi a maior e mais armada que se nunca viu» fundeasse a meio do Tejo cooperando, desta forma, na sua defesa.

Reinava D. João III quando, em 1556, foi ordenada a construção de S. Julião da Barra, ou de S. Gião como durante muito tempo foi conhecida. Implantada sobre rochedos no lado Norte da foz do Tejo, modesta era a sua fábrica e restrita a missão que lhe foi assinalada. Com a transformação de Lisboa num opulento mercado comercial haviam crescido as emulações e as cobiças alheias. Corsários de vários países infestavam as nossas águas chegando a atacar, quase na boca da barra, as caravelas e os galeões que demandavam o porto. Outros, mais atrevidos, levavam a ousadia ao ponto de se infiltrarem no rio atacando e assaltando as povoações marginais até próximo do alcance das torres de Belém e da Caparica. Urgia dificultar o acesso da barra, mais com o fim de obstar àqueles males do que para constituir uma defesa contra inimigos de tomo. Assim, e por isso, surgiu S. Julião. Qual o traçado deste núcleo e de como foi armado parece não haver notícias.

Reconhecida, anos andados, era regente o cardeal-infante D. Henrique por menoridade do rei D. Sebastião, a importância estratégica da posição, e portanto a conveniência de a dotar com uma obra mais eficiente, foi resolvido o levantamento de um mais amplo e forte sistema fortificado.

Durante o curto período em que decorreu o vacilante reinado de D. Henrique, concluíram-se as obras de modo que, ao chegar o ano fatídico de 1580, já S. Julião se encontrava convenientemente aprestada. O valor desta praça, conjugado com o dos galeões fundeados no Tejo e com a fortificação da Cabeça Seca, muito embora tenha pesado, de forma sensível, nos planos do duque de Alba para a marcha

sobre Lisboa, não obstou — a traição meteu-se de permeio — que tudo ruisse. E a usurpação castelhana foi uma triste realidade.

Não deixaram, Filipe II de Espanha e os seus sucessores, de cuidar, em várias emergências, da defesa da barra do Tejo e do porto de Lisboa. Reparadas, armadas e guarnecidas as obras que já existiam — o castelo de S. Jorge e as torres e fortes que defendiam as margens — outras foram erguidas como o baluarte do Terreiro do Paço, a plataforma na Boa Vista e vários lanços de cortinas e trincheiras.

A 1 de Dezembro de 1640 deu-se o milagre de fé patriótica. Portugal retomou os seus destinos, e logo a 15, pelo meio dia, teve lugar a cerimónia da aclamação de D. João IV, a quem, ao descer as escadarias do Paço da Ribeira para se dirigir ao Terreiro, devia pesar sobre os ombros, como se de chumbo fosse feita, a «opa roçagante de brocado, forrada de tela branca, lavrada de ramos de ouro e prata». E isso porque, se tudo até então havia sido simples e relativamente fácil, para lá do entusiasmo do povo e da sumptuosidade das decorações, do luzimento das cerimónias e do estrondear da artilharia a que se juntavam as notas vibrantes e marciais de charamelas e trombetas; para além da alegria geral e da sua própria satisfação, o Rei via e sentia, certamente preocupado mas de espírito animoso, que imensa tarefa se lhe deparava. É que as circunstâncias não podiam ser mais críticas dada a decadente situação a que o país fora conduzido pelo domínio castelhano.

Urgia organizar um exército, mas faltavam os comandos e, até mesmo soldados e cavalos. Vazios arsenais e paíóis. Quase em ruínas e mal armadas praças e fortalezas. Em mau estado os poucos galeões que restavam. Exaustos os cofres.

De quase tudo se carecia e o perigo iminente e considerável da reacção de Castela, que de resto se situava na lógica dos acontecimentos, impunha decisões drásticas, urgência na mobilização de recursos

A nosso favor militou o facto de o governo de Filipe IV, a braços com outras guerras e uma sublevação no seu próprio território, não ter tido possibilidades imediatas de movimentar grandes forças nem de dispor dos seus melhores chefes militares. De tal situação soube D. João IV, com sábia serenidade, tirar o melhor partido iniciando, tão rapidamente quanto possível, os necessários apercebimentos para a guerra e desenvolvendo, paralelamente, uma criteriosa acção diplomática junto daqueles países que o poderiam auxiliar ou, pelo menos, facilitar os movimentos.

Do conjunto das medidas então tomadas resultou erguida uma estruturação que a emergência impunha como fundamental.

Escolhidos e nomeados os governadores das armas para as diferentes províncias e os mestres de campo dos terços que, dentro das possibilidades, se iam organizando; obtidos, por decisão das Cortes

reunidas em 28 de Janeiro de 1641, os indispensáveis meios financeiros, foi possível criar-se um regime de nação armada, cujas vantagens os acontecimentos subsequentes puseram em evidência.

A defesa naval não foi descuidada, activando-se o aparelhamento e armamento da frota que foi possível reunir, e medidas de valorização dos castelos e fortalezas, então existentes, não deixaram de ser postas em execução.

Tais elementos, a que se adicionaram valiosas doações para prover à necessidade sempre premente de dinheiro — gesto a que o próprio monarca se associou dispondo de uma parte considerável dos bens e rendimentos da sua casa — e, ainda, a patriótica dedicação com que todos se empenharam na defesa do país, permitiram que em prazo relativamente breve as fronteiras se achassem precauteladas contra qualquer possível golpe-de-mão.

No entanto, foi o Alentejo, como era lógico, a província que mais cuidados mereceu, por ser ali que o inimigo, certamente, desenvolveria o esforço principal consideradas as facilidades que lhe proporcionava a configuração do terreno e a justificável intenção de se aproveitar, com a prévia redução das praças raianas, de penetrantes que lhe permitissem alcançar Abrantes ou outro ponto mais a jusante, com o objectivo final de atingir Lisboa. Um avanço por Évora-Alcácer do Sal, visando a península de Setúbal, era, igualmente, de admitir. A hipótese da realização desta última manobra — semelhante à levada a efeito em 1580 pelo duque de Alba e tentada em 1663 por D. João de Áustria — decerto não seria a que menos preocupava o espírito de D. João IV e o dos seus mais próximos conselheiros militares.

Tais possibilidades conjugadas com a dos castelhanos poderem vir a tentar, simultaneamente com qualquer daquelas manobras ou até mesmo isoladamente, desembarques em certos pontos da orla marítima, de onde a marcha sobre Lisboa se apresentasse com maiores condições de êxito, impunham a adopção de meios que, tanto quanto possível, colocassem a capital em estado de segurança contra as modalidades de ataque consideradas, incluindo mesmo uma possível tentativa de forçamento da barra do Tejo.

Concentrados os primeiros esforços na reedificação e ampliação das Torres de S. Julião e de S. Lourenço, logo se seguiu o guarnecimento da margem Norte do Tejo, desde o flanco esquerdo daquela primeira fortaleza até às proximidades de Alcântara, com uma série de obras construídas sobre a direcção do Conde de Cantanhede, D. António Luís de Menezes. Este, em data de 1 de Novembro de 1649 informava o rei de que:

«Três surgidouros há de S. Gião até Belém, um em Paço d'Arcos, outro em Santa Catarina e outro em S. José. No de Paço d'Arcos deixou feito D. José de Menezes, que Deus tem, uma bateria que tem oito peças de artilharia, e eu fiz outra num posto mais para cá a que chamam o Guincho em que pus quatro. No de Santa Catarina fiz duas baterias, uma na ponte de Laveiras, que tem seis peças

de artilharia, e outra na Boa Viagem que tem quatro. E entre estas duas baterias fica um posto que chamam Caxias, onde se está fazendo uma trincheira com camisa de pedra e cal, e no meio dela fica uma esplanada com quatro canhoes, para se pôr artilharia, que se lhe porá tanto que se acabar. No surgidouro de S. José, que vem a ser o de Belém, a que chamam o mar novo há-de haver duas baterias, uma na Cruz Quebrada que se acabará brevemente e outra cuja obra se arrematou há mui poucos dias em mui acomodados preços e se há-de começar a 15 deste mês. A que fica junto ao mosteiro de S. José esta há-de ter oito peças de artilharia que estão já prontas para se lhe porem, como estiver feita, e quatro estão também prontas para se porem na Cruz Quebrada. Esta bateria de S. José se dá a mão com a Torre de Belém e assim este surgidouro como os de Paço d'Arcos e Santa Catarina ficam bastantemente defendidos por que não só têm baterias de artilharia mas vão-se-lhe fazendo trincheiras para a mosqueteria. De maneira que diz: de S. José até ao Cabeço dos Sete Ovos, que são cinco para seis léguas de marinha se acha tudo fortificado e com artilharia...»

Em 1650, foi decidido o levantamento de uma linha fortificada destinada à defesa terrestre da capital e de uma outra ao longo da margem e entre os extremos daquela: Alcântara e Cruz da Pedra.

Este plano não chegou a obter, como é por demais sabido, completa realização, mas no reinado de D. Pedro II, como antes durante a sua regência, algumas obras se foram levando por diante.

A circunstância de el-Rei D. João V ter sido, ao que se diz, pouco propenso às coisas da milícia, aliada à paz, uma vez terminada a guerra da Sucessão, com que decorreu o seu reinado, muito contribuíram para que a defesa nacional não tivesse recebido a atenção que merecia e, assim, é que as fortificações de Lisboa chegaram, por força do abandono a que foram votadas, a um crítico estado de conservação, nalgumas bem vizinho da completa ruína.

Sebastião José de Carvalho e Melo, que no início da sua acção governativa havia mandado pôr em execução algumas providências tendentes a melhorar as nossas condições de defesa, era também, como parece certo, pouco afeiçoado aos assuntos militares e, de certo modo, adverso à ostentação de força nas suas relações com outras potências. Por isso, e a despeito daquelas medidas, a verdade é que, nos fins de 1761, já quando se divisavam os iniludíveis sintomas de tormenta próxima, era ainda lastimosa a nossa situação: as fortificações quase inermes e carentes de guarnições adestradas.

Não temos, por enquanto, conhecimento exacto do que em matéria de obras no sistema defensivo de Lisboa — próximo e avançado — se tenha levado a efeito durante a proximidade imediatamente anterior à campanha de 1762 ou no decorrer desta. Sabemos apenas, que, a conselho do Conde de Lippe, foram construídas três baterias entre o Guincho e S. Braz de Sanchete, e uma outra a nascente da Torre de S. Julião da Barra, e para apoiar esta, que recebeu o nome de «Nossa Senhora das Mercês» mas que também foi chamada do «Catalazete».

Após a campanha de 1762 seguiu-se, no nosso país, um novo e longo período de paz, durante o decorrer do qual voltou a afrouxar

o interesse pelos assuntos que se prendiam com a nossa segurança. A partir de 1789, já sob o reinado de D. Maria I e quando os acontecimentos em França faziam entrever que nova borrasca atingiria a Nação, voltou a defesa marítima de Lisboa a merecer os cuidados dos poderes públicos. Faziam trovões, invocámos Santa Bárbara... Era, então, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho. Apesar de tudo, e além de trabalhos de reparação em algumas das fortificações já existentes e do início da construção do forte do Bom Sucesso, não foi vultosa a obra levada a efeito.

O Século XIX trouxe-nos a guerra peninsular. Não interessa aqui referir, sobre a matéria de que estamos tratando o que em Lisboa mandou fazer Junot. Tratava-se da sua defesa, não da nossa.

Em 1809, garantida, pela esquadra britânica a defesa marítima da capital, convergem as atenções para a sua defesa terrestre. E, assim, o marechal de campo José de Morais Antas Machado faz iniciar a construção de um sistema fortificado, seguindo o traçado da linha projectada no reinado de el-Rei D. João IV e aproveitando algumas das obras ainda existentes. Levantam-se também as baterias de Sacavém com o fim de impedir o passo do rio do mesmo nome.

Mais tarde, Wellington e Beresford não concordam com tais trabalhos e não lhes dão continuidade. No fundo pouco lhes deveria interessar a defesa a todo o custo da capital, se as linhas de Torres viessem a ser rotas e ultrapassadas pelo inimigo. Muito mais lhes interessava garantir o reembarque das tropas inglesas se a sorte das armas lhes fosse adversa. Um forte campo entrincheirado, com o flanco esquerdo no forte do Junqueiro (Carcavelos), o direito, no de S. João das Maias e o ponto intermédio situado próximo de Oeiras, garantia a cobertura das praias adjacentes a S. Julião da Barra por onde o reembarque estava previsto.

A partir de 1820 segue-se uma série de acontecimentos que se prolonga quase até ao meio do século. Não interessa, para o nosso caso, referir o que então se fez em matéria de defesa da capital. O inimigo não era estrangeiro.

Prossigamos.

*
* *
*

Reinava el-Rei D. Pedro V quando, em Outubro de 1859, por determinação do ministro da guerra — Duque da Terceira — o comandante geral do corpo de engenheiros, marechal de campo José Feliciano da Silva e Costa — nascido em Lisboa — nomeava três comissões de oficiais a quem cometeu o encargo de proceder ao estudo das obras de fortificação que conviria construir para a defesa da capital do reino, devendo para tal orientarem-se por umas directivas, por ele elaboradas,

e que não é exagero classificar de notável plano estratégico. Digamos entre parêntesis, que as linhas que cobriram Lisboa em 1833, e que seguiam muito de perto o traçado da cintura defensiva planeada no



*Sua Majestade El-Rei D. Pedro V
em cujo reinado tiveram início os estudos para a
defesa de Lisboa*

reinado de el-Rei D. João IV e o da linha de 1809, foram levantadas sob a direcção daquele engenheiro.

Seis anos passados, portanto em 1865 e sendo ministro da guerra o marquês de Sá da Bandeira, foi nomeada uma outra comissão, da

qual faziam parte os presidentes das três comissões anteriores, que recebeu a incumbência de propôr os meios que houvesse como mais adequados para prover à defesa de Lisboa e principalmente do seu ancoradouro.

Um ano depois, uma nova comissão, esta presidida por Sá da Bandeira — era ministro Fontes Pereira de Melo — recebe o encargo de proceder à elaboração do plano defensivo da capital afim de que, logo que o parlamento votasse as necessárias verbas, a sua construção fosse iniciada.

Em 1868, Sá da Bandeira volta à gerência da pasta da guerra e nomeia mais uma comissão, esta agora com o fim de fixar e escolher o material conveniente para o armamento das fortificações existentes nas duas margens do Tejo, tendo em vista o seu aproveitamento na defesa do porto de Lisboa.

Pela carta régia de 20 de Março de 1873 é nomeado o marquês de Sá da Bandeira — o ministro era outra vez Fontes Pereira de Melo — director-geral das fortificações da capital, cargo este extinto logo após o seu falecimento em 1876. Assume, então, a direcção exclusiva de todos os trabalhos o major de engenharia Caetano Pereira Sanches de Castro.

Não é possível negar, ao general Silva e Costa, a parte importantíssima que representou a sua ingerência na procura de solução para tão complexo problema como, por outro lado, é da mais elementar justiça reconhecer que ao marquês de Sá da Bandeira se ficaram devendo, como consequência da campanha perseverante que desenvolveu — nas cadeiras do poder como ministro da guerra, na câmara dos pares do reino onde tinha assento, na imprensa e pelo livro e, finalmente, como presidente de uma das comissões de estudo e director-geral das fortificações — as medidas que, equacionando o problema, são de considerar como ponto de partida para a elaboração dos primeiros planos de fortificação permanente da capital após a guerra peninsular. Note-se, porém, que as concepções deste general diferiram sempre consideravelmente das ideias defendidas pelas diferentes comissões de estudo, o que é fácil depreender não só da conhecida memória que escreveu em 1866, como ainda dos decretos e portarias por ele expedidos quando ministro. E, pode até dizer-se que, entre tantos, foi ele o único propugnador do aproveitamento das linhas de 1833 para constituírem a defesa próxima de Lisboa.

Justo é, também, sublinhar que Sanches de Castro em muito contribuiu para que se fizesse luz sobre tão importante assunto, sobre o qual incidiam as mais descontraídas opiniões e que haviam gerado, até, um estado de coisas vizinho da confusão. Joeirando de entre os planos já elaborados o que, nuns e noutros, havia de verdadeiramente aproveitável, constituiu um corpo de doutrina que veio a servir de base a todos os subsequentes trabalhos.

Havia pretendido Sá da Bandeira, e neste sentido foram orientados

todos os estudos durante a sua gerência, organizar a defesa terrestre de Lisboa pela construção de duas linhas fortificadas em cujo traçado seriam aproveitadas, em grande parte, as fortificações levantadas em 1833, tendo como posição central comum a Serra de Monsanto. Este



Lith de Maurin.

Marquês de Sá da Bandeira

ponto era por ele reputado como a verdadeira cidadela de Lisboa e ali foi, por isso, determinada a construção de um dos polígonos previstos.

Ao assumir a direcção dos trabalhos, presidindo a outra comissão, Sanches de Castro prontamente reconheceu que o plano do seu ante-

cessor de forma alguma podia satisfazer ao fim que se tinha em vista, tornando-se indispensável afastar as linhas defensivas do centro da cidade. Considerada esta circunstância e fixados alguns princípios, assentou-se que a defesa de Lisboa deveria compreender: um sector Norte formado por linhas sucessivas que partindo das posições de Rio Maior, Óbidos e Peniche viessem a apoiar os seus flancos no Tejo e no Oceano; um sector Sul defendido de forma a assegurar a posse da margem esquerda do Tejo e, finalmente, a defesa do porto devidamente organizada.

Tal era, resumidamente exposto, o plano concebido por Sanches de Castro. Incumbidas diversas brigadas de oficiais de procederem aos reconhecimentos e ao estudo pormenorizado da organização das posições escolhidas, eram, ao mesmo tempo, mandados elaborar os projectos de algumas obras integradas naquele plano e activar a construção de outras já projectadas: a bateria do Bom Sucesso, os redutos do Alto do Duque e do Monte Sintra, a bateria de S. Julião da Barra, o forte de Caxias e o reduto de Monsanto com as baterias anexas, cujo papel ficava reduzido ao de constituir um reforço à rectaguarda do ponto mais fraco do recinto de segurança.

*
* *

Estamos em 1887. Vinte e oito anos haviam decorrido desde que fora nomeada a primeira comissão encarregada de estudar a defesa de Lisboa e do seu porto. Outras se lhe seguiram, como já vimos. Muitos planos foram elaborados, larga discussão se travou, mas o pouco que até então havia sido construído ou estava em construção, já tinha sido ultrapassado pela profunda transformação que ia sofrendo o material de artilharia, quer sob o ponto de vista do alcance, quer da precisão, eficácia e rapidez do tiro.

Por diploma régio é nomeado para presidir a uma sub-comissão especialmente incumbida de estudar a «Organização da defesa do porto de Lisboa, na sua zona interior e parte exterior adjacente à barra do rio Tejo», o então Príncipe Real D. Carlos, Duque de Bragança e tenente-coronel de cavalaria. Toma posse em 14 de Novembro do referido ano e são designados como seus colaboradores oficiais de reconhecida competência: major de engenharia António Augusto Duval Teles, capitães da mesma arma Carlos Roma Barbosa du Bocage e Almeida Soeiro de Gamboa; de artilharia José Silvestre de Andrade e Joaquim Lobo de Ávila da Graça; tenente de engenharia Teófilo José da Trindade e alferes da mesma arma Carlos Roma Machado de Faria e Maia.

Quanto a nós a escolha do Príncipe, para presidir à citada sub-comissão, não obedeceu apenas ao propósito de lhe proporcionar uma

ocupação que o pusesse em íntimo contacto com um dos sectores do exército de que viria a ser, pela ordem natural das coisas, o chefe supremo. Outra circunstância deveria ter operado para que tal nomeação tivesse lugar e essa de carácter, digamos, político. Pretendia-se, talvez, que o Príncipe, dada a sua hierarquia, conseguisse, como de facto veio a conseguir, que para o problema em causa fosse encontrada uma solução definitiva conciliada com os meios financeiros de que se julgava poder dispôr. Provaram os factos que a escolha fora acertada mau grado algumas reacções que, embora ligeiras, não deixaram de se manifestar.

D. Carlos, que agiu com tacto apesar de relativamente novo, não era, tal como um outro príncipe da sua casa o malgrado D. Teodósio, um leigo na matéria. Na verdade havia-a já estudado em conjunto com Duval Teles e, através, de uma viagem feita ao estrangeiro, colhera proveitosos ensinamentos visitando fábricas de armamento pesado e familiarizando-se com o emprego das cúpulas blindadas, ao tempo muito em voga.

Até nestas coisas de guerrear tem havido modas... Mas, a verdade é que tais cúpulas blindadas eram bem mais simpáticas do que os actuais armamentos atómicos, teleguiados e... o mais que está para vir.

A sub-comissão lançou-se ao trabalho com afinco e entusiasmo, percorrendo demoradamente e em sucessivas visitas as principais posições das duas margens do Tejo e deslocando-se, ainda, até fora da barra com o fim de reconhecer todas as suas entradas, considerar a amplitude para bater os canais de acesso, sondar estes, etc. Em todos estes trabalhos tomou sempre parte activa o Príncipe D. Carlos que cedia até as suas equipagens para as deslocações em terra firme e o primeiro iate «D. Amélia» para as viagens no rio e fora dele.

E, a propósito dos trabalhos de campo, cabe aqui referir uma saborosa anedota. Sempre que os pobres da outra banda tinham conhecimento de que a comissão andava por ali, mobilizavam-se todos com rapidez e ocupavam tais posições estratégicas que o Príncipe os ia encontrando no seu trajecto. Condoído com o aspecto da maioria deles ia dizendo para o seu ajudante e principal colaborador, Duval Teles: — «Ó Teles dá alguma coisa a essa pobre gente». O pior é que, às vezes, as esmolas eram tão amiudadas que o major Teles esgotava os fundos de que era portador. Recorria, então, aos suprimentos dos seus camaradas. Mas..., dizem as más línguas, a administração da Casa Real levava sempre meses para liquidar tais empréstimos...

Quando não havia trabalhos no campo ou no rio, a comissão reunia diàriamente, das 2 às 5 horas, no gabinete do seu presidente no paço de Belém.

Entretanto D. Carlos escrevia o seu primeiro livro. Raridade bibliográfica, dada a sua pequena tiragem e o âmbito restrito em que circulou — não conseguimos até agora encontrar um exemplar em

qualquer biblioteca militar —, intitulava-se *A defesa do porto de Lisboa e a nossa marinha de guerra*. Nele era tratado, com manifesto conhecimento do assunto, o papel que caberia à marinha de guerra na defesa do porto de Lisboa, da das suas posições terrestres e da linha de torpedos. Mereceram as conclusões, que apresentava, aplauso unânime não só da sub-comissão, como também, mais tarde, da grande comissão.

Levantado, pelo ministério da guerra, o problema do artilhamento em cúpula da Torre do Bugio, é encarregado de ir ao estrangeiro o capitão Roma do Bocage. Carteia-se o Príncipe com ele e dele recebe com frequência longos relatórios em que dá conta de tudo quanto vai vendo e fazendo. Possuímos — por amável cedência de um próximo parente do capitão Roma do Bocage, o nosso querido amigo e ilustre major de artilharia Francisco Carlos Roma Machado Cardoso Salgado — cópias de alguns desses interessantíssimos relatórios, que tencionamos inserir num trabalho que trazemos em preparação. Todos eles demonstram quanto era vivo o interesse de D. Carlos por tudo que se podia relacionar com a defesa da capital.

Apesar do ritmo de trabalho ter sido afectado pelo atrazo que provocou o estudo das cúpulas para o Bugio, a verdade é que dois anos após ter sido nomeada, tinha a sub-comissão completamente elaborado o anteprojecto que deveria ser submetido à apreciação da grande comissão. Necessário, porém, se tornava fazer acompanhar as peças escritas com uma carta desenhada em grande escala a qual, concretizando grãficamente tudo quanto havia sido estudado e era proposto, em muito viria facilitar a discussão final que se previa renhida, dado que, sabia-se antecipadamente, havia que combater ideias um pouco anacrónicas mas ainda arreigadas no espírito de alguns componentes da grande comissão.

Tem aspectos anedóticos o que se passou com este mapa. Vamos referi-los.

Foi incumbido de o desenhar o, então, alferes de engenharia Carlos Roma Machado de Faria e Maia — distintíssimo oficial que muito se evidenciou, especialmente no nosso Ultramar, como colaborador próximo de Mousinho de Albuquerque, quando commissário régio em Moçambique.

Escolhida a escala 1:10.000 verificou Faria e Maia que o desenho viria a ter invulgares dimensões: 4,5 × 3,5 metros. Onde se encontraria mesa em que se pudesse levar a cabo tal tarefa e que permitisse desenhar no centro do papel? Acrescia a circunstância, muito de ponderar, que a organização do mapa se devia manter absolutamente secreta. Não se encontrou móvel nem local apropriados, mas Faria e Maia pronto arredou todas as dificuldades. Como? Desmontando todos os móveis da casa de jantar da sua residência e estendendo o papel sobre o respectivo pavimento. Mas era forçado a desenhar

de joelhos e em palmilhas de meias. Dentro de semanas era o trabalho dado por findo apesar do esforço violento que representava desenhar em tais condições.

Várias discussões, entre componentes da sub-comissão, tiveram lugar com os circunstantes em meias e de gatas. E, assim, ainda se fizeram algumas alterações.

Era preciso, porém, levar o desenho até ao Paço para que o Príncipe o apreciasse. Feito o transporte de tão incómodo «canudo», amarrado à parte exterior de um coupé da Casa Real, reconheceu-se, à chegada ao palácio, que nos aposentos de D. Carlos também não havia mesa onde o desenho pudesse ser estendido. Alguém sussurrou então como Faria e Maia tinha trabalhado. D. Carlos não hesitou e mandou estirar o mapa no chão do seu gabinete de trabalho. E, pouco protocolarmente talvez mas com decisão, descalçou as botas e de compasso e transferidor em punho foi para cima do mapa acompanhado dos oficiais que haviam intervindo na sua elaboração. Durante alguns dias e em incómoda posição, se repetiu a cena porque D. Carlos minuciosamente de tudo quis tomar conhecimento.

Pronta a «Memória descritiva e justificativa acerca da organização de defesa do porto de Lisboa na sua zona interior e exterior adjacente à barra do Tejo», marcado o dia 24 de Março de 1889 para a reunião plenária da grande comissão, foram distribuídas por todos os seus membros cópias da memória que incluía cinco anexos.

No dia fixado ninguém faltou na sala de Santa Clara de cuja parede pendia já o famoso mapa.

Iniciada a discussão em que intervieram vários oficiais, a todos replicou o Príncipe em nome da sub-comissão e como seu presidente. E fê-lo de tal forma, com tão cerrada, lógica e fundamentada argumentação, citando autores, projectos, armamentos, calibres, etc., em suma demonstrando um tão absoluto domínio do assunto, sendo firme sem ter o ar de pretender impôr a sua opinião, que conseguiu impressionar a assistência. E, logo a seguir, o trabalho da sub-comissão foi aprovado por unanimidade e com louvor.

O anteprojecto — que resolvia um problema em torno do qual se tinha perdido, até 1887, tanto tempo, travado tanta polémica e dispendido, quase que inutilmente, tanta energia e dinheiro — além de fixar todos os indispensáveis pormenores técnicos e de estabelecer a ordem de urgência para as obras a executar, de forma a, no mais curto espaço de tempo, colocar a capital a coberto de um golpe de mão por via marítima, avaliava a despesa total em 3.500 contos, o que corresponde, aproximadamente, a 215.000 contos dos nossos dias.

Nesse mesmo ano de 1889 sobe D. Carlos ao trono, e quando tudo parecia indicar que o projecto, em cuja elaboração tinha posto todo o seu entusiasmo e saber, ia ser efectivado, eis que a crise financeira de 1891 veio torná-lo inexequível.

Em 1893 é, pela primeira vez, ministro da guerra o coronel de

cavalaria Luís Augusto Pimentel Pinto. Este, pronto verifica que, com quase nula eficiência, se tinham consumido, desde 1862, cerca de 3.600 contos. Logo no ano seguinte encarrega o já tenente-coronel Roma do Bocage de executar, não perdendo de vista o plano de 1889,



*Sua Majestade El-Rei D. Carlos I,
quando Príncipe Real e Tenente-coronel
de cavalaria*

um projecto cuja despesa não devia exceder 1.200 contos. Tal trabalho, quando concluído, mereceu a aprovação do Conselho Superior de Guerra, mas o ministro viu-se impedido de o mandar executar, por não ter sido possível obter das Cortes a autorização para o dispêndio das verbas necessárias.

Em 1896, 97 e 98 são, respectivamente, ministros da guerra o general Francisco Maria da Cunha e os coronéis, de infantaria José Estevão de Moraes Sarmento e do estado-maior Sebastião Custódio de Sousa Teles. Durante aquele período, e dadas as más circunstâncias financeiras do país, foram bem minguadas as obras levadas a efeito.

Pimentel Pinto volta à pasta da guerra em 1900 e, decididamente, resolve imprimir o maior incremento possível à construção, organização e artilhamento do campo entrincheirado de Lisboa, em execução do plano de 1894 reduzido de forma a que o dispêndio total não fosse além de 1.100 contos.

Resolvida a nossa situação financeira, pelo convénio de 1902, foi possível tornar realidade aquele grupo de fortificações. Durante o decorrer dos trabalhos nunca el-Rei D. Carlos — que para eles tanto contribuiu — deixou de evidenciar quanto interesse o assunto lhe continuava a merecer.

*
* *
*

Ora, a propósito do campo entrincheirado de Lisboa, vem a talhe de foice dizer mais alguma coisa de interesse lisiponense.

Em 1893, concluído o curso de engenharia da Escola do Exército, obtinha o seu diploma e era promovido a alferes Augusto Vieira da Silva. Foi, então, mandado prestar serviço no Regimento de Engenharia, com quartel à Cruz dos Quatro Caminhos e, em 1894, vai fazer o tirocínio de rotina a Tancos.

Comandava a Escola Prática o coronel Duval Teles que muito apreciou as qualidades de trabalho, o bom senso e a competência do jovem tirocinante que, como adiante se verá, nunca mais perdeu de vista.

Em Tancos, Vieira da Silva, acamaradou com distintos oficiais da sua arma; de entre os muitos que poderíamos citar destacamos, por ter sido o comandante da sua companhia de instrução, o, ao tempo, capitão Francisco Maria Esteves Pereira que, mais tarde, tanto se havia de notabilizar como académico insigne, polígrafo de uma produtividade impressionante e, especialmente, orientalista de renome e projecção internacional.

Terminado o estágio regressou Vieira da Silva à Cruz dos Quatro Caminhos, já com os seus galões de tenente alcançados em 1895.

Em 1900 é designado para dirigir as obras do campo entrincheirado, na qualidade de inspector do respectivo serviço de engenharia, o coronel Duval Teles que se fez rodear de um grupo de colaboradores cuja competência e qualidades de trabalho bem conhecia. Entre eles figurava o tenente Vieira da Silva.

Não permite a carência de espaço descrever o que foi a acção

de tão notável grupo de engenheiros. Sucintamente darei nota, apenas, dos trabalhos em que interveio Vieira da Silva, e que não foram dos menos dignos de nota:

- Obras do quartel e casas da Pontinha, tudo destinado a alojar a companhia de sapadores de praça.
- Demarcação de terrenos dependentes da estrada militar.
- Obras em S. Julião da Barra destinadas ao aquartelamento de um grupo de artilharia de guarnição. Aqui, empregou-se pela primeira vez, em trabalhos deste género e com acentuada economia, o betão armado. E, a propósito cabe referir que Vieira da Silva se tornou um notável construtor da especialidade da qual em numerosos estudos, artigos e notícias foi sempre um entusiasta propagandista lutando por vezes contra a rotina. A ele e ao seu camarada capitão José Joaquim Peres se ficaram devendo as primeiras diligências para a regulamentação oficial das construções em cimento armado.
- Obras de acabamento do forte Duque de Bragança.
- Transformação do antigo forte de S. Pedro, em Paço d'Arcos, para alojamento da companhia de torpedos.
- Parte final das obras de adaptação do convento de Sacavém a quartel da bateria atribuída ao forte Monte Sintra.
- Projecto e orçamento dos trabalhos necessários na Torre de S. Lourenço da Barra — Bugio — para a instalação de quatro cúpulas com peças de tiro rápido.
- Estudo do lanço de comunicações da linha principal de defesa do Sector Norte, entre o flanco esquerdo sobre o mar até à Ribeira da Laje.
- Projectos, orçamentos e direcção de obras para instalação de grupos electrogéneos e projectores. Solução de complicados problemas de salubridade e de abastecimento de águas, etc.
- Projecto definitivo da bateria do Arieiro. Este trabalho, em que Vieira da Silva resolveu hábilmente um problema difícil, tem sua história que não resistimos a contar.

Caído, em 1904, o ministério regenerador de que Pimentel Pinto fazia parte foi, este general, substituído pelo coronel do estado maior Sebastião Teles, progressista. Divergiam profundamente as ideias de um e outro quanto ao problema da defesa de Lisboa e... militavam em partidos diferentes. O novo ministério trazia no seu programa a compressão de despesas. Além de outras foram reduzidas as verbas destinadas às obras do campo entrincheirado.

A construção da bateria do Arieiro já havia sido iniciada de harmonia com os recursos anteriores. Mas era impossível continuá-la conforme o projecto primitivo. Vieira da Silva, já capitão, é chamado a resolver o problema, cuja solução se impunha fosse encontrada com

urgência. Em poucas semanas é dado por concluído o trabalho que merece plena aprovação superior. A solução fora encontrada sem afectar as indispensáveis exigências técnicas, e baseada, principalmente, na supressão de uma caserna e num mais largo emprego do económico betão armado. Vieira da Silva como bom olisiponense havia conseguido meter o Rossio na Betesga.

*
* *
*

Chegado 1910, Vieira da Silva, afasta-se voluntariamente do serviço da Arma de Engenharia, para passar a exercer a sua actividade técnica no ministério das Obras Públicas, nunca deixando, porém, de afirmar a sua qualidade de engenheiro pela Escola do Exército.

E, caso curioso, foi a sua formação profissional que, em boa hora, o trouxe para a olisipografia. É ele mesmo que no-lo confessa.

No prefácio de um dos seus últimos trabalhos — *A Cerca Ferdinandina* — diz :

«Quando em 1893 obtivemos o nosso diploma de engenheiro militar, trazendo grande bagagem de ideias sobre fortificação que só nos livros havíamos visto, mas ignorando tudo ou quase tudo o que no nosso país havia a esse respeito, pensámos fazer o estudo do que na nossa capital se havia feito sob o ponto de vista histórico-defensivo, e como ela se havia procurado defender, em épocas passadas, contra os ataques do estrangeiro.

Elaborámos para isso um programa que começava pelo estudo da organização defensiva de Lisboa na Idade Média, que, com o andar dos tempos, esperávamos prolongar até à actualidade, dentro do que era possível dizer-se».

Num pequeno artigo, evocativo dos seus tempos de serviço nas fileiras e escrito em 1947 para um volume da *Revista de Engenharia*, comemorativo do III centenário da criação da arma, diz-nos ainda :

«O estímulo provocado pela publicação dos estudos que iniciei sobre as fortificações de Lisboa na Idade Média, consolidado com os conhecimentos da minha profissão, revelou-me que a verdadeira vocação do meu espírito era, de facto, para as investigações históricas sobre a minha cidade natal — Lisboa — e a este assunto me tenho dedicado desde há 50 anos, dando assim o meu contributo para o conhecimento e divulgação da história e belezas desta nossa cidade.»

Como fruto dos 50 anos de labor insano a que, em prol da história olisiponense, Vieira da Silva se dedicou com entusiasmo e profundo saber, foi-nos deixada uma vasta obra que, sem qualquer espécie de favor, se pode classificar de muito notável sob todos os aspectos.

Ficou, porém, por executar na íntegra o programa inicialmente traçado. A história da defesa de Lisboa está incompleta. Quem, com mão firme e sem deslustrar a obra iniciada pelo mestre, a continuará?

Os Jesuitas, O Atentado e a Execução de Belém

por ERNESTO SOARES

O reinado de D. José foi fértil em figurações icônicas, quase todas de origem estrangeira e de assuntos que giram à volta dum tríptico tema: Companhia de Jesus, Atentado contra o Rei e Execução dos criminosos, mas uma única finalidade, Expulsão dos Jesuítas e enfraquecimento da nobreza.

Todos, até os menos lidos em assuntos de história, sabem que a acintosa campanha contra esta ordem religiosa proveio de uma coligação entre Portugal, Espanha e França tendente à extinção universal da Companhia e que as três figuras que nela se salientaram foram Pombal, Floridablanca e Choiseul. Em Portugal o processo instruído e publicado para justificação da violência tomou o pomposo nome de *Dedução Chronologica e Analytica*, de grandes bracejamentos estilísticos e bombástico fraseado com um tal conjunto de acusações e provas que a ninguém convenceram e hoje ainda menos convencem tal a tecitura e volume de crimes imputados à arguida.

Todavia, um outro processo de incriminação correu parilhas com este, provindo em grande parte da França e que deve ter tido certa retumbância no nosso país, embora os vestígios hoje existentes sejam ainda muito restritos. Foi a campanha iconográfica a que nenhum dos escritores, nem os do pomposo centenário pombalino de 1882, se referiram.

Os primeiros exemplares que me vieram às mãos em 1939 haviam sido adquiridos em França por uma entusiasta e distinta colecionadora de estampas antigas portuguesas, que me permitiu noticiar o interessante achado, na *História da Gravura Artística*.

Entre as figurações conhecidas só uma é de origem nacional e representa violenta diatribe contra a Companhia aí representada pelos dois sábios jesuítas Sanchez e Molina que procuram, fadigosos, serrar a frondosa árvore em cujos ramos se ostentam emolduradas as efígies dos grandes luminares da Igreja Católica e que seis outros padres da Companhia, servindo-se de dois compridos calabres, procuram, num grande esforço, tentados por um diabo, lançar por terra.

Embora sem o nome do artista, já naquele meu trabalho o revelei como produção do buril de Carneiro da Silva, que na execução deste cobre desmerece do alto conceito, em que justamente é tido, de mestre habilíssimo, a menos que exista outro exemplar que justifique o elevado preço em que importou a chapa na Imprensa Régia em cujo arquivo aparece com a rubrica: *Joaquim Carneiro da Silva... Ha-de Haver... por huma estampa chamada O Trabalho perdido, gravada por ordem do Ex^o Snr Marquez de Pombal... 14\$000 reis.*

Quanto às estampas avulsas que começam a valorizar-se despertando as atenções dos colecionadores, são elas de primoroso buril, de origem francesa e de assunto tendente a justificar a necessidade da extinção da Companhia de Jesus.

O recente aparecimento de um pequeno volume, constituído por 24 estampas, entre os álbuns da preciosa colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa, ao qual ninguém se tinha ainda referido, veio confirmar uma opinião, de há muito latente, de que aquelas peças soltas tinham feito parte de uma obra de descrédito intencional, especial e propositadamente publicada.

Trata-se de um *Recueil de figures historiques, symboliques & tragiques pour servir à l'Histoire du XVIII^e siècle... A Amsterdam chez Roy Libraire. Ives Graveur sur le Dam. M.DCC.LXII*, ao qual apenas pertencem 19 dessas estampas, segundo a autorizada indicação de Richi Cohen (6^{ème} edition). As restantes fazem parte de outra publicação que ainda não consegui encontrar. São de maior formato, de buril diferente e inferior, mas os assuntos com finalidade de vilipêndio.

E curioso é que numa das estampas representativas da Expulsão dos Jesuítas, acusados do crime de lesa-majestade, vem esta reclamativa



Erschröckliche und grausame That von verfluchten Königs-Mördern so an dem König in Portugall Iosepho dem ersten, durch den Herzog von Aveiro, und seine anhangere, zwischen Lisabon und Belém, den 3. Sept. 1758. geschehen, wo der König in den rechten Arm geschossen worden, worauf an besagten Herzog dem Marggrafen von Lavoura, grafen d'Algozia, und übrigen mit schuldigen folgende grausame Execution solthogen wurde. Nach dem man den 12. Jan. an dem Ort, wo sie den König erschließen wollten, ein großes Blut gerüst aufgerichtet und mit vil 1000 Mann umgeben, den 12. Jan. Früh um 8. Uhr betraf die Marggräfin von Lavoura, den Chavoz, und wurde enthauptet. zweis. der Jüngere Sohn dieser Daine, er wurde von dem Scharsrichter erdröset, und wideren räderten ihn die knechte von unten auf, hierauf hatten der graf von Algozia, und der ältere Sohn vom Marggrafen von Lavoura, und 2 seiner bedienten ein gleiches Schicksal, und der Calmerdichter vom Herzog d'Aveiro von unten bis oben an mit einem Stück Eisen Verschmettert. nach diesen kam der alte Marggraf von Lavoura, den man lebendig räderte, den rechten arm, und das rechte Bein Verschmettert man ihm in 4 schlägen mit einem eisern Kolben. so dann kam der Herzog von Aveiro, so auch lebendig gerädert wurde, er bekam 8. stöß. che er den gnaden stöß empfing. entlich wurden 2 Pfehle auf gerichtet, und einer von des Herzogs von Aveiro, bedienten, der mit auf den König geschossen, an dem einen lebendig verbrant, an dem andern aber die biltnus des 2. bedienten, den man nicht auf findig machen können ob man schon 6. bis 7000. stück von lechten auf seinen kopf gesetzt. Erschröcklich ware anzusehen wie dieser mensch mußte alle fingerrechte, mit Namen nennen, und sich selbst dem Chavoz verbrinnen lassen, einige stunden darauf, als die flut auf gehört hatte, setze man alle aschen in den Tagus, es dawerte diese hürchlung bis nachmittag um 3. Uhr. under zuschauung mehr als 10000. Menschen.

Nach gräße des verbrechen die straff soll g'schawret sein; Das Ruch-Schwerdt ohne absicht der handt schläget drein; Und wan das Schwerdt nicht kretet, so ruct das rad herben; Dann verbotte glieder Verschmettert gehn entwen.

Aus Laster-vollen hainen stöß blut und marck hinauf; Damit nicht einstens werde ein halber-Bücht daraus; Dan wo das blut nicht redlich das marck ist g'nüß entzündt, und wo böß blut und marck, kein treue hieß erfindt.

So gar auch nicht dem Herden verschont im Laster-Leib; Es muß Verschmetzet werden, damit nicht übrig bleib Die Feuers-flam soll ver-drehen den sich der untreuheit; Diß urtheil soll erhallen in nahe und in d'weit.

legenda: *Dedié au Roy par son très humble serviteur Wasquarez à Lisbonne chez Bonnardel*, nomes certamente conhecidos na época mas de quem não encontro referências em qualquer das obras dos investigadores ulissiponenses.

Não fui mais feliz com o artista *Montalais inv.* primoroso desenhador que subscreve as estampas.

Não interessa neste artigo mais larga explanação do assunto, embora seja de todo o interesse a leitura das legendas em prosa e verso no estilo hiperbólico em ob-reptícia prosa pombalina.

O assassinato cometido na pessoa do Rei, os crimes de Malagrida e a sua execução e as opressões jesuíticas são os motivos de todas essas figurações e daí os seus resultados: *leurs biens confisqués et reunits au Domaine du Roi* e, portanto, os membros dessa ordem religiosa *Bannis, Expulsés, Denaturalisés, Proscrits et Detruits de tous les Royaumes*.

Nesta campanha não se fala nos pretensos cúmplices ou co-autores da tragédia de Belém mas, tão somente, no facto criminoso, o que mostra ter ela procurado, exclusivamente, atingir a Companhia de Jesus.

Quanto a figurações coevas sobre o atentado, duas apenas conhecemos além das composições modernas feitas para ilustração de revistas ou de romances. Uma daquelas, bem curiosa, é devida ao lápis do pintor Vieira Lusitano forma uma composição alegórica com intervenção de anjos e demónios, aqueles defendendo o Rei que, plácidamente, entreabre as cortinas de sege, para impetrar graças de uma visão da Sagrada Família que, entre nuvens, lhe aparece no alto, enquanto um anjinho despeja a água do seu jarro sobre a espingarda assassina apontada contra o monarca. Entretanto, na retaguarda da sege, repelentes espíritos diabólicos incitam e excitam os criminosos que disparam as suas carabinas sobre a espalda da carruagem.

A sentença latina inferior, *Quam mirabilia sunt opera tua Domine!*, traduz bem o pensamento do autor mostrando a intervenção sobrenatural que permitiu a incolumidade do rei, ainda que com perda grande de substância, conforme reza a sentença condenatória.

Esta preciosa sanguínea pertencente ao Sr. Luís Roxo, foi exposta e reproduzida no valioso *Catálogo da Exposição de Documentos e Obras de Arte relativos à história de Lisboa, em 1947*.

Aparece agora em mãos que, justamente, a sabem apreciar, por gentil oferta de S. M. o Rei de Itália, uma outra figuração, única até hoje conhecida, referente àqueles dois factos históricos: o Atentado e a Exe-

cução. O seu feliz possuidor, bem conhecido dos leitores deste Boletim, é o Sr. António de Aguiar que por amável deferência permitiu a reprodução e notícia desta curiosa peça de 245 x 165 mm, que os processos mecânicos modernos mal permitem avaliar, mas que a zincogravura obtida mostra uma nitidez, especialmente na difícil legenda alemã, fora do vulgar.

O artista que a subscreve, tem de ser considerado como um burilista vulgar dos finais do século XVIII dos que enxameavam a cidade de Viena em competição de assuntos, religiosos e profanos, devididos em católicos e protestantes e que se distinguem pelo apelativo *Cath.* posto nas subscrições. X E. (?) *Belling Cath. Sc. exc. A. V.*

Assim, a estampa representa, como se vê, dois quadros figurando no da esquerda o Atentado levado a efeito por três cavaleiros que, sem o mais elementar reboço, em plena luz do dia, à beira do Rio Tejo, disparam as suas espingardas contra a sege, onde o Rei, trajando casaca, calção e meia e chapéu tricorne, mostra pouco receio, apesar do salto que o cocheiro, já ferido, está prestes a dar por cima dos cavalos, e dos gestos descompassados do atónito moço da tábua. No alto do monte uma grande edificação pretende representar o convento dos Jerónimos, enquanto para o poente se entrevê a cidade de Lisboa em ruínas.

No quadro da direita passa-se a cena da execução e concomitante cremação dos cadáveres num elevado cadafalso guardado por soldados de pé e a cavalo.

Inferiormente, uma extensa legenda em alemão, noticia a horrível e temerosa acção praticada pelos nobres: duque de Aveiro, marquês de Távora, conde de Atouguia e a execução destes e da marquesa de Távora, conde do mesmo nome e dos respectivos criados, excepto um cuja cabeça foi posta a prémio, e que, entretanto, foi queimado em efígie. Alta novidade é o pormenor de que cercavam o cadafalso 1.000 homens e que presenciavam o horroroso espectáculo nada menos de 100.000 espectadores.

Remata a notícia com três quadras verberando o crime e justificando o castigo.

Documentos Inéditos

Colhidos nos apontamentos de

Um Cronista Franciscano

por FERREIRA DE ANDRADE

EXTINTAS em Portugal as ordens religiosas são os seus edifícios confiscados para a instalação de vários serviços públicos: quartéis, estabelecimentos de ensino e de assistência, academias, arquivos, bibliotecas e tantos outros.

O vetusto casarão do Convento de Nossa Senhora de Jesus é ocupado pela Academia das Ciências de Lisboa. E todo o seu arquivo, a preciosa biblioteca dos irmãos da Ordem Terceira da Penitência passa a constituir um admirável fundo bibliográfico da nóvel fundação do Duque de Lafões. Manancial quase inesgotável de documentos inéditos, o velho arquivo do Convento de Jesus nem todo, estamos certos, deve ter ficado no edifício quando da saída dos seus proprietários. Parte, talvez, tivesse levado mesmo outro caminho antes da entrada da douda Academia. Do que ficou têm saído da penumbra do ineditismo alguns documentos.

Ao compulsarmos o seu precioso recheio, para a elaboração dum dos nossos trabalhos (¹), depararam-se-nos vários manuscritos de manifesto interesse olisiponense e, alguns ainda, de valor capital para o estudo da nossa história política.

Na sua maioria, foram pacientemente, e decerto ao longo de uma vida de trabalho intenso, coligidos e ordenados por um dos mais cultos ministros da Ordem dos Terceiros, frei Vicente Salgado. Historiador

(¹) *Do Convento de Nossa Senhora de Jesus.*

probo e de saber profundo, o autor do *Compêndio Histórico da Congregação da 3.^a Ordem de S. Francisco* não se limitava a escrever somente as suas crônicas ou simples resenhas históricas ou, ainda, trabalhos de estudo atento sobre numismática; mas a coleccionar também velhos documentos ou a copiar outros, quantos encontrasse e que, segundo ele mesmo confessa, lhe parecessem mais interessantes.

No próprio *Compêndio Histórico*, ao traçar a biografia dos seus antecessores e depois de se referir a ele próprio como «Ministro Geral, Pregador Geral Jubilado, Cronista da Congregação, natural de Lisboa, eleito no Convento de Lisboa aos 10 de Junho de 1789», frei Vicente Salgado escreve: «o cronista que suceder a este Ministro Geral», (ele) «além das obras impressas que tem trabalhado em que dá a conhecer as suas aplicações literárias» (cita a seguir as obras que publicou) «encontrará nos livros da Congregação Paginas Autenticas, que deixa este Prelado, documentos que mostrarão a verdade dos factos do seu Governo e segundo o espírito que tiver lhe descreverá as acções».

Entre os livros onde copiou uma série imensa de documentos, são, sem dúvida, bastante curiosos os seguintes: *Anedotas Juridicas, Civis e Politicas da Autoridade de Fr. Vicente Salgado, Ex Geral da Congregação da Terceira Ordem de S. Francisco*; *Curiosidades, etc.*, e *Curiosidades Literarias Para o Uso do Ex Geral, etc.*

Destes livros e de outros igualmente escritos pelo punho de Frei Vicente Salgado e ainda alguns documentos soltos, ordenados em pastas diversas, extraímos para o conhecimento dos nossos leitores aqueles que, pelo seu conteúdo e por os julgarmos inéditos, constituem curiosos subsídios para a história de Lisboa.

E, aqui, uma advertência fazemos ao leitor: se a grande maioria dessas cópias de documentos nos mereceu crédito absoluto, outras há de cuja veracidade duvidamos, ainda que muito nos custe esta nossa incredulidade sobre o que, por vezes, o douto cronista passava para os seus papéis.

Como corolário desta nossa natural suspeita apontamos o seguinte exemplo:

Num dos livros que já citamos, *Curiosidades* ⁽²⁾, o qual inclui vários documentos e cópias ⁽³⁾, consta no *Index* a seguinte verba: «Cópias de

⁽²⁾ Doc. 355, Verm.

⁽³⁾ Constan deste livro documentos de grande interesse. Aqui, para conhecimento dos estudiosos, deixamos os títulos de alguns, segundo a leitura do respectivo índice: *Genealogia dos Azevedos, Pinto e Cardosas, com a árvore dos Cardosas-Lucenas*; Capítulos IV e V da

várias cartas de alguns santos»; e, a encimar o primeiro documento, lê-se: «Cópias de varias cartas de alguns santos as quais vierão do paço e se enforastarão (?) do Gabinete das Infantas de Portugal». Seguindo-se depois a transcrição das cartas: de S. Luís Gonzaga, de Santa Joana Princesa, de Santa Catarina de Sena e duas de S. Bernardo. Além destas, mais duas ainda. Uma de S. João da Mata, dirigida, segundo a indicação que Frei Vicente Salgado leu no sobrescrito, «Al bueno fabricio Valois» e com a seguinte anotação no final: «Esta he a do verdadeiro S. João da Mata, q̄ por este ano fundó, e S. Felix de Valois; e concorda nos tempos com a do mesmo S. Felix, que remetto com esta, q̄ foi escrita em Marselha — O Cardial Infante». Logo a seguir Frei Vicente Salgado elucida-nos que este Cardeal infante «Foi depois o Cardial Rey D. Henrique». A outra, finalmente, é atribuída, sem qualquer indicação à margem, a Santo António. Não nos diz o cronista franciscano como foram essas cartas retiradas do Paço nem tão pouco onde ficaram depois arquivados os originais. Sabemos, no entanto, que Frei Vicente Salgado, que exerceu em Évora o cargo de Reitor do colégio, aí teve conhecimento da sua existência ⁽⁴⁾.

Por demais estranho, não nos alongamos a comentar o facto nem tão-pouco a adicionar-lhe qualquer comentário. Aqui fica, pois, e sòmente a título de curiosidade, a transcrição dessa cópia, muito embora ela já tenha sido publicada por António Francisco Barata ⁽⁵⁾:

«Carta de S. Antonio de Lisboa a João
de Bulhões escrita em Pavia a 2 de
Março de 1223.

Agora de entender quão outros são os juizos dos homens dos de Deus; porq̄ pensando-vos non acordado do q̄ quedamos em Talavera, por lo largo tempo, q̄ nos nom bimos; nestas bossa membrança bos bejo mais acordado que nunca pensei, tanto de gosto ir pella bossa fugida ao mundo quanto de loubores quizera

«Santarém Ilustrada» da letra de Fr. Luis Montes Matoso, q̄ foi Religioso Terceiro; Borrões de Fr. Manuel de Figueiredo Chronista da Congregação de S. Bernardo — Catálogo das obras do dito Religioso; Memórias do R. F. Guilherme da Paixão Geral da Congregação de S. Bernardo e Visitador desta Congregação da Terceira Ordem, por F. Manuel de Figueiredo cronista cistercense; Vários papeis de letra antiga que servirão para o estudo de Frei Vicente Salgado, etc.

⁽²⁾ Faz parte da Biblioteca de Évora, onde tem a seguinte cota: cod. —————.

2-116

⁽⁵⁾ António Francisco Barata não considera apógrifa a carta, pelo estudo que fez da sua linguagem com outros documentos coevos. Para nós, repetimos, a autenticidade da carta é bastante duvidosa.

ao Senhor dar por ello, e nelle aguardo q̄ aum antes q̄ de cá partamos nos habemos de ber bibos. O q̄ mais he meu bom amigo he nom bolber pe atrás, q̄ aun q̄ o imigo bos amostre manhezas, silladas, nom le ajades nem medo, q̄ nom he outra cousa mas, q̄ querer q̄ largedes o pendom de Deos, e logo mui certos ponede todos los bossos bencimentos, nom a la bossa puxança, mas ainda á sua oberedes q̄ assim como pençardes entrar na lide, até antes de batalhardes, nom abeis de ber, se nom berseres a liges, e gana de pelejardes. Ementes mais o Senhor bos guarde e leve avante a bondade.

Pavia 2 de Março de 1223
Fr. Antonio de la Sé ⁽⁶⁾
Dar-sá a Joano de Bulhão à
barroca da Sé de Lisboa.»

Um documento mais sobre o terremoto de 1755

Desse mesmo livro de cópias e manuscritos que Frei Vicente Salgado intitulou *Curiosidades* constam algumas páginas escritas em letra miudinha por um frade do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade de Cascais sobre os efeitos do terremoto de 1755 nesta vila. O facto deste religioso carmelita ter escrito uns tempos antes do aparecimento do trabalho de Moreira de Mendonça — a *História Universal dos Terremotos* — e o estudo pormenorizado e consciencioso dos principais abalos sísmicos havidos até então, desde os mais recuados tempos, oferece a este manuscrito um interesse real de valor bibliográfico.

Dedicado a S. Filipe Nery, advogado dos Terremotos, o manuscrito vem assim referendado no respectivo índice:

«Papel sobre os terremotos e sobre o 1755 feito no Convento de N. S^a da Piedade de Cascais em 20 de Maio de 1756 por Fr. Antonio do Espírito Santo natural de Cascais com muitos versos de sonetos à vila de Cascais.»

Consta de algumas laudas de papel almaço seguidas de outras onde Frei António do Espírito Santo, numa exuberância poética, escreveu nada menos de 24 sonetos, todos eles dedicados, como se diz no índice, aos efeitos do tremendo cataclismo na vila de Cascais.

(6) Na transcrição feita por António Francisco Barata não vem no fim da carta o nome de Fr. Antonio de la Sé.

Num outro trabalho (7) analisaremos com mais profundidade este documento. Aqui, somente nos interessa transcrever os passos que no manuscrito falam da nossa Lisboa e da série dos terremotos que, no rodar dos séculos e desde os primórdios da nacionalidade, abalaram esta linda cidade do Tejo.

Frei António do Espírito Santo, bastamente documentado, historia, numa síntese curiosa, embora repetindo-se por vezes em considerações filosóficas, a série imensa de terremotos que, desde o Dilúvio, causaram no mundo os grandes cataclismos que a tradição, a lenda e a história registam.

Nesse documento, baseado nas respostas a um questionário que lhe entregara o Geral da Ordem, Frei António inicia todo o seu extenso depoimento com estas frases curiosíssimas que bem traduzem o lirismo dos seus sentimentos e, ainda, a presença constante na retina dos seus olhos do terrífico quadro de escombros e de mortes, de gemidos de dor e lampejos de incêndio, do ruir fragoso dos edifícios e da cavalgada ciclópica das ondas do Oceano, a que assistira:

«Quando o Ceo nos mostra aos olhos o q̄ vimos, superfluo he o q̄ o papel representa aos ouvidos o q̄ foy. Sempre os olhos percebem com mayor efficacia q̄ os ouvidos, por isso o q̄ se vê, persuade com mais firmeza o q̄ se ouve. E se o horrivel principio deste fatal terramoto o intimou Deos aos olhos p^a que o vissem; a que fim o pode lamentar ou debuxar no papel, huã tosca, e mal aparada pena, p^a ser ouvido? Nas meninas dos olhos fora acerbo o descrever tão lamentavel catastrophe: q̄ p^a fixar-se eternamen^{te} na memoria, nunca havia de sahir da nossa vista esta desgraça. Do candor daquelles se formaria o Papel; de suas magoadas lagrimas bem fora fabricar o pincel; onde entre obscuras sombras de negrura com q̄ os formozeou a Natureza se vissem estampados os languidos ays do mayor sentimento e gravadas as funestas agonias do desmayo. O impressor p^a exarar as letras na imprensa, molha primeyro o papel: se candido papel de huns olhos humedecidos em lagrimas, fora cabal susceptivo de tanta infelecidade, podia ser sugeyto p^a a tinta de tão calamitosas miserias. Então levaria os olhos a todo o papel, ou fizera q̄ fogisse o lume dos olhos nesta tragedia.»

Como o Cavaleiro de Oliveira e o Mártir Padre Malagrida, Frei António do Espírito Santo via também no terremoto o açoite de Deus, «a cólera de um Deus punidor de crimes» (8). «Os terremotos» — escreve o frade carmelita — «são effeytos dos olhos de Deos... e os incendios q̄ commum^{te} os seguem concomitantes, são consequencias de seus visuais rayos sobre os montes».

(7) *Cascais e seus lugares*, edição da Junta de Turismo de Cascais.

(8) Carta de Malagrida ao padre Ritter (*História de Gabriel Malagrida*, de Camilo Castelo Branco).

Depois de citar a frase do Padre António Vieira:

«Basta, Senhor q̄, q̄ também os vossos olhos dão olhado?»

Conclui:

«Tinha Deos prometido no Campo de Ourique, seus benignos influxos de suas carinhosas vistas sobre este seu Reyno Português... Porem, vendo-se agora todo este imperio arruinado e toda esta grandeza assolada; Lixboa sem já ser Lixboa e muitas Povoações e Cidades sem parecerem o q̄ forão: bem se pode concluir como Maximo Vieyra q̄ se os terremotos são effeytos dos olhos divinos este presente terremoto foy olhado q̄ derão no seu Imperio os divinos olhos. Mas não se perca a confiança; q̄ q^{do} Deos dá assim olhado a hum Reyno q̄ he seu, também os mesmos engraçados olhos lhe podem tirar o olhado.»

E, mais adiante, escreve ainda:

«... os terremotos ou se podem considerar como effeytos naturais ⁽⁹⁾ ou como avisos do Ceo. Como effeitos da natureza diz S. Thomaz q̄ he huã das mayores assolaçoens, q̄ arrebatá toda a suspensiva admiração.»

Entrando depois na descrição dos mais longíquos terremotos, com citações de Plínio e de Ovídio, dos terremotos «de que falam os Profetas», enumera a seguir os que sucederam na terra lusitana desde o do ano de 1299 antes de Cristo. De Portugal já cristão, após a conquista de D. Afonso Henriques, cita como primeiro o de 1191, no reinado de D. Sancho I. Deste terremoto, porém, não nos fala Moreira de Mendonça; mas no entanto a *Revista Popular* ⁽¹⁰⁾ acusa antes desta data o de 1146. O manuscrito de Frei António do Espírito Santo refere-se depois ao de 1356, no dia de S. Bartolomeu ⁽¹¹⁾, 24 de Agosto, do qual de facto nos falam vários documentos.

Referindo-se mais adiante a este sismo o autor do manuscrito, alicerçado na obra que cita à margem (*Esp. evol. decur*, tomo 2.^o), acrescenta:

«... em Lisboa q̄ durou quase um ano, caiu o templo da Sé e matou muita gente.»

⁽⁹⁾ Alusão ao célebre libelo do 1.^o Ministro de D. José, ou escrito por sua ordem, a que Malagrida respondera com o opúsculo *Juizo da verdadeira causa do Terremoto*, etc.?

⁽¹⁰⁾ Vol. II.

⁽¹¹⁾ Segundo a tradição, foi desde este terremoto que o povo, no dia 24 de Agosto costuma dizer que o diabo anda à solta.

Há decerto exagero nesta nótula do frade ou do próprio documento que compulsoou. Na Sé, não poderiam ter sido profundos os estragos, dado que, se assim fosse, não teria Rui de Pina escrito este passo da sua crónica ⁽¹²⁾: «Foy» (referindo-se a D. Afonso IV que havia falecido em Maio de 1357 «seu corpo loguo sepultado no coro da See da ditta Cidade em quanto se acabava sua sepultura» e, mais adiante, diz-nos: «É porque, a dita capela maior da See do tempo de el Rey Dom Afonso Anriques primeiro Rey de Portugal que a fez, & que aditta Cidade tomou aos mouros era pequena, & não bem obrada, o dito Rey Dom Afonso a mandou fazer mayor, & em mais perfeição & sendo já feyta, reynando el Rey Dom Pedro seu filho, por um rayo ou corisco que nella deu, a abrio & destroçou por muytas partes».

Não caiu, pois, como se deduz da crónica de Rui de Pina, o templo da Sé, nem mesmo os estragos do terremoto foram de grande monta. Se o facto se tivesse dado, não o referiria o cronista, que alude sòmente aos danos causados mais tarde por um «rayo ou corisco»?

Moreira de Mendonça e Mestre Júlio de Castilho ⁽¹³⁾ erram também quando se referem a esse terremoto. Ambos se baseiam no *Livro de Noa*, de Santa Cruz de Coimbra ⁽¹⁴⁾, quando do mesmo se não pode inferir que o relato nele contido se reporte a Lisboa, mas sim, como é natural, a Coimbra.

Vem, depois, no reinado de D. Pedro, o do dia 27 de Outubro de 1361, talvez o que tivesse motivado os estragos de que nos fala Rui de Pina. Do de 1504, 5 de Abril, embora venha igualmente já mencionado na obra de Moreira de Mendonça (mas sòmente sentido em Sevilha) e no manuscrito da Biblioteca Nacional ⁽¹⁵⁾ citado por Pereira de Sousa ⁽¹⁶⁾, Frei António do Espírito Santo ⁽¹⁷⁾ dá-nos um relato mais pormenorizado:

«Em Lisboa se renovou outra confusa Babel neste cazo; porque o Tejo sobio tão alto e tão soberbo q̄ derramando-se por ambas as Ribeyras, deixou os seus fundos descubertos e as suas douradas areias em secco, com os impulsos da terra.»

⁽¹²⁾ *Crónica del-Rei D. Afonso IV*, cap. LXVI.

⁽¹³⁾ *Lisboa Antiga*, vol. VI, pág. 18.

⁽¹⁴⁾ *Provas de História Genealógica*, D. António Caetano de Sousa, vol. I (3), pág. 57.

⁽¹⁵⁾ F. G. Códice 1772.

⁽¹⁶⁾ *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755*, vol. III.

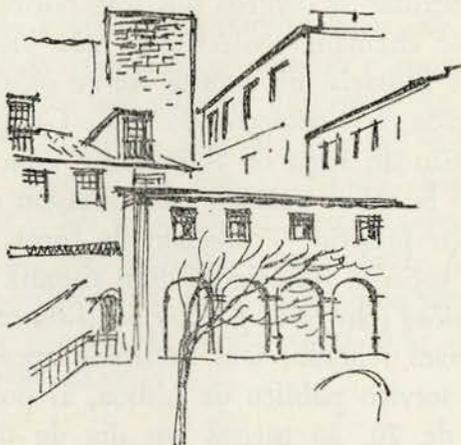
⁽¹⁷⁾ À margem escreve o nome da obra onde colheu a notícia: *Far. Europ.*, tomo 2.º.

E com certo espírito e ironia o frade carmelita acrescenta:

«Talvez seria superior seguro pelos injustíssimos tributos, ã então se viram sobre o pão, ou pelos invejosos procedimentos contra o grande navegador Magalhães, e o valoroso Pacheco ou porque Portugal com o descobrimento das Índias, descobriu as suas maiores dissoluções e luxuriosas liberdades com tantas riquezas.»

O terremoto a que a seguir se refere o manuscrito é o do ano de 1531, talvez o maior, em intensidade, que a cidade do Tejo sofreu em todos os tempos. Moreira de Mendonça, citando várias fontes de informação, traça-nos o quadro horrível dessa catástrofe que, ele próprio, testemunha do terremoto de 1755, confessa ter sido a maior que Lisboa até então suportara.

(Continua)



O METROPOLITANO

e as

“Sete Colinas” Olisiponenses

Comentário ao sistema actual de transportes colectivos na zona planáltica Graça-Penha de França e tese, em guisa de achega, para uma solução da sua reforma

por LUÍS MOITA

SE tentarmos perscrutar as origens dos transportes públicos da capital, os que hoje se chamam «colectivos», não vamos deixar, em boa verdade, que a fantasia nos arraste até ao século XVIII ou nos leve, quando menos folegada, aos começos do XIX. Caleças, liteiras ou seges que no Rossio, Terreiro do Paço ou Remolares, estacionavam oferecendo viagem às colinas do burgo a quantos não tivessem o cabedal necessário à manutenção de serviço próprio — careciam de foros, por isso que «individuais», para serem topados na origem dum sistema «colectivo». Talvez os churriões, ou chirriões (chirriões porque *chiavam* muito), com seus sete ou oito lugares, tenham tentado, sem resultado apreciável, muito menos definitivo, entrar ao serviço público de Lisboa, aí por esse tempo tumultuoso da revolução de 20, ao menos em dia de toiros no Campo de Santana.

Porém o *sistema* dos transportes colectivos da capital surge pela primeira vez, ao que parece, aí por 1837: são os *omnibus*, puxados a muares, com lotação para quinze passageiros, além de três na boleia. A iniciativa nasce para vida breve e inglória. Logo lhe sucede a falência e a morte. Lisboa, a despeito do frenesi liberal que a sacodia então, não aguentava ainda uma organização no género, que fosse perdurável. O sistema, verdadeiramente digno desse nome, só se impõe bastante mais tarde, ao que

julgo com os *Rippers*, que cortam a cidade do Intendente ao Conde-Barão, de aqui ao Caminho de Ferro. O *Aterro* viria depois tornar possível a maior expansão de tais carreiras, em breve tomadas pelo *Carro Americano*, o mesmo que, aí por volta de 1880, nos aparece a fechar o 2.º volume de *Os Maias*, rolando sonolento, com sua lanterna vermelha, frouxa e triste, em noite calma e sem vivalma, ao fundo da rampa de Santos.

Rippers e *Americanos*, de lotação limitada, puxados a quatro muares rodavam, um aos tropo-galhopos, confiado à sorte dos pavimentos da Lisboa de então; outro oferecendo já o conforto dos *rails*, ou calhas, a mesma via transmitida, por herança, aos actuais «eléctricos».

Colega dos *Rippers* e seus opositores na carreira do Beato e Poço do Bispo, houve ainda na capital, há bons oitenta anos, os carros do *Zé da Bateira*, que de aquele subúrbio traziam «a Lisboa» o autóctone, despejando-o no Largo do Pelourinho, termo da estafante carreira onde se viajava por um pataco.

Último abencerragem dos *Rippers*, sobrevivente ao *Americano* que em 1901 cedeu o passo ao «eléctrico», chegou ainda à nossa época o *Chora*, designação popularizada das carreiras lisbonenses do Eduardo Jorge, que percorriam os arruamentos baixos da cidade no âmbito Intendente-Rossio-Caminhos de Ferro-Conde-Barão-Belém. Evitando os tropeções das mal-calçetadas ruas da época, breve ajustou o rodado aos *rails* dos «eléctricos». Assim oferecia ao público um meio de transporte, senão tão cómodo como o do «colega» electrificado, ao menos igualmente suave no trânsito e por metade do preço. Ainda existia ao implantar-se a República em 1910. Mas desapareceu, cerca da primeira Grande Guerra. O acontecimento singular mereceu comemoração numa Revista do Ano, cujo comentário se expressava, como não podia deixar de ser, num fado, pois se tratava de morte, da morte dum tipo de transporte popular, incomodo talvez, mas barato:

É o *Chora* choradinho
Corrido como o fadinho
Que se canta nos bordeis,
Deu-le um ar e *sacumbiu*
Deu-le um ar, e foi-se embora...
E agora o Povinho chora
As carreiras a *derreis!*

Dez réis, efectivamente, era o preço duma zona (Caminho de Ferro-Terreiro do Paço, Rossio-Intendente, etc.).

Desde o começo do século o «eléctrico» veio tomando conta, lentamente, dos transportes colectivos da capital, enquanto, lentamente também, a cidade crescia em área e em população e os tipos de transporte anteriores se tornavam insuficientes ou incómodos. Lisboa atingira 300.000 habitantes, que aliás viviam ainda, sem pressas, uma vida amável, desconhecedora de atropelos, de regras de trânsito, de relógios de pulso. Raul Brandão pudera classificar a sociedade lisboeta de essa época em cinco camadas distintas, a saber: a Aristocracia, o *Smart*, o Alto-Pirismo, o Baixo-Pirismo e, finalmente — o Povo pròpriamente dito. Aparte a aristocracia, todas as restantes camadas sociais usavam dos transportes colectivos. E tudo se passava pachorrentamente, num trato de boa e compreensiva camaradagem, com maneiras da tranquila amabilidade onde, só por acidente, se quebrava o verniz. As *Massas* não tinham ainda feito a sua entrada, mais violenta que triunfante, na vida social. O «eléctrico» (pois nos «eléctricos» tudo se passava), oferecia ao tempo lugar sentado para todos.

*

Lisboa contou ainda, desde o último quartel do século passado, mais pròpriamente dito, desde 1882, com um tipo de transporte colectivo — o *elevador*, que correspondeu e corresponde ainda hoje, a uma evidente necessidade em urbe, qual a nossa, onde os acidentes orográficos são múltiplos e variados. Este tipo de transporte, ou antes, a organização que os introduziu na capital — a Companhia dos Ascensores Mecânicos de Lisboa — mereceu já ao Ex.^{mo} Sr. Engenheiro António Pais de Sande e Castro, as honras duma conferência, proferida na sede dos «Amigos de Lisboa» (1), e onde as vicissitudes de aquela sociedade, em luta inglória para dotar a capital com um tipo de transporte que lhe era tão peculiar, são minuciosamente descritas. Sou tentado a referir-me ao acontecimento, que teve foros de palpitante assunto lisboeta e apaixonou, não apenas a edilidade da época, mas a própria imprensa e o público em geral.

Foi o caso que o engenheiro-chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal, Raul Mesnier de Ponsard, pediu licença em 1 de Junho de 1882, para o estabelecimento e exploração de «planos inclinados» na cidade de

(1) In *Olisipo*, n.º 65, ano xvii — Janeiro de 1954 — pág. 13 e seg.

Lisboa. Oito *planos* constituíam os objectivos do engenheiro Ponsard, logo transferidos à Companhia dos Ascensores. Eram eles:

A Calçada da Glória.

A Calçada do Lavra.

(*Aí os temos, hoje ainda, electrificados*).

O ascensor da Rua dos Cavaleiros, Calçada de Santo André e Calçada da Graça. (*Hoje em grande parte substituído pela carreira 12 dos «eléctricos»*).

O ascensor da Calçada da Estrela (*substituído hoje, em percurso acrescentado, pela carreira 26 dos «eléctricos»*).

O ascensor da Calçada de Santa Apolónia, Rua da Cruz de Santa Apolónia e Rua do Vale de Santo António (*que nunca foi uma realidade, mas a que hoje corresponde, em parte, a carreira n.º 17 dos omnibus, ou auto-carros*).

E, ainda, os seguintes, também nunca levados a efeito:

Rua da Imprensa Nacional.

Rua de S. João da Mata.

Nossa Senhora do Monte.

O elevador do Lavra começou a funcionar em serviço normal em 20 de Abril de 1884. Movia-se num sistema de cremalheira e cabo, com contrapeso de água (como o do Bom Jesus do Monte). Os jornais da época, que elogiavam em doce estilo romântico a Companhia dos Ascensores, e nomeadamente este primeiro a entrar ao serviço do público — já evidenciavam a vantagem de eles treparem «as mais íngremes ladeiras em poucos minutos»... *evitando as longas voltas e acelerando o movimento dos passageiros entre os valles e as colinas...* (É nosso o *itálico*). E concluíam: «Não pode haver mais útil progresso na viação duma cidade de tão difíceis relevos orográficos...»

(Esta linguagem, usada há 72 anos a propósito dos transportes colectivos para as colinas da cidade, sentimo-la, hoje mais que nunca, flagrantemente actual.)

O elevador da Graça começado em Janeiro de 1889 só vem a ser inaugurado quatro anos mais tarde, em Março de 1893. Depois das atribulações ocorridas com a linha da Estrela, só em Abril de 90 começava o assentamento de aquela linha, que enfiava na cocheira da Rua da Graça (onde hoje fica o Cinema Royal).

Lisboa conheceu ainda uma «Companhia de Viação Funicular» que montou uma única linha — o «Elevador de S. Sebastião». A linha saía do Largo de S. Domingos, junto à *caixa* do Teatro D. Maria II, e seguia por Santo Antão, S. José, Santa Marta, Largo do Andaluz, Rua de S. Sebastião, até às «portas» de S. Sebastião da Pedreira. Esta iniciativa teve, porém, a duração das rosas: inaugurada a carreira em 15 de Janeiro de 1899, a companhia abria falência em 1901.

*

A Companhia Carris de Ferro, entrando o novo século, instala em Lisboa, a viação eléctrica. A primeira carreira é inaugurada em 31 de Agosto de 1901. A cidade, enleada na euforia da enovação, sente-se dignificada e feliz. Os transportes colectivos da capital haviam dado um grande passo em frente. O *Americano* e as suas mueres recolhiam-se discretamente. O «eléctrico», breve senhor da situação, acabou por tomar conta das ruas de Lisboa, da Baixa, das colinas e dos arredores onde os tipos anteriores de transporte colectivo, ultrapassados, marcavam a sua impotência ante o concorrente de respeito. Mercê dum monopólio, que até certo ponto se justificava (²), a Companhia Carris, cerca de 20 anos depois do primeiro carro «eléctrico» passar garboso no Arco da Rua Augusta, tinha instalados na cidade 110 quilómetros de via. Os vários elevadores ingressam no organismo e são electrificados. O da Graça, depois de pitorescos trâmites, transforma-se na carreira actual de S. Tomé pouco depois de Janeiro de 1910.

Porém, meio século após o seu aparecimento, eis que o «eléctrico», movimentando-se por *rails* numa cidade que duplicara a superfície e triplicara o montante da sua população, denuncia já a decadência, a despeito dos muitos e apreciáveis serviços que ainda presta à capital. A sua organização,

(²) O monopólio dos transportes colectivos se, por um lado, dá à entidade que o desfruta inegáveis vantagens especulativas, impõe-lhe, por outro, obrigações que conferem ao público o direito de esperar dele um bom serviço. Vem a propósito lembrar aqui o que se passa em Barcelona com o Metropolitano. São duas as companhias concessionárias. Uma tem a seu cargo os serviços na linha de penetração daquela capital, isto é, do mar para o Tibidabo. Outra tem as suas linhas na paralela da costa mediterrânica. Serviços não combinados, que se cruzam sem a menor correlação entre si, ou *correspondência*. Total: o público é mal servido.

temos de confessá-lo, é modelar, portanto digna de respeito. O que ela não pode é eliminar contrariedades de trânsito, que são a mesma fatalidade dos tempos, aquela em que o seu característico meio de transporte — o «eléctrico» por *carris*, está caminhando para a morte... O *omnibus*, ou «auto-carro», como se diz em vulgar, tomou há anos já posição decisiva nas ruas de Lisboa. E, embora lute com as mesmas contrariedades dos «eléctricos» — o automóvel individual coalhando inconvenientemente as ruas, os atravessamentos alternados nos cruzamentos, os velhos bairros de ruas estreitas, inadequadas ao súbito fenómeno da intensificação do trânsito — a verdade é que ele, o auto-carro, tem papel assegurado na Lisboa que está e na que há-de vir. Pertencem-lhe duas inegáveis vantagens: o trânsito facilitado pela supressão de *rails* e, em grande parte a consequência desta, a rapidez de deslocação.

Lisboa, porém, cresceu, desenvolveu-se, complicou-se. A sua população aumentou, surgiram novos bairros. O *omnibus*, ou auto-carro, importante embora como meio actual de transporte colectivo, não pode aspirar a vir a ser, já no próximo-futuro, instrumento decisivo, sequer suficiente da nossa capital. As estatísticas, que muitos têm por uma engenhosa Arte de Mentir, ameaçam com as angustias de novos e tremendos problemas de trânsito nos anos que se aproximam, se desde já não forem tomadas em conta os seus coeficientes e determinantes. Eis que, dia e noite, se martela já o sub-solo da capital para a instalação do Metropolitano. Na fase actual dos trabalhos o ruídos destes, a extensão das valas, a permanência, longo tempo, dos tapumes denunciando obras penosas e difíceis de perfuração — tudo nos faz evocar o símbolo wagnereano do *Oiro do Reno*, o *leit-motiv* persistente, do «trabalho de destruição dos *Niebelungen*», subterrâneo... Por outro lado sentimos, como não pode deixar de ser, a esperança a impor-nos a ideia de nos próximos anos um novo e utilíssimo meio de transporte colectivo vir, decisivo, instalar-se na capital, transporte que só falhará a sua missão se não for barato.

A evolução operada nos meios de transporte colectivo de Lisboa, desde os *Rippers* ao próximo *Metropolitano*, afigura-se-nos assim como descrevendo um curso perfeitamente natural, e que devemos aceitar a imposição deste como lógica consequência da extensão da cidade e do súbito aumento da sua população que, de 630.000 habitantes em 1931, passou seguramente a 1 milhão nestes começos de 56: um terço mais em 25 anos. Seja, pois, benvindo o *Metropolitano* e tomemo-lo como legítimo expoente da intensificação do movimento da capital. É-lhe reservado

um papel civilizador a que não deixará de corresponder uma folha de serviços. Tenhamos essa esperança.

Uma questão porém, assente esta permissão, é lícito formular. E vem a ser esta:

Remodelado, pela imposição do Metropolitano, o sistema de viação que serve a parte da cidade não acidentada, não será lícito desejar que seja estudado, com fim à sua mais racional actualização, o sistema usado para com os bairros planálticos da capital — aqueles onde, justamente, não chegará o benefício próximo-futuro da *rápida* deslocação de passageiros em linhas subterrâneas?

*

A Lisboa romântica de há um século orgulhava-se das suas «Sete Colinas». Esta cidade magnífica, diz o Pinho Leal ⁽³⁾, «está edificada sobre sete montes, que são: S. Vicente de Fora, Santo André, Castelo, Sant'Ana, S. Roque, Chagas e Santa Catarina do Monte Sinai». O Dicionário de Pinheiro Chagas repete a gracinha quase pelas mesmas palavras, sinal de que os nossos avós levavam muito em gosto o «simile» de Roma, a cidade eterna. O conjunto orográfico citado parece ser o observado do Tejo, frente ao Terreiro do Paço. O Alto de S. João, o Monte de S. Gens, a Penha de França, excediam incômodamente as «Sete Colinas». Por essa razão romântica, e por outras, não tinham ainda foros de cidadania.

Efectivamente neste ponto oriental da cidade, ainda no tempo do Eça, o que existia para lá do extremo nordeste da Rua da Graça era, praticamente, o campo. Na Cruz dos Quatro Caminhos, onde bifurcavam o Forno do Tijolo e o Caminho da Penha, confinava a cidade com o arrabalde por estradas e azinhagas. Ali, em «vereda larga, entre quintais, descendo pelo pendor da colina mas acessível a carruagens», é que o excelente romancista de *Os Maias* localizara a *Vila Balzac* — «casota de paredes enxovalhadas com dois degraus de pedra à porta».

Era isto ao dobrar o terceiro quarto do século XIX. Hoje, oitenta anos passados, *para lá* da Vila Balzac fica uma das mais populosas freguesias da capital — a Penha de França, que o censo de 1950 dava com mais de

(3) *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, pág. 105, 1.ª col.

12.000 fogos e cerca de 50.000 habitantes. E se a estes números juntarmos os que, pelo mesmo censo, respeitam as freguesias confinantes (Anjos, Castelo, Escolas Gerais, Graça e Santa Engrácia), na parte de elas que interessa o povoamento da copiosa lomba planáltica — Graça, Sapadores, Penha de França, Travessa do Calado, não é difícil verificar um conjunto de bairros, velhos, novos e novíssimos, onde se estimam para cima de 25.000 fogos correspondendo a uns 100.000 habitantes, ou seja — 10 % da população total de Lisboa.

A zona descrita, no que respeita a transportes colectivos, é servida, em ligação com a Baixa, pelas carreiras de «eléctricos» da Graça (n.ºs 10 e 11); e, de outras procedências e para outros destinos, por *omnibus*, ou auto-carros (carreiras n.ºs 11, Picheleira-Sete-Rios; 12, Sapadores-Algés, e 17, Alvalade-Areeiro-Cais do Sodré).

Os «eléctricos» como toda a gente sabe, ligam a Baixa ao Largo da Graça em linhas de *circulação*, duas, de direcção oposta entre si. Os auto-carros servem a zona planáltica atravessando-a (11 e 17), ou tendo nela o seu termo (12), mas sem proveniência ou passagem directa pela Baixa.

«Eléctricos» e auto-carros não estão correlacionados em serviço de *correspondência*. Uns e outros têm encontro *casual* nos cruzamentos Penha-Sapadores-Graça-Angelina Vidal. Os primeiros, vindo da Baixa pelos Anjos, afastam-se para sul, uma vez chegados ao alto da colina (Rua da Graça). Os segundos partindo de distantes bairros orientais (Alvalade e Picheleira), para outros se dirigem bifurcando para nascente e para norte. A ligação com a Baixa é, pois, feita exclusivamente pelos «eléctricos», *mas não em linha directa*. É serviço que se faz, como há 40 anos, em via circulatória. Um trajecto toma a curva Sé-Limoeiro, S. Tomé, Escolas Gerais. Outro segue a volta infindável da Rua da Palma, Anjos, Bairro Andrade e Angelina Vidal. Nas chamadas «horas de ponta» estes carros, circulando duplamente em direcções opostas entre si, são mais um elemento, entre numerosos, do engarrafamento do trânsito na Rua da Palma e Martim Moniz. Nessas «horas de ponta», apinhados os carros que sobem da Baixa pelos dois citados trajectos, mas principalmente os da circulação Anjos, despejam-se, quase por completo, na bifurcação de Sapadores. Despejam-se para, os que seguem para a Baixa pela mesma via, ali se encherem do novo e completamente. Reconhece-se, sem grande esforço, ser *ali* o ponto crucial do mesmo trânsito. O defeito, melhor, a insuficiência da velha circulação, fica denunciada com esse despejar e encher de passageiros, *ali*, os quais seguem para suas casas, ou delas vêm, a pé,

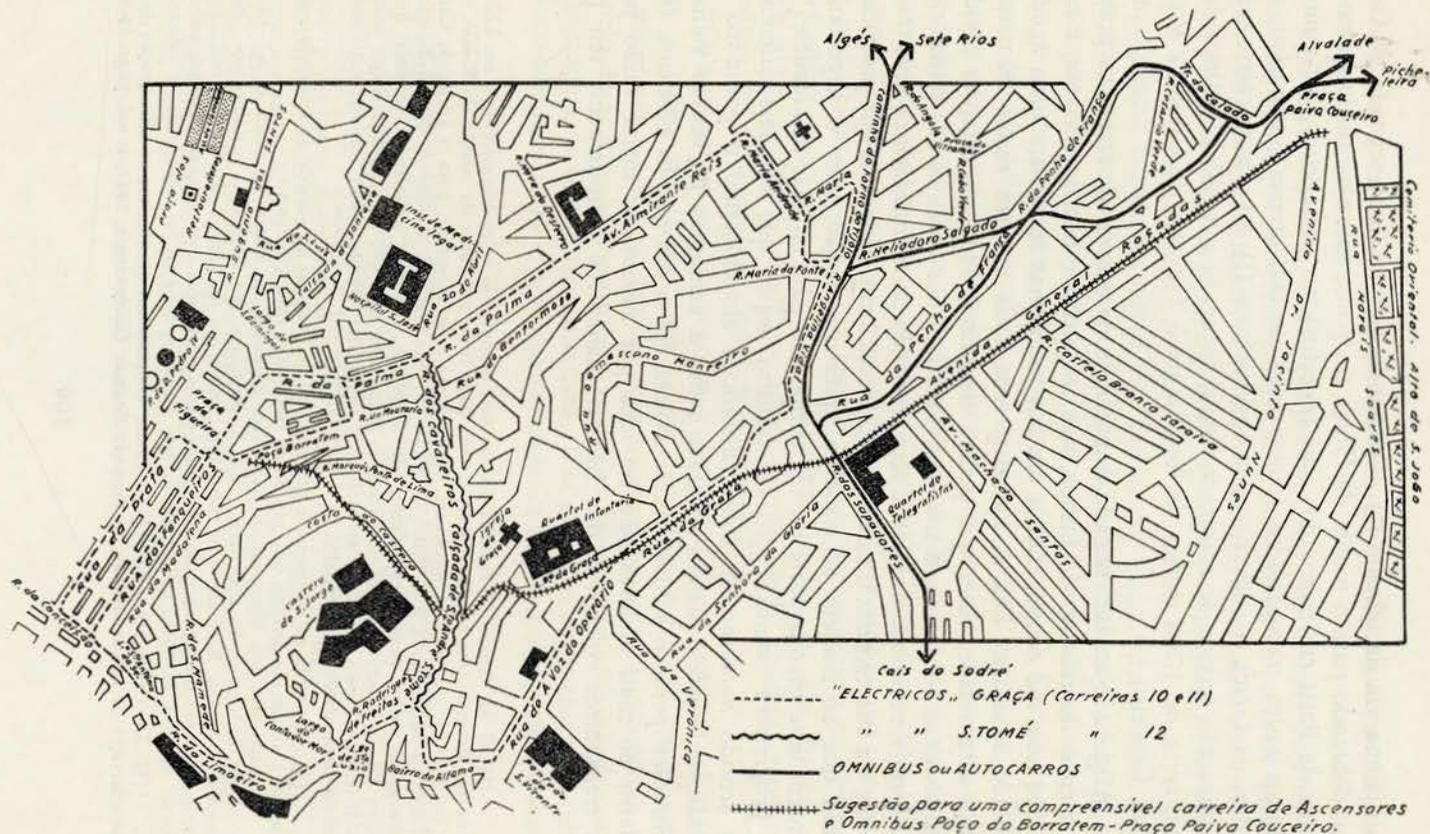
por falta de transporte em directa correspondência para os seus distanciados bairros.

Os «eléctricos», na sua circulação pela Sé, percorrem até à Rua da Graça para cima de 2.700 metros de via. Maior é sem dúvida o percurso da circulação pelos Anjos. Se, porém, examinarmos uma planta da cidade, verificamos facilmente que a distância, em linha recta, entre a Praça da Figueira e a Igreja da Graça não excede os 600 metros. É até impressionante considerar, do fim da Rua da Palma, aquela proximidade. É mais impressionante, ainda, a verificação da ausência dum plano que, ao lado do Metropolitano, remodele um sistema de transportes colectivos estagnado desde há mais de 40 anos, tendo tido apenas, a partir de então, o complemento da linha circulatória, que desce Angelina Vidal e o Bairro Andrade, e o aumento do número de carros — agravante do engarrafamento em Almirante Reis, sobretudo nas horas de maior trânsito em que, habitualmente, não se faz o trajecto Figueira-Sapadores em menos de 20 a 25 minutos (em linha recta distância menor que a dos Restauradores a Barata Salgueiro).

A carreira 12 dos «eléctricos» substituiu, como se sabe, o velho elevador da Graça. Mas essa substituição não foi total, como também é sabido. O elevador, chegado a Santo André, dobrava para a esquerda, *subindo* até à Graça; o «eléctrico» *desce* direito a S. Tomé.

Em 1884, com menos trânsito e consideravelmente menos recursos técnicos, Lisboa apreciava os elevadores, que da Baixa subiam «as íngremes ladeiras em poucos minutos... evitando as longas voltas e acelerando o movimento dos passageiros entre os valles e as colinas». Setenta anos mais tarde, com as colinas intensamente povoadas, a vida colectiva submetida a crescente aceleração, parece de nosso dever, não solicitar apenas, e aplaudir, uma remodelação do velho sistema de transportes colectivos insistindo para que, *directamente*, ligue tais colinas com a Baixa; mas ainda, e principalmente, que tal reforma corresponda, no solo planáltico de Lisboa, à modernização, comodidade e rapidez de trânsito que o Metropolitano, quando pronto a funcionar, irá oferecer à parte não acidentada da capital.

No caso sугeito do trajecto Praça da Figueira-Travessa do Calado, em travessia directa pela Graça-Sapadores-Penha de França (ou, quando terminada, a Avenida General Roçadas), uma linha de elevadores ou um sistema de escadas mecânicas poderiam ser o elemento decisivo da nova



e utilíssima via de trânsito ⁽⁴⁾. Ganhando cota na linha sepeada do Castelo, dobrando para o monte da Graça em ponte sobre o casario (como o Metro de Paris em tantos dos seus trajectos), os passageiros, em poucos minutos assim transportados (pouco mais de 600 metros), tomariam no Jardim da Graça o «eléctrico», o «trolley-bus» ⁽⁵⁾ ou o auto-carro, num sincronizado serviço de *correspondência*, seguindo a lomba planáltica descrita, cerca de 1.200 metros de trajecto até à Travessa do Calado e Praça Paiva Couceiro.

Afigura-se-me ter chegado o momento de encarar de frente os graves problemas do trânsito de Lisboa, um dos quais, e bem importante, é este de que hoje me ocupo. Dia a dia tais problemas se tornam mais agudos pedindo soluções. Dia a dia se ouvem, cada vez em maior número e maior intensidade, vozes que pedem «movimentos fáceis, relações rápidas com todas as zonas suburbanas.» Evidenciam tais vozes os «... transtornos que para a economia da cidade têm resultado da morosidade os seus transportes e a sua escassez e carestia...». E concluem, com mais que justificada razão que «o homem de trabalho, quer o operário, quer o negociante, perdem uma grande parte do seu tempo útil para circular na cidade» ⁽⁶⁾. A progressiva intensificação do trânsito impõe que ele seja orientado no sentido *moderno* de cobrir distâncias abandonando o paradoxo de Fradique Mendes quando perorava sobre a vantagem da «curva vadia e delirante» perante a linha recta. Numa época em que os edifícios, com quatro ou mais andares, são servidos por ascensores, maior razão para os transportes colectivos dos bairros planálticos considerarem seu pri-

⁽⁴⁾ O Sr. Conde do Funchal no seu ante-projecto de «Um Metropolitano em Lisboa» (*Primeira Reunião Olisiponense*, 1947, II vol., pág. 183), faz partir da estação do Rossio, testa da linha n.º 3, três escadas mecânicas, subterrâneas e de superfície, para o Largo do Carmo, o Largo da Misericórdia e S. Pedro de Alcântara. São elas, ali, o elemento de distribuição de «passageiros pelos pontos estratégicos da actividade cidadina» indicados. Acontece que o Bairro Alto já é servida pelos elevadores de Santa Justa e da Glória, verdade seja que bastante insuficientes. Porém as populosas colinas Castelo-Graça-Monte, estão incompreensivelmente omissas neste interessante trabalho.

⁽⁵⁾ «Coimbra não é apenas a única cidade de Portugal que dispõe de *trolley-bus*, como é ainda a cidade da Europa que possui os *trolley-bus* mais cidadãos.»

Assim abre seu texto um curioso artigo publicado no *Diário de Notícias*, n.º 32.257, de 12 de Dezembro do ano findo, pág. 5, intitulado «O Elogio do «trolley-bus». Numa bosquejada notícia histórica dos transportes colectivos da capital da Beira-Litoral, aquele *elogio* surge em consequência de eloquentes dados estatísticos com os quais pretende provar o enorme impulso da viação coimbrã desde que o «trolley-bus» ali foi substituindo o «eléctrico».

⁽⁶⁾ Dr. Carlos Hermenegildo de Sousa, «Imperativos económicos na urbanização de Lisboa - Serviços de viação urbana», in *Primeira Reunião Olisiponense*, 1947, II vol. págs. 19 e 20.

meiro passo a «ascensão» àqueles bairros, fácil e rápida, com poupança de tempo e de energia.

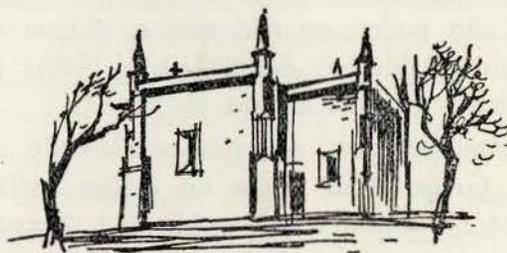
O Bairro Alto e o Torel, por estarem um pouco mais próximo da Baixa ou ainda por haverem evidenciado, mais cedo, importante urbanização, são servidos há muitos anos por elevadores, hoje, aliás, reconhecidamente insuficientes, sobretudo o primeiro (Glória e Santa Justa). É possível que o Castelo de S. Jorge, por envolver um bairro pobre e de relativamente poucos fogos; e a Graça, e a Penha, por terem tido, décadas atrás, importância semelhantemente reduzida, não hajam merecido até há pouco as atenções de quem se curva, por suas mesmas responsabilidades, sobre estes e outros problemas dos transportes colectivos. O Castelo, porém, mercê da magnífica transformação por que passou em 1940, é hoje logradouro público de primeira ordem e será amanhã, uma vez servido por transportes fáceis, o primeiro de Lisboa (⁷). O turismo da capital tem-no como jóia de alto preço e ao seu inestimável miradoiro como factor decisivo a atestar a nacionais e estrangeiros, a beleza infinita das perspectivas acidentadas da nossa linda Lisboa. Porém, para atingir a culminância do Castelo, quem não poder, ou não quiser, utilizar o táxi, haverá de subir a pé, por Santo André ou Santa Luzia. Numa palavra: repetir a escalada de afonsinhos e cruzados do século XII.

O ascensor impõe-se, pois, ali, por necessidade urgente, tal como ante a colina da Graça, onde além de razões turísticas semelhantes (o miradoiro do Monte suporta sem temor a moderna concorrência do Castelo de S. Jorge), existem hoje as razões dum insuficiente e desactualizado sistema de transportes colectivos. Um conjunto de bairros com cerca de 100.000 habitantes e aproximadamente 25.000 fogos espera, nos anos

(⁷) O plano para as obras da sua remodelação proveio dum parecer, ou relatório, que o ilustre olisipógrafo Gustavo de Matos Sequeira, director deste Boletim, subscreveu e apresentou ao malogrado Ministro Duarte Pecheco em 8 de Abril de 1938, quando justamente se iniciavam os trabalhos preparatórios das Comemorações Centenárias de 1940. No estudo que conduziu a tal documento, e por consequência a esses trabalhos, havia participado o falecido e igualmente ilustre olisipógrafo Dr. Alberto Mac-Bride Fernandes. Ali se sugeria a *utilização* e a *vida* do Castelo de S. Jorge ressurgido, descascado das inestéticas casernas filipinas e emoldurado pela arborização que hoje admiramos no belo logradouro. Foi também falado, nesse documento, o inevitável problema das comunicações, aventando-se que um ascensor transportasse da Baixa (Escadinhas de Santa Justa) quantos quisessem, turistas ou aborígenes, ir gozar do lindo panorama do Castelo.

Tudo foi realizado em obediência ao parecer de Matos Sequeira, acolitado por Mac-Bride. Tudo menos o ascensor. E é pena. Mais do que isso — é falta grave. Sem o ascensor o Castelo continua longe da Baixa — ele que é o centro, o centro da velha Lisboa, e dista do Rossio apenas umas escassas centenas de metros...

que se aproximam, a melhoria de transportes, na sua linha de altura, que o Metropolitano, mergulhado no sub-solo da cidade baixa, lhe não poderá dar. A sua falta dia a dia será posta em evidência, mormente quando a Avenida General Roçadas, ligada em seus dois pedaços pela ponte há largos anos projectada, vier romper a Sapadores, como é também velho projecto ainda não realizado mas que, como se realidade fosse, consta já das últimas e penúltimas edições de plantas da cidade, que apresentam aquela avenida no seu rasgo total, denunciando o importante papel que lhe está destinado, em face do trânsito, quando concluído o pouco que lhe falta.



COMEMORAÇÕES
DO
20.º ANIVERSÁRIO
do Grupo

Reunião do Conselho Geral

No dia 23 de Fevereiro, pelas 19 horas reuniu pela primeira vez o Conselho Geral do Grupo, constituído por todos os membros, efectivos e substitutos, em exercício ou não, dos seus Corpos Gerentes e Secções várias.

O Conselho fora convocado pelo Presidente da Assembleia Geral, nos termos do artigo 44.º, a pedido da Junta Directiva, que desejou com essa reunião abrir as Comemorações do 20.º Aniversário do Grupo.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Prof. Doutor Celestino da Costa
Prof. Doutor F. Freitas Simões
Doutor Eduardo Neves
Prof. Doutor Joaquim Fontes
Académico Gustavo de Matos Sequeira
Eng. Teixeira Duarte
Eng. D. Francisco Mendia
Contabilista Higino Nunes da Silva
José Francisco de Oliveira
Publicista Mário de Sampayo Ribeiro
Publicista Mário Costa
Hugo Raposo
Luís Moita
Publicista Alfredo Ferreira do Nascimento
Teodoro Lopes Ramos
Dr. José Mendes Cruz
Dr. Roberto Sarmiento
Eng. Diogo Sobral

Justificaram a sua falta os seguintes membros:

Prof. Doutor António Monteiro da Costa
Mestre Jaime Martins Barata
Visconde de Santarém
Coronel José Maria Sardinha Pereira Coelho
Jornalista Acúrcio Pereira

A todos os Sócios a que se refere o Art. 42.º dos Estatutos fora enviada convocação escrita individual.

Abriu a sessão o Presidente do Conselho Geral, PROF. FREITAS SIMÕES, que proferiu o seguinte discurso:

O *Alfacinha* cem por cento que eu sou, sente-se muito honrado e feliz por lhe ter cabido a grata missão de presidir a este Conselho Geral, conselho que, ao cabo de vinte anos de existência do nosso Grupo, pela primeira vez foi convocado e se encontra reunido.

Muito breves palavras vou dizer à guisa de abertura:

Com esta sessão tem início a série de comemorações destinadas a marcar a passagem do 20.º Aniversário do Grupo dos Amigos de Lisboa.

Tais comemorações visam, em primeiro lugar, a homenagear todos aqueles que o merecem e, em segundo, a procurar estreitar conhecimentos e amizades pessoais, tudo a bem da nossa LISBOA.

As homenagens são, umas à saudosíssima memória de quantos infelizmente já perdemos — e não são poucos —, deles destacando os que há precisamente vinte anos, em hora bem feliz, deliberaram e constituíram mesmo, o núcleo primário do nosso Grupo, núcleo que a breve trecho, mercê não só da quantidade mas principalmente da qualidade de muitos dos seus associados, veio a ocupar o lugar proeminente que hoje ocupa na vida da nossa Cidade de Lisboa.

Na missa de amanhã, sufragando as suas almas, lhes renderemos o preito da nossa saudade e gratidão.

Homenagens são com igual justiça devidas a todos os que tendo ocupado ou ocupando ainda lugares de Direcção, tão bem souberam haver-se, que a eles muito se deve d'aquilo que o nosso Grupo hoje é, e de que tanto nos podemos orgulhar.

O outro aspecto das comemorações que ora se iniciam é o social, digamos, o de aproximação, de confraternização, entre os nossos sócios e suas famílias, e assim, para melhor nos conhecermos e mais nos estimarmos foi resolvido que nos reuníssemos num jantar.

Acho bem.

O ver e o saborear bons *comeres* e melhores *beberes*, predispõe ao bom entendimento entre os homens, ao contrário do que parece acontecer entre os outros animais.

É pois de aplaudir a ideia, como de aplaudir é a escolha do local para esse jantar.

Onde melhor estariam os Amigos de Lisboa reunidos em banquete de confraternização do que dentro dos próprios muros daquilo que foi o berço onde nasceu a terra que nosso berço viria a ser?

No Castelo de São Jorge estaremos pois no próximo sábado, para, uma vez mais e como sempre embevecidos, admirarmos a nossa querida LISBOA.

Aos membros do Conselho Geral aqui presentes eu tenho a honra de saudar e também de muito lhes agradecer o terem vindo dar tanto relevo a esta Sessão.

Estão inscritos para falar os Srs. Prof. Dr. Celestino da Costa, Ilustre Presidente da Junta Directiva, Gustavo de Matos Sequeira, Vice-Presidente e Dr. Eduardo Neves, Secretário Geral.



Reunião do Conselho Geral. O Dr. Eduardo Neves, Secretário Geral do Grupo, lendo o seu discurso

Não quero por isso alongar-me mais e assim privar por mais tempo V. Ex.^{as} do prazer que para todos nós é ouvir tão ilustres consócios.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Junta Directiva, PROF. CELESTINO DA COSTA, que disse:

Congratulo-me sinceramente por esta reunião e agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia Geral tê-la convocado. Nada tenho que acrescentar às suas palavras. Mas não quero deixar de salientar o facto de pela primeira vez se cumprir a disposição dos Estatutos que prevê a existência deste Conselho.

A circunstância de até aqui se não ter sentido a necessidade de reunião do Conselho Geral tem um alto significado para a Junta Directiva. Quer dizer que o Grupo tem sempre tido confiança na sua Junta Directiva e nas Comissões que elege. Não posso deixar de considerar que esta confiança, sempre reiterada, constitue para a Junta Directiva a recompensa do seu esforço. Há 15 anos que a Assembleia Geral me conserva neste lugar e que todos os problemas a cargo do Grupo passam pelas minhas mãos e dos meus illustres colegas da Junta Directiva. Não são apenas problemas de conservação das antiguidades de Lisboa e de estudos da sua história. São também todos aqueles que interessam à beleza, a conforto, a todos os aspectos da vida cidadina. Por vezes trata-se de questões de certo melindre, difíceis mesmo, de assuntos a tratar com as instâncias oficiais. Devo reconhecer que mais de uma vez a Câmara Municipal de Lisboa tem publicamente reconhecido o serviço que o Grupo presta à cidade interessando-se pelos seus assuntos. Este reconhecimento oficial e a confiança da Assembleia Geral, eis os factos consoladores que nos estimulam a trabalhar com entusiasmo. Ao Conselho Geral as minhas saudações e os votos de uma constante e fecunda colaboração.

O Director deste Boletim, GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, ergueu depois a sua voz para recordar os «Iniciadores» do Grupo que haviam abalado com a Morte. E disse:

Amigos:

Ao completarem-se vinte anos de existência do nosso Grupo, é de toda a justiça lembrar de entre aqueles catorze que o criaram, os sete que caíram no caminho encetado, esses que não podem estar connosco hoje. Para eles vai a nossa saudade de camaradagem, e com eles está o nosso pensamento.

Ainda parece que foi ontem que nos encontrámos numa sala da «Propaganda de Portugal» para assinarmos o primeiro documento no nosso arquivo. Vejo-os a todos na minha memória: — João Pinto de Carvalho, o inesquecível *Timop* da «Lisboa de Outros Tempos» que tão bem sentiu a paisagem humana da sua querida cidade, dos períodos agitados e pitorescos do Liberalismo, da Maria da Fonte e do Romantismo; Vieira da Silva, o Mestre de Todos, que soube ressuscitar a urbe do Tejo em sucessivos aspectos da sua cintura de muralhas e profundou a sua história nas mais recuadas épocas; Alberto Mac Bride cuja cultura singular lhe permitiu entender de coração e, consequentemente amar, esta terra que lhe fora berço; Norberto de Araújo, o cronista popular por excelência, que se enternecia perante um recanto humilde, uma casa pintada de cor de rosa, uma trapeira onde espreitasse uma cara de rapariga, uma árvore debruçada num muro, e que deixou uma obra de ternura e de poesia cidadina; Álvaro Maia, espírito

brilhante, de um tradicionalismo sincero, que logo acamaradou na iniciativa de defender dos maus uma cidade de bons; Levy Marques da Costa, que foi Presidente do Município, e foi um apaixonado da sua beleza e da sua grandeza; e Rocha Martins, o fogaoso jornalista, e condiscípulo, sempre combatente nas primeiras linhas de fogo, fossem elas quais fossem, e que também quis estar entre os primeiros franco-atiradores desta campanha de defesa e de amor.

As suas penas de escritores, os seus entusiasmos de alfacinhas estremes, os seus cérebros e os seus corações, deixaram de latejar e de bater, mas as suas obras, o seu exemplo, a sua fé, legaram-nos ensinamentos que aumentaram o nosso capital de coragem e de saber para esta empresa de defesa e de propaganda de Lisboa. Para eles vai, neste momento, a nossa lembrança, o nosso afecto e a nossa saudade. Se tudo isto couber dentro de um minuto de silêncio, calemo-nos todos por um minuto, e fechemos os olhos para os sentir melhor a vivê-lo connosco.

O Secretário Geral do Grupo, DOUTOR EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES, proferiu após a alocução que se segue:

Há vinte anos, catorze alfacinhas sonharam uma agremiação cultural para acarinhar a sua cidade natal, esta nossa Lisboa.

No entusiasmo do início a ideia cresceu, tomando vulto e apesar dos cépticos, dizerem, ser sol de inverno, de pouca dura, ela perdurou e e dura há vinte anos feitos como obra nítida realizada.

Sós com o nosso esforço vivemos e perdurámos, dispomos de uma biblioteca especializada e temos setenta números do nosso OLISIPO publicados, além de numerosas edições.

A nossa tarefa cultural em visitas de estudo, conferências, exposições, etc., é notável e não tem sofrido desfalecimento.

A cidade deve-nos algo.

No ardor do combate e no decurso do tempo dos catorze da comissão organizadora, que assinaram em Fevereiro de 1936 os nossos estatutos sete caíram já, mas estão sempre vivos na saudade dos nossos corações e deles falou já Matos Sequeira com o seu entusiasmo de novo e o seu saber de velho Mestre, ele também um dos sobreviventes, e por muitos anos.

Dos vivos é mister lembrar a acção dos meus dois antecessores no cargo de Secretário Geral, Pastor de Macedo o fulcro inicial e o timoneiro das primeiras horas, e Hugo Raposo que o veio render com o seu tacto e amabilidade diplomática de bom e devotado amigo, quando Pastor de Macedo ascendeu à Vice-Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, onde à cidade e à cultura lusíadas tantos meritórios serviços tem prestado.

Dos restantes colaboradores da primeira hora o Dr. Eugénio Mac Bride companheiro dedicado de seu irmão o nosso saudoso antigo Presidente da Assembleia Geral, Leitão de Barros sempre cheio de

iniciativas e entusiasmos, que ora preside à nossa Comissão de Contas e que há pouco à cidade deu a «Avó Lisboa», Sampayo Ribeiro com a sua *Prolifonia*, que junto de nós se ensaiou e que faz honra ao nome da terra onde ele e o seu grupo nasceram e tantas vezes com a sua erudição nos tem auxiliado na nossa missão cultural, o Coronel José Pereira Coelho antigo Vereador que é ainda membro da nossa Junta Directiva, merecem de todos nós uma saudação especial.

Coube-me o ensejo de há três anos fazer a exposição das actividades do nosso Grupo que resultou frutuosa e elucidativa e agora a tarefa de promover esta comemoração que abre a reunião de hoje em que pela primeira vez o Conselho instituído pelo artigo 42 dos nossos estatutos, se reúne. De facto vinte anos duma instituição cultural do tipo da nossa é um assunto importante para o Grupo e até para a cidade que servimos e bem justifica a convocação de V. Ex.^{as}.

Saudando pois no Conselho cada uma das pessoas de V. Ex.^{as}, nossos prestimosos colaboradores, que com os seus nomes emprestam brilho à larga lista dos nossos corpos directivos, que sempre solícitos acorrem quando precisos à nossa chamada.

Nestes vinte anos em que mais ou menos desde a comissão organizadora, como tesoureiro da nossa primeira Junta Directiva, depois vogal da mesma e agora como secretário geral, tenho acompanhado a vida do Grupo, não poderia deixar de saudando V. Ex.^{as} esquecer o apoio inteligente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa de que os seus Presidente e Vice-Presidente e oito dos actuais vereadores são nossos sócios, a Imprensa e a Rádio sempre solícitos e compreensivos e a grande massa dos nossos consócios que permitem a nossa existência, alguns vivendo fora de Lisboa e não perdendo o entusiasmo pela acção e obra que vimos realizando, todos merecem os nossos agradecimentos que tornam mais amena e menos difícil a espinhosa acção de Secretário Geral.

Por mais duma vez a nossa Biblioteca tem sido enriquecida com ofertas valiosas, recordando-me, neste momento, da referente ao nosso 10.º Aniversário, a colecção completa da 1.^a edição da *Lisboa Antiga* e a deste nosso 20.º Aniversário, a 2.^a edição do *Bairro Alto* ambas devidas à generosidade do nosso consócio fundador Sr. Teodoro Lopes Ramos, a do *In Memoriam* do Pintor Constantino Fernandes, a da colecção completa das obras do falecido consócio o poeta João Maria Ferreira que nos legou dois prédios, actualmente em uso-fruto de terceiros, alguns quadros de autor como a «Casa do Menino Deus» do Pintor Fausto de Sampaio, oferecido pelo autor, nosso sócio. «O poço das Picoas» de Prieto, oferta da nossa consócia D. Guida Keil, um desenho olisiponense de Luís Trindade, oferta do autor, além de gravuras olisiponenses e exemplares bibliográficos dos nossos consócios João Voetelink, Dr. Ferreira de Almeida e outros.

No programa das comemorações do nosso vigésimo aniversário não se esqueceram nem os vivos a quem saudei nem os mortos já

referidos por Matos Sequeira e por cuja alma amanhã na vizinha Igreja de S. Roque, da Misericórdia de Lisboa, será rezada missa por um sacerdote olisiponense o nosso consócio Rev. Padre José Correia da Cunha e também a nossa missão cultural com a realização dos *Colóquios olisiponenses* na sua 5.^a sessão logo à noite na sede e a excursão a Massamá a propósito da recolocação pela Câmara Municipal de Sintra dum marco do termo de Lisboa, finalmente em jantar de confraternização reunir-nos-emos no sábado à noite na Casa do Leão do Castelo de S. Jorge, sob a presidência do nosso sócio fundador Sr. Luís Pastor de Macedo actual Vice-Presidente, como sabeis, da Edilidade lisbonense.

Julgamos assim, não descurar nem a nossa obrigação nem os nossos hábitos de cultura, homenagem e respeito pela nossa terra e pelos seus servidores e amigos,

A todos V. Ex.^{as} os meus melhores cumprimentos.

HUGO RAPOSO, antigo Secretário Geral do Grupo e seu actual Tesoureiro trouxe à reunião a seguinte mensagem:

Um dia ao pegar no «Diário de Lisboa» deparo com a notícia que diz estar formado por um núcleo de lisboetas o Grupo que se propunha ocupar-se dos problemas da cidade e da sua história. Vizinho e amigo do saudoso Norberto de Araújo, pergunto-lhe nesse mesmo dia como podia dar a minha adesão a esse movimento. Norberto indica-me a maneira de me pôr em contacto com Luís Pastor de Macedo, o que fiz sem a menor delonga no dia imediato e é ele quem recebe a minha franca e calorosa adesão.

Parece que foi ontem e já lá vão vinte anos. Não pelos méritos, mas pela devoção com que me entreguei a esta causa, parece-me que aqui dentro percorri todos os postos que estavam ao alcance das minhas possibilidades. Não sei se o Grupo me deve alguma coisa. Eu devo muito ao Grupo.

Aqui dentro desta Escola, posso mesmo dizer Academia, e no convívio com as mentalidades mais esclarecidas, formei a minha consciência olisiponense. Aqui dentro assisti à crepitação das primeiras chamas que produziram a grande labareda que anima esta prestante colectividade. Aqui dentro contraí das melhores amizades da minha vida, tantas e tão veementes que me seria difícil enumerá-las e exprimi-las.

Teria sido apenas o mero diletantismo que nos aproximou e reuniu dentro desta agremiação? De maneira nenhuma. Este Grupo era uma necessidade nos nossos corações e na nossa inteligência. Apenas não existia a sala onde nos reuníssemos para confraternizarmos e comunicarmos uns com os outros. O Grupo foi o ponto de reunião da alma olisiponense. A Rainha Cidade convocou para aqui os seus vassallos, os seus cortezãos, os seus ministros, os seus altos digni-

tários, a nobreza afinal deste movimento de cultura. A Deusa Olisipo fundou aqui o templo da sua religião e criou os seus rituais e mandamentos.

A Bíblia estava escrita por Júlio de Castilho, essa Lisboa Antiga, esplendor das letras pátrias, peça rara de paciência, de erudição, de amor à sua terra. Aí se vão beber os mais valiosos ensinamentos e decifrar os mais complicados enigmas da história, desde as eras mais remotas, mesmo recuando à escuridão da lenda, por onde Castilho passeava, como se claro dia fosse, e com que segurança.

Não o conheci e tenho pena. Mas pelo retrato, pela leitura da sua prosa gentil e pela narração de quem com ele conviveu, é como se o conhecesse. Distinto nas maneiras. Elegante nas atitudes. Fidalgo em todos os actos. A probidade em pessoa. Sem o saber, sem o sonhar, o Visconde de Castilho foi sem dúvida o verdadeiro fundador dos «Amigos de Lisboa».

Foi ele com a *Lisboa Antiga*, com a *Ribeira de Lisboa*, com o *Bairro Alto*, que desvendou à mentalidade contemporânea um capítulo radioso da investigação, até então meramente abordado por Marinho de Azevedo no Séc. XVIII e em XIX talvez pelo Padre Baptista de Castro, por Pinho Leal e poucos mais.

Ao exaltar a figura nobilíssima do Visconde de Castilho, não posso prestar maior homenagem às pessoas que tão bem o compreenderam, ao prosseguirem na grande obra que ele legou à Pátria e à nossa eterna Lisboa.

No momento em que comemoramos o fecho da nossa segunda década de vida, não seria justo omitir uma comovida lembrança desse outro sábio que foi o primeiro Presidente desta casa. Augusto Vieira



Em 26 de Junho de 1953 o Grupo transferiu a sua Sede para o 1.º andar do Largo Trindade Coelho.

da Silva. Esse sim, conheci-o e bem de perto e com que comoção pronuncio o seu nome. Adverso a tudo quanto pudesse pô-lo em evidência, não se entendia com o ruído da multidão, mas pelo contrário era encantador, relativamente comunicativo e até espirituoso, quando se encontrava entre dois ou três amigos.

É na recordação e na veneração desse grande Amigo que termino o parco concurso que pude trazer perante pessoas tão ilustres, a esta solene comemoração.

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO, o último orador da tarde...

...recorda que foi com o maior prazer que alinhou com os fundadores do Grupo. Então impunha-se a criação de um organismo que se preocupasse e tivesse por fim afervorar nas ânímos dos moradores de Lisboa o amor à capital, pois chegava a dar-se o contrasenso de haver lisboetas de nascimento que se alheavam por completo dos destinos e da tradição da terra que lhes fora berço. O Grupo surgiu na hora própria e a sua acção impô-se desde o primeiro momento graças à conjugação de esforços do verdadeiro escol que o tornou realidade. Vinte anos decorridos Deus chamou a Si sete dos iniciadores, mas — Deus louvado! — o mesmo espírito que presidiu à criação anima e irmana ainda os sete sobreviventes no culto por esta Lisboa prezada.

Terminou sugerindo que a Direcção estude a cunhagem de medalha ou placa comemorativa da fundação do Grupo ou do seu vigésimo aniversário

A Reunião terminou cerca das 20 horas, havendo o seu Presidente manifestado grande satisfação pela forma elevada como ela havia decorrido.

Jantar de Confraternização

Na ordem cronológica das comemorações do 20.º Aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa» foi terceiro acontecimento o jantar de confraternização dos seus actuais componentes, sintetizados em cerca de oitenta convivas, que tantos foram os que, na noite fria e áspera de 25 de Fevereiro, subiram simbolicamente ao Castelo de S. Jorge e ali, por volta das 10 horas da noite, escalada a mais antiga colina de Lisboa, em libações amáveis e saboroso repasto, deram largas ao prazer da fraternal reunião de *Amigos*, que verdadeiramente se mostraram como tal no luzido banquete, duma das cidades do mundo mais bem dotadas pela natureza, mais bela portanto.

Ao jantar presidiu, conforme era de justiça, o Sr. Luís Pastor de Macedo, muito ilustre Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Essa honra, conferida ao «Iniciador n.º 1» do Grupo «Amigos de Lisboa» foi, pela mesma sua aquiescência, transferida ao Grupo

cujo vigésimo aniversário se comemorava. Efectivamente correspondeu para os «Amigos de Lisboa» honra muito apreciável a presença de Sua Ex.^a no jantar em que todos os seus antigos companheiros confraternizaram. E assim, no mais respeitoso silêncio e comovida atenção, Luís Pastor de Macedo fez ouvir o seu discurso em que, esboçando a história da constituição do Grupo, evocou a acção pelos



A mesa de Honra ao Jantar de Confraternização. Preside Luís Pastor de Macedo, o «Iniciador n.º 1» do Grupo, hoje ilustre Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

seus catorze *iniciadores*, dos quais, vinte anos passados, apenas sete se encontravam presentes, pois outros tantos haviam já partido para melhor vida.

Foram estes — João Pinto de Carvalho (*Tinop*), Dr. Levy Marques da Costa, Dr. Álvaro Maia, Engenheiros Augusto Vieira da Silva, Rocha Martins, Norberto de Araújo e Dr. Alberto Mac Bride Fernandes. Teve Pastor de Macedo palavras sentidas para cada um dos companheiros mortos, prestando também a sua homenagem à Imprensa, que muito ajudara o Grupo no período da sua formação. A iniciativa perdurara, disse, e com ela uma doutrina a favor da defesa da cidade.

E terminou desejando ao Grupo e aos seus componentes e directores as maiores felicidades.

Depois levantou-se Gustavo de Matos Sequeira, para lembrar o coronel Pereira Coelho, ausente por motivos de saúde, mas que ele representava como seu velho amigo e companheiro desde os bancos

Grupo
"Amigos de Lisboa"

Comemorações
do seu
20.º Aniversário



JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO
CASA DO LEÃO - CASTELO DE S. JORGE

25 de Fevereiro de 1956
às 21 horas

*Fac-Smile da primeira página da Ementa do Jantar de
Confraternização*

da escola. Disse que, na altura da fundação do Grupo, Pereira Coelho era vereador da Câmara Municipal. Escolhido depois para primeiro presidente da Assembleia Geral dos «Amigos de Lisboa», sempre dedicara ao Grupo o maior carinho. E terminou recordando a acção de Pastor de Macedo, verdadeiro inspirador e impulsionador da instituição que ali se festejava.

A mesma actividade do actual Vice-Presidente da Câmara como «Iniciador n.º 1» do Grupo «Amigos de Lisboa» foi posta em relevo,



*João Pinto de Carvalho
(Tinop)*



Dr. Levy Marques da Costa

ainda, pelos Dr. Eugénio Mac Bride, Mário de Sampaio Ribeiro, Rev.º Padre Correia da Cunha, (que evocou este, a «graça cristã e a lhaneza mourisca» da nossa capital); e pelo Dr. Eduardo Neves, que saudou os sobreviventes «Iniciadores» dos «Amigos de Lisboa» seus companheiros, especializando nessa saudação Pastor de Macedo, evo-



Dr. Álvaro Maia



Eng. Augusto Vieira da Silva



Rocha Martins



Norberto de Araújo



*Dr. Alberto Mac Bride
Fernandes*

cando a honra de ter sido seu companheiro na «arrancada» da constituição do Grupo, e bem assim a honra, não menor, de ter sido seu sucessor no cargo de Secretário-Geral.

VINTE ANOS

O Soneto de MATOS SEQUIRA

inserto na ementa do jantar

*Vinte anos passaram. Não sei quantos
sonhos tivemos, hoje realidade.*

*Dos que sonhámos restam só metade.
Eramos poucos e já somos tantos!*

*E existimos, vivendo os mil encantos,
a cor e a luz da alma da cidade,
luz que ilumina a sua majestade,
cor que espiritualiza os seus recantos.*

*Amigos? Mais talvez. O amor que lavra
dentro de nós e hesita na palavra
que o exprime, por temer os seus perigos*

*oculta assim as suas afeições
e grava a sangue e a luz nos corações,
singelamente, esta palavra: — Amigos.*

O Prof. Dr. Celestino da Costa, que igualmente cumprimentou Pastor de Macedo, cuja obra muito elogiou, disse depois que, não tendo embora pertencido ao número restrito dos catorze «Iniciadores» encontra motivo para se sentir honrado e satisfeito com o facto de, em quinze anos sucessivos, presidir no Grupo a sua Junta Directiva.

Matos Sequeira voltou a falar. As suas palavras — réplica, porventura, ao admirável soneto de sua autoria, incluído na *ementa* do jantar e adiante transcrito, visaram uma saudação, reverentíssima à Cidade de Lisboa que, disse, «está ali em baixo, linda e sossegadinha, à nossa espera». Ela, a Cidade, fora a causa, a inspiração, o motivo que reuniu no Castelo, em ameno jantar de confraternização, os seus *Amigos* íntimos. A ela prestava, pois, a sua homenagem. E sendo Lisboa *mulher*, entendia dever saudar, conjuntamente, todas as Senhoras cuja presença ao banquete evidenciava o melhor espírito de

«feminina identificação» com a Cidade. Ergueu, pois, a sua taça sintetizando na pessoa da Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria da Paz Batalha — que se sentava à direita de Pastor de Macedo, a representação feminina no jantar.

O discurso a seguir, em guisa de legenda anedótica de «fim de página», coube a Leitão de Barros — um dos catorze «Iniciadores» do Grupo, *doublé* de artista-pintor, jornalista, cineasta e dramaturgo. E o autor da «Avó Lisboa», talvez por viver, ao tempo, intensamente, o ambiente *construtivo* da sua peça do «Nacional», mais pròpriamente o «espírito» da personagem primorosamente incarnada pelo grande actor Vasco Santana, pôs em evidência neste seu discurso a observação que vinha fazendo nos «Amigos de Lisboa». Verificava, com acentuada admiração, disse, que no Grupo primavam pela ausência os Arquitectos. Médicos e distintos, abundavam. Porém estetas e urbanistas, esses não. Assinalava o fenómeno para dele tirar a ilação seguinte: os associados do Grupo «Amigos de Lisboa» eram doentes. Mas doentes de Amor, de amor à Cidade, aos seus monumentos, à sua paisagem urbanística, inconfundível. Brindou, pelos médicos seus parceiros na instituição, tornando o mesmo brinde extensivo ao «grande médico (*honoris causa*) dos problemas de Lisboa» — Pastor de Macedo. E a propósito falou do «binómio Salvação Barreto-Pastor de Macedo», expressando nesta imagem a comunidade de espírito entre a Câmara e os «Amigos de Lisboa».

A série de discursos foi encerrada pelo Prof. Dr. F. de Freitas Simões, portador que foi, disse, «de um agradecimento e de uma saudação». O primeiro endereçava-o a Pastor de Macedo, muito ilustre Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, pela ideia feliz que teve, um dia, da formação do Grupo, ideia que depressa encontrou quem gostosamente a acompanhasse. Agradecia-lhe ainda, e nisso sentia interpretar o sentimento de todos, o enorme trabalho dispendido por Sua Ex.^a para pôr em marcha aquela ideia e para, cada vez mais, a engrandecer.

A saudação que fazia, disse depois, endereçava-a a todos os presentes, que em tão elevado número haviam trazido à festa a alegria e o brilho que fora o seu apanágio.

Exposições

Em hora feliz surgiu a ideia de promover nas salas dos «Amigos de Lisboa» a «Exposição de Roteiros e Guias da Cidade» — acontecimento propositadamente integrado nas Comemorações do 20.º Aniversário do Grupo; pois tão aplaudido ele foi pela Imprensa e tão visitado por numeroso público, que bem pode dizer-se haver constituído um verdadeiro êxito.

Não foi a *quantidade* dos volumes expostos o que notabilizou a Exposição de Guias e Roteiros. Inaugurada em 27 de Fevereiro findo, não reuniu ela mais que uma centena de espécies. A contribuição dos expositores foi, já de si, a consequência duma selecção. Portanto o que os numerosos visitantes tiveram ocasião de apreciar constituiu, antes de tudo — *qualidade*. Exemplares raríssimos estiveram expostos nos mostruários das Salas do Grupo, bastantes com mais de cem anos e um — o «Roteiro Terrestre de Portugal», do Padre João Bautista de Castro, com quase dois séculos (1764).

Os títulos e datas das espécies a seguir relacionadas dão bem a medida do interesse que constituiu esta exposição:

«Lisboa em Quatro Horas e Lisboa em Quatro Dias» (1895). «Guia dos Forasteiros» para as Festas Antonianas de 1895; «Guia para os devotos que visitarem as capelas sitas na cerca do extinto Convento das Religiosas da Província de Santo António de Portugal» (1888); «Roteiro das ruas de Lisboa e Concelho de Loures» de Eduardo Pereira Queiroz Veloso (última edição entre várias expostas — (1886); «Itinerário Lisbonense para utilidade, uso e comodidade dos estrangeiros e nacionais» edição da Typographia Hollandiana (1824); «Itinerário Lisbonense ou Directório Geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas e praças, etc., que se compreendem no recinto da cidade de Lisboa» (1818), etc., etc. Guias da Polícia, da Companhia Carris e dos Caminhos de Ferro, além de outras publicações de divulgação das belezas de Lisboa completaram o curiosíssimo certame em que foram expositores os senhores Alfredo Ferreira do Nascimento, Dr. Eduardo Neves, Eduardo Portugal, Henrique Nunes Viseu, Hugo Raposo e Dr. Paulo Cantos.

Ainda integrada no ciclo das comemorações do 20.º Aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa» outro certame teve lugar nas salas da sua sede: a exposição titulada de «Lisboa e o Caminho de Ferro», que reuniu curiosíssimas espécies ligadas à história dos transportes colectivos, que da capital, desde há precisamente um século, tentavam a melhoria progressiva de meios de condução do público a todo o país.

Ali figuraram fotografias do engenheiro Perry Vidal, do Caminho de Ferro Larmanjat, da construção e inauguração do túnel do Rossio, das estações de Santa Apolónia, Rossio, Alcântara, Campolide; uma interessante evocação da Mala-Posta, desenhos originaes do projecto da 1.ª Secção do Caminho de Ferro Alcântara-Torres Vedras, do Ramal de Sintra; medalhas comemorativas da inauguração do troço Lisboa-Campolide; além de copiosa representação bibliográfica — livros, revistas, folhetos, recortes de jornais, etc.

A exposição, carinhosamente acolhida pelo numeroso público que a visitou, esteve patente de 25 de Março a 7 de Abril, tendo sido justamente encomiada pela Imprensa, que lhe não regateou louvores, e pelos numerosos visitantes que a ela acorreram. A sua organização

esteve a cargo dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento e Eduardo Portugal, que com beneditina paciência recolheram as numerosas espécies apresentadas, por solicitação a alguns associados dos «Amigos de Lisboa», os quais obsequiosamente as cederam das suas colecções, contribuindo assim para o enorme êxito da exposição.

Medalha de Ouro da Cidade

Um dos actos mais significativos no conjunto de solenidades que consagraram o 20.º Aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa» foi, sem dúvida, a sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 22 de Março findo, na qual o vereador, Ex.^{mo} Sr. Aníbal David, propôs que ao Grupo fosse conferida a Medalha de Ouro da Cidade, honra que vem justamente premear o esforço de quantos, nas duas décadas decorridas, têm tido, através da nossa instituição, ocasião de testemunhar o seu Amor a Lisboa, trabalhando em conferências, visitas, passeios, excursões, colóquios, exposições, etc., etc., os seus vários problemas ligados à erudição, à arqueologia, ao aformoseamento, à renovação da nossa querida Cidade.

No conjunto de actos ligados a este acontecimento, a seguir se transcrevem os principais.

Transcrição da *Ordem do Dia* (Acta n.º 235 de 22 de Março de 1956, na parte que se refere à proposta do vereador, Sr. Aníbal David para ser galardoado o Grupo com a Medalha da Cidade:

O vereador ANÍBAL DAVID disse que foi no já longínquo ano de 1936, que catorze lisboetas, na sua maioria portadores dos mais ilustres e brilhantes nomes das últimas gerações, em magnífica comunhão de ideias, e num gesto de desinteressado ideal, ligados por conivente paixão comum, à sua Cidade, fundaram o grupo que constitui hoje uma das mais representativas legendas da capital, e um dos agrupamentos culturais mais dinâmicos e activos que o país possui: O grupo «Amigos de Lisboa», que neste ano de 1956 comemora, portanto, o seu vigésimo aniversário. À Câmara Municipal esta data não pode passar sem uma referência especial, que, aliás, deverá ser feita com o mais enternecedor carinho. É que são vinte anos dedicados, exclusivamente, ao estudo das «coisas e loisas» da velha Lisboa; são vinte anos de colaboração espontânea, desinteressada e proveitosa, consumidos a debater problemas de urbanismo, de arte, de arqueologia do burgo querido, promovendo incansavelmente, visitas de estudo, mostrando Lisboa aos lisboetas, devassando velhos e novos lugares, calcurriando, para que sejam conhecidos, todos os cantos e recantos da Lisboa que tanto estimam, em exposições sem conto, sempre com o mesmo tema — Lisboa. São 73 boletins publicados exclusivamente ao serviço da sua «Dama», com a colaboração dos mais preciosos nomes da literatura olisiponense. Um boletim que constitui um precioso repositório, hoje indispensável nas estantes dos que a Lisboa querem, ou ao seu estudo se dedicam. Como desligar da Câmara Municipal o destino dos «Amigos de Lisboa», se ele constitui um prosseguimento

preciosos da acção do Município? E ocorre perguntar: porque não estabelecer mais íntima ligação e estreita colaboração entre esses dois órgãos, cujo fim exclusivo é servir Lisboa? Conceder aos «Amigos de Lisboa» missão orientadora, consultiva e esclarecedora em muitos dos problemas que à Cidade mais interessam, seria, em seu entender, um precioso acto administrativo. Outro factor caldeia as pessoas e o seu desejo de servir e ser útil a Lisboa, irmanando-os no mesmo sentido altruísta e admirável. Assim, é vulgar encontrarem-se, servindo Lisboa, ora na Câmara ora no «Grupo dos Amigos», pessoas das mais destacadas e meritórias do burgo. Dos falecidos Levy Marques da Costa, Presidente que foi da Câmara e do «Grupo»; o infatigável e erudito historiador de Lisboa, eng. Augusto Vieira da Silva; o saudoso e dinâmico jornalista, Norberto de Araújo, a alma das marchas populares, todos fundadores do «Grupo», e que simultaneamente, deram ao Município o brilho da sua pena, palavra, saber e acção. Dos felizmente vivos, e que Deus lhes mantenha a saúde por muitos anos, e pertencendo ao pelotão dos 14 da arrancada de 1936, serviu o Município e serve os «Amigos de Lisboa», o coronel Pereira Coelho, antigo vereador; Matos Sequeira, cofre forte da História da Lisboa de antanho, Leitão de Barros, artista eclético e o Homem indispensável onde quer que seja necessário irradiar beleza e arte; o dr. Eduardo Neves, infatigável e sempre moço colaborador do «Grupo», há anos seu secretário-geral, cargo que acumula sem que a lei o possa atingir, com o de vereador. E, finalmente, Pastor de Macedo, o primeiro secretário-geral do «Grupo», o esteio fulgurante da sua fundação e ascensão, o historiador «doublé» de administrador e escritor, o infatigável, inteligente, silencioso, calmo e sereno cidadão que deixou a administração dos «Amigos de Lisboa», e pôs de lado a sua pena lisiponense, para ocupar, com o brilho que todos conhecem, a vice-presidência da Câmara, onde, para bem de Lisboa, se encontra vai para 9 anos. Como podem, pois, ficar indiferentes aos vinte anos do «Grupo», os que na Câmara são o seu prolongamento humano e vivo? Se a Cidade lhe deve tanto, por tanto a dignificar, se a sua história e vida cultural se mesclam hoje com a história e vida de Lisboa, porque não premiar o seu esforço desinteressado e nobreza de fins, o seu imenso e permanente trabalho em prol de Lisboa? (VOZES: *Muito bem! Muito bem!*). Tem, pois, a honra de submeter à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

«Considerando que o Grupo Cultural «Amigos de Lisboa» comemora neste momento o seu vigésimo aniversário ao serviço exclusivo da história, vida e progresso da Cidade;

Considerando a dignidade, dedicação, isenção e nobreza, não isentos de espírito de sacrifício, com que tem desempenhado a sua voluntária missão por amor a Lisboa, quer divulgando a sua história através de visitas, exposições, conferências e publicações, quer pro-

movendo debates e agitando os Problemas que mais interessam a população lisboeta;

Considerando, ainda, que mantém há vinte anos a publicação trimestral do seu Boletim Cultural «Olisipo», do qual até agora foram publicados 76 números, todos consagrados ao estudo da história, vida e problemas do presente e futuro de Lisboa;

Considerando, mais, que na mesma publicação colaboram desinteressadamente, por amor a Lisboa, alguns dos mais iminentes escritores, historiadores e arqueólogos de Lisboa;

tenho a honra de propor:

1.º — Que aos orientadores, colaboradores e dirigentes do referido «Grupo», seja prestado, nas pessoas dos seus sócios fundadores, ainda felizmente vivos, o público louvor do Município da capital, pela obra realizada durante estas duas décadas, na propaganda desinteressada, estudo construtivo dos problemas da Cidade antiga e moderna, numa fecunda actividade por Lisboa, que deste modo lhes agradece, reconhecida, os altos serviços prestados;

2.º — Que ao Grupo «Amigos de Lisboa» seja concedida, pelo mérito incontestado da sua acção fecunda e proveitosa a bem de Lisboa, a Medalha de Ouro da Cidade.»

O PRESIDENTE disse que a proposta do vereador Aníbal David constitui, certamente, uma surpresa para a vereação e, sobretudo, para o vice-presidente da Câmara. Por isso, interrompe os trabalhos por uns minutos a fim de os vereadores Aníbal David e António Lino convidarem o vice-presidente a vir à sala, para ouvir ler a proposta.

Momentos depois o vice-presidente deu entrada na sala, tendo-lhe todos tributado uma salva de palmas e o presidente informou-o do assunto em discussão, dizendo que este constituiria para ele, vice-presidente, uma agradável surpresa. A seguir, procedeu à leitura da proposta.

O vereador AFRA NOZES, concluída a leitura da proposta, pediu que fosse aprovada por aclamação.

O PRESIDENTE disse que antes de submeter a proposta à votação desejava mais uma vez acentuar que ela constitui surpresa para todos e, inclusivamente, para o vice-presidente da Câmara, que a desconhecia absolutamente, e tem o maior prazer em confessar que foi «cúmplice da conspiração», associando-se assim, à elevada, louvável e digna iniciativa do vereador Aníbal David. Dirige as suas felicitações ao Grupo «Amigos de Lisboa», nas pessoas de Luís Pastor de Macedo e Eduardo Neves, este seu secretário-geral.

A proposta foi em seguida aprovada por unanimidade e, depois por aclamação.

O vereador EDUARDO NEVES disse que poderia começar por referir que estava zangado com o vereador Aníbal David; isso, porém seria faltar à verdade, depois de ouvidas a suas palavras e conhecida a razão da sua reserva e silêncio. Realmente este seu colega, teve, apesar de em segredo para ele orador — e isso é outra gentileza — a amabilidade de lhe dirigir algumas palavras a propósito do aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa», mas, confessa, que esperando-a, não contava com a sua proposta. O presidente, ao associar-se à proposta e dizendo-se «cúmplice da conspiração», prestou, com a singeleza e a graça das suas palavras, uma homenagem que o «Grupo» de que ele orador se honra de ser secretário-geral, estava longe de esperar. É que a atitude do presidente, sabido o amor que o orador tem à terra onde nasceu, fica com particular significado, constituindo uma manifestação de amizade e consideração, que lhe é particularmente grato registar e agradecer. Também o facto de ter chamado a esta reunião o vice-presidente da Câmara, igualmente fundador do «Grupo» e seu antecessor como secretário-geral, para ouvir a leitura da proposta, sensibiliza-o e enternece-o, dado o seu interesse pelas manifestações de amizade. A gentileza do vereador Aníbal David, propondo à Câmara um voto de saudação aos «Amigos de Lisboa», pela passagem do seu 20. aniversário, e a sua proposta de concessão ao «Grupo» da «Medalha de Ouro da Cidade» e a aquiescência da Câmara, corrobora pelas palavras tão significativas do presidente, obrigam-no, dada a sua qualidade de vereador e de secretário-geral do «Grupo», de que é sócio fundador e um dos sete sobreviventes dos catorze da sua comissão organizadora, a agradecer a deliberação da Câmara e as palavras do presidente e daquele vereador e a associar-se a essa homenagem, pois a considera justa, oportuna e merecida. O facto do nosso melhor escol estar agremiado nessa colectividade, a começar pelo presidente e vice-presidente — este sócio fundador, e até oito dos actuais vereadores — demonstra bem que durante 20 anos, só com fins de altruístico amor à sua terra — a nossa Lisboa, cerca de 1.500 pessoas, continuamente, tenham concorrido para a sua vida. É porque de facto, algo há de útil e espiritualmente simpático na sua acção. Sem nunca ter deixado de ser uma agremiação cultural e popular, tem mantido sempre um alto nível de dignidade, servindo desinteressadamente a sua Cidade, os seus interesses, visando eficientemente a sua propaganda e a difusão dos conhecimentos da sua história, vida e monumentos em visitas culturais, conferências e exposições, cuja sùmula se cifra nos 73 números publicados do seu boletim trimestral e numerosas edições. Ele orador, logo no início das comemorações em curso, a quando da reunião do Conselho do «Grupo», teve ensejo de saudar, em especial a Câmara Municipal de Lisboa e lhe agradecer a colaboração que sempre lhe

prestou e a atenção que à sua ilustre presidência sempre a opinião dos «Amigos de Lisboa» tem merecido. Bem andou, porque reflectiu o sentir de todos. Com notável propósito e feliz coincidência anunciaram os jornais que já foi resolvido dar os nomes do eng. Vieira da Silva e do jornalista Norberto de Araújo a ruas da capital. Regosija-se intimamente com isso e, por reflexo, é uma outra homenagem aos «Amigos de Lisboa», de que ambos foram fundadores e organizadores, sendo o primeiro o presidente da Junta Directiva inicial e o segundo notável e destacado elemento da sua acção, tendo o primeiro, com a sua erudição notável e calma, e o segundo com o seu entusiasmo febril e apaixonante, prestado ao «Grupo» e à Cidade, de onde ambos eram naturais, apreciáveis serviços e deixado obra perdurável. Honra pois, por isso, ao presidente, vice-presidente e à Comissão de Toponímia, a quem cumprimenta. À vereação e ao presidente os seus melhores cumprimentos e agradecimentos em nome do Grupo «Amigos de Lisboa», particularmente ao presidente, ao vereador Aníbal David, autor da proposta e ao vereador coronel Afra Nozes, que propôs a a sua aprovação por aclamação. O ensejo de estar presente Luís Pastor de Macedo, vice-presidente da Câmara, e há vinte anos um dos fundadores do «Grupo» e o seu secretário-geral, leva o orador, por espírito de justiça, apesar de ser, actualmente, secretário-geral do mesmo «Grupo», a pedir que Pastor de Macedo o consubstancie e em primeira mão aceite esta notável e penhorante distinção.

O VICE-PRESIDENTE começou por dizer que o agradecimento do Grupo «Amigos de Lisboa», está feito através das palavras acabadas de proferir pelo vereador Eduardo Neves, pelo que o seu agradecimento se resume à deferência que o presidente da Câmara quis ter para comigo, convidando-o a assistir à leitura da proposta, a qual constitui para si uma agradável e grata surpresa, e também à iniciativa do vereador Aníbal David e, finalmente, à aquiescência do presidente e à maneira tão penhorante como os vereadores aceitaram a proposta. Acentuando que não são vulgares no País instituições desta natureza. o vice-presidente declarou que a única coisa que se pediu para ser sócio da prestimosa colectividade, foi a boa-vontade, e dedicação e essa boa-vontade, felizmente, tem sido compreendida, perfeitamente, através de vinte anos numa obra adoptada por outras instituições de objectivos culturais, como norma para as suas actividades, facto que constitui motivo de justificado e compreensível orgulho. Agradece, finalmente, ao vereador Eduardo Neves o ter indicado a sua pessoa como qualificada para personificar neste momento a representação do «Grupo», como fundador e seu antigo antecessor no cargo de secretário-geral. A todos, pois, muito obrigado.

A Junta Directiva, dias depois do significativo acto, acorreu à Câmara Municipal onde foi agradecer, conforme lhe competia, à digna Presidência da Câmara e aos dignos Vereadores, a elevada honra com a qual o Grupo «Amigos

de Lisboa» havia sido distinguido. Gustavo de Matos Sequeira na qualidade de seu Presidente em exercício proferiu ali o seguinte discurso:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A atribuição da medalha de ouro da cidade, como alto prémio à obra desinteressada deste agrupamento de «Amigos de Lisboa» durante vinte anos de actividade, traz-nos aqui para dar a V. Ex.^a um grande cumprimento agradecido e testemunhar à Vereação, donde proveio a proposta, o nosso reconhecimento.

Vinha de longe a ideia da formação de um centro de estudos olisiponenses, agitada pelo lisboetismo de José Queiroz, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, com a criação de uma secção de «olisipografia» naquela colectividade, e, a seguir, com a realização, da I Exposição Olisiponense, ideia que logo tomou corpo e prestígio, a ponto de a Câmara Municipal de então instalar provisoriamente, nas ruínas do Carmo, os primeiros núcleos de um Museu de Lisboa; mas foi mais tarde que tal iniciativa se contornou nos moldes precisos para a sugestão de uma colectividade própria e independente. Foi quando o jornalista Norberto de Araújo, um dos grandes pioneiros desta campanha, primeiro em «A Manhã», depois no «Diário de Lisboa», a mais lisboeta de todas as gazetas, começou a publicar uma série de propaganda alfacinha, desenhos e pinturas de Lisboa, quadros da cidade velha e nova, clichés flagrantes dos seus tipos, dos seus costumes, dos seus aspectos pitorescos, dos seus recantos cheios de poesia, dos seus panoramas, das suas feições.

Então os devotos da cidade, os amorosos da sua cor e da sua luz de milagre, da sua graça e do seu espírito de póvoa ribeirinha, entraram a aproximar-se uns dos outros, a comentar essas páginas evocadoras do saudoso Amigo, a pensar, com um sentido mais prático, na maneira de formar e de disciplinar uma legião de defensores do seu tipismo contra as naturais perturbações que lhe traziam a inovação, ainda não purificada por um plano de conjunto e por uma teoria de estudos reflectidos. De aí nasceu este Grupo. Catorze lisboetas aglutinados à roda da ideia, lançaram mãos à obra.

Houve quem, liberalmente, os quisesse ajudar. E os sete que ainda vivem, e alguns aqui estão saboreando o prazer de saber à sua

volta cerca de mil e quinhentos companheiros, abraçam neste momento a recordação do Mecenaz que encontraram a seu lado.

Há duas dezenas de anos que este organismo de defesa do espírito lisboeta, pugna pelo carácter e pelo progresso da cidade, pelo seu passado, pelo seu presente, e sem que deixe de considerar e de visionar o seu futuro, sem ideias preconcebidas de resistência à natural evolução urbana, e combatendo quanto tem de combater, com a lisura e a lealdade que tem sido o seu timbre. Muitos pensaram, e alguns talvez ainda pensem, alheios à actividade do Grupo, que os «Amigos de Lisboa» são um núcleo de oblatos do Antigo, de adoradores exclusivos do tempo que passou. A obra que temos levado a meio ou a cabo, desmente este parecer. Sem a julgarmos perfeita ela demonstra — o rosso Boletim documenta-o fartamente — que tão fundo lhes toca a sensibilidade a cidade de ontem como a de hoje; e as suas preleções, as suas visitas de estudo, as suas exposições, tanto encaram motivos antigos como problemas de agora, tanto prescutam as emoções e as lições de arte dos monumentos de outro tempo, como vão aprender e receber a lição dos que modernamente se constroem e, da mesma forma, divulgam aspectos urbanos e acontecimentos do Passado e fazem a propaganda das obras que se projectam e se iniciam.



Matos Sequeira lendo o seu discurso

Lisboa, pelo esforço sucessivo de muitos, é actualmente um assunto de primeiro plano, e assim a capital foi prestigiada perante os seus habitantes, impondo-se à sua atenção e ao seu affecto. O Teatro, o Cinema e a Rádio foram envolvidos na sedução da atmosfera criada, e a cidade passou a ser um motivo de constante encarecimento e de alusões festivas. As canções entoadas nos palcos, os prospectos urbanos visionados no «écran», os incidentes da sua vida comentados aos microfones, vieram juntar-se ao cancionero antigo, enriquecido pelos poetas que, de há muito, a cantavam deslumbrados.

Esta obra de propaganda não é só nossa; é de muitos também que não pertencem ao Grupo, e foram arrastados à mesma devoção. As insígnias heráldicas da Barca e dos Corvos lendários, marcadas no oiro, vão ficar no coração de todos nós e ao peito de todos os alfacinhas. Há talvez, um leve ressaibo de orgulho nestas palavras de agradecimento, mas creio que não nos ficará mal. Nenhum de nós poderá ter a ilusão de que, pessoalmente, mereceu tal honra, mas reparando no trabalho de todos e no desinteresse da obra, e pensando na parábola das varas, poderá pelo menos ficar contente com a distinção recebida.

Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Muito obrigado senhores Vereadores.

Casas Regionais

Um dos mais brilhantes e significativos acontecimentos do ciclo de comemorações do 20.º Aniversário foi, sem a menor dúvida, a homenagem que as agremiações regionais por iniciativa da Casa das Beiras, prestaram ao nosso Grupo, no domingo 22 de Abril pelas 16 horas.

Concentradas no Largo de S. Domingos as representações das Casas Regionais, dali desfilaram, com seus numerosos estandartes, Chiado acima, até à Sede dos «Amigos de Lisboa», onde avultado número de associados os esperavam para carinhosamente os receber.

O séquito tinha por «condutor» o Dr. Jaime Lopes Dias que, sendo o ilustre Presidente da Casa das Beiras é também não menos ilustre «Amigo de Lisboa». Com ele compareceram no Largo Trindade Coelho algumas das figuras mais destacadas do regionalismo e delegados das casas provinciais, distritais, comarcãs, concelhias, freguesias, etc., que assinaram a MENSAGEM que ia ser entregue ao nosso Grupo. Notaremos designadamente, entre outros, os Ex.^{mos} Srs. Drs. Paulo Menano e Vasconcelos de Carvalho, tenente coronel Pereira da Conceição, engs. Estevam da Silva e Domingos Lopes Laia.

A sessão solene que recebeu tão luzido número de visitantes, teve a presidi-la o Presidente da Direcção do nosso Grupo e Director deste Boletim, o ilustre olisipógrafo Gustavo de Matos Sequeira, que esta ladeado pelos Srs. Drs. Alberto Gomes, Raúl de Carvalho e Eduardo Neves, e Hugo Raposo.

Falou, em primeiro lugar, o Dr. Jaime Lopes Dias que, saudando o Grupo «Amigos de Lisboa» explicou com o seu 20.º aniversário, que se comemora, a razão «por que» e «para que» tantos representantes das Casas Regionais atravessaram com seus estandartes, as ruas da Cidade e subiram as escadas da Sede do nosso Grupo.

Dissertou a seguir sobre o papel e os intritos das mesmas Casas Regionais, tão semelhantes aos dos «Amigos de Lisboa», uma vez que umas e outro tem por finalidade a valorização da querida Terra Portuguesa. Aludiu, depois, às constantes visitas que o nosso Grupo faz dentro da cidade e vincou o desejo de que ele e as Casas Regionais, promovam excursões à província, mormente por ocasião das festas que têm fama por esse país fora. E a terminar fez votos por que, tanto os portugueses de Lisboa como os portugueses da Província, contribuam para o engrandecimento de Lisboa e de todo Portugal.

Seguiu-se no uso da palavra o Sr. Dr. Vasconcelos de Carvalho, vice-presidente do Conselho Regional da Casa das Beiras, que tem a seguinte mensagem, desenhada em pergaminho e ilustrada pela Sr.ª D. Aurora Gevero:

As Casas Regionais com sede em Lisboa, representadas pelos seus Corpos Directivos abaixo assinados, acompanhando com desvanecida satisfação as nunca assaz louvadas actividades culturais, artísticas e sentimentais do Grupo «Amigos de Lisboa», resolveram em sessão magna, para esse efeito devidamente convocada, associar-se às comemorações do vigésimo aniversário de tão prestimosa colectividade.

O já extenso período de vida de que pode orgulhar-se demonstra à saciedade que não há para o *Grupo* problemas que o perturbem ou sacrifícios que o amedrontem sempre que o seu concurso é necessário ou conveniente para a defesa do património artístico, monumental e documental de Lisboa.

Os seus componentes, são cavaleiros que denodadamente se batem pelo ideal de verem a sua dama cada vez mais formosa e mais prestigiada perante o mundo, que a contempla numa atitude francamente admirativa.

Os regionalistas, sempre ciosos de fazer justiça, louvando sem reticências todos quantos contribuem para o progresso da Nação, vêm por esta forma, simples mas significativa, dizer ao Grupo «Amigos de Lisboa», nesta data para ele memorável, que admiram e agradecem a sua benéfica actuação em prol do progresso e das belezas incomparáveis da nossa capital, e que esse abençoado esforço lhes serve de aliciente estímulo, para bem defenderem os sagrados interesses das suas pequeninas pátrias dispersas pelos montes e vales do nosso querido Portugal.

Após a leitura o Dr. Jaime Lopes Dias entregou a Matos Sequeira a Mensagem e um boião de prata esmaltada — recordação da jornada desse dia — acto que foi sublinhado por viva e estrondosa salva de palmas.

MATOS SEQUEIRA respondeu com o seguinte discurso:

Penhora-nos sobremaneira esta manifestação das Casas Regionais do país, com sede em Lisboa, a forma gentil e expressiva como se



O Dr. Jaime Lopes Dias fazendo a entrega a Matos Sequeira da mensagem e do boião de prata esmaltada com que as Casas Regionais apoiaram a sua homenagem ao Grupo «Amigos de Lisboa»

quiseram associar ao nosso vigésimo aniversário, vindo até nós, e não se limitando à linguagem das actas e dos ofícios de cumprimentos, tem um significado muito particular e documenta com singular elegância como os representantes de todas as províncias do continente, da Madeira e dos Açores, souberam sentir exemplarmente a nossa hora festiva e o conforto que nos dá a obra intentada e em parte levada a bom termo.

Isto que é o reflexo dos trabalhos semelhantes em que andam empenhados, vêm estreitar os liames do bom entendimento e da amizade em que o país e a capital se encontram hoje como se encontraram sempre. Lisboa recebe, com os seus longos braços, bem abertos, todos os que as regiões provinciais lhe enviam, cada grupo trazendo a sua contribuição de amor à terra natal, e as actividades que aqui se caldeiam ao fogo civilizador da urbe primacial, e os que a procuram sabem oferecer-lhes as suas inteligências e os seus braços, as suas iniciativas e o seu esforço. Desta permuta, que não tem restrições, vem a grandeza da cidade do Tejo, que, assim, utiliza o pensamento e a acção dos homens que a ela se acolhem, cada um com os particularismos do seu temperamento criado entre montanhas bravias, em várzeas refrescantes, na margem dos rios, nas planuras do largo cultivo, nos vérgéis pletóricos de arvoredos, ou em face do Oceano remoregante de sugestões de dispersão e de luta. As nossas ridentes províncias, as nossas ilhas que não estão longe porque o mar não sabe distanciar portugueses, vieram amorosamente visitar-nos. E aos ilustres representantes dos seus organismos constituídos em Lisboa, nós agradecemos-lhe do coração a honrosa embaixada. Lisboa não é privativa dos alfacinhas, é de todos os portugueses. Para a amar não é preciso ter nascido no seu seio urbano. E como todos nós lhe queremos, como centro nervoso e sentimental da nossa expressão racial, ficam V. Ex.^{as} desde já considerados também como seus amigos, honrando e prestigiando o nosso Grupo.

Muito aplaudido, Matos Sequeira encerrou a sessão, seguindo-se, noutra sala, uma recepção aos ilustres visitantes, com um «Lisboa de Honra», a meio do qual o Dr. Eduardo Neves proferiu o seguinte discurso, também fartamente aplaudido:

Já em palavras claras, cheias de erudição e beleza, resumidas elegantemente como convinha à circunstância, Mestre Matos Sequeira, que ora preside à Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa», em nome de todos, agradeceu a V. Ex.^{as}, a gentileza da visita e o a-propósito e significado de iniciativa tão cativante.

Porque, em mim, concorrem as qualidades de fundador do Grupo e seu Secretário Geral e simultaneamente a de sócio fundador de duas casas regionais existentes em Lisboa, a do Ribatejo e a de Ferreira do Zézere, onde também tenho casa, a despeito de nado, criado e formado em Lisboa, não quero deixar de vos dirigir uma palavra de saudação e agradecimento.

Agradecimento até, às sugestões amigas e oportunas, feitas por V. Ex.^a Sr. Dr. Jaime Lopes Dias, alma iniciadora desta homenagem, do deslocamento à província dos «Amigos de Lisboa». Com o a-propósito — é claro, olisiponense — está isso nos nossos hábitos. Temos ido já a Évora, Vila Viçosa, Alcochete, Montijo, Tomar e Santarém onde realizámos uma Romagem a Azoia de Alexanddre Herculano e realizámos a evocação do itinerário das «Viagens na minha terra». Já visitámos num dos percursos Arruda dos Vinhos e o Manique do nosso velho Intendente, e até na circular agora em distribuição estão projectadas, ainda para este ano, idas a Tomar e Santarém a-propósito das suas festas regionais. A vossa colaboração é pois de agradecer e de bom grado a aceitámos.

Há cerca de 25 anos, quando Secretário-Geral da velha Sociedade de Propaganda de Portugal, a precursora do Turismo organizado, hoje a cargo do Estado; onde servi com os falecidos Conde de Penha Garcia, que era beirão, D. Alberto Bramão e Dr. Vieira Guimarães, estes da Estremadura, nessa velha fundação de Mendonça e Costa, que visava em conjunto a propaganda de Portugal, preconizei a união e filiação, lá, de todas as Casas Regionais, ideia que começou a ter realização, com uma conferência, pelo Presidente de então, da Casa das Beiras, província da minha predilecção especial, por quanto dela é oriunda, a família de minha filha, pelo lado de sua mãe.

Hoje, são V. Ex.^{as}, que se reuniram, para vir até à colectividade que agremia os amigos da minha terra, para saudá-la, e agradecer em nós, a hospitalidade, que esta Lisboa de tantas e tão variadas gentes, a todos presta, como sala de visitas do Continente e cabeça do Império que é.

Só lhe podemos agradecer, nós, que passamos a vida a lembrar os lisboetas ilustres que têm servido e honrado a Pátria, lembrando hoje aqui os provincianos célebres, que na capital têm servido e honrado o nome Português e tantos são.

Foram transmontanos António Cândido e Guerra Junqueiro, minhotos Eça de Queiroz, o Papa S. Damaso que nasceu em Guimarães, o Infante D. Henrique e Almeida Garrett, do Douro nascidos no Porto, eram beirões Nuno Álvares Pereira, Pedro Álvares Cabral e José Estêvam que nasceu em Aveiro, estremelhos Marcelino de Mesquita Sousa Martins, ribatejano Duarte Pacheco Pereira nascido em Santarém, alentejanos Belo de Morais, Manuel Ribeiro, o conde de Mon-

saraz e Fialho de Almeida, além de Mousinho da Silveira, Garcia da Horta e o Prof. Serrano nascidos em Castelo de Vide, algarvios Manuel Teixeira Gomes, Manuel Bento de Sousa e João de Deus, açoreanos o Conselheiro Hintze Ribeiro e o Prof. Azevedo Neves, madeirenses o Dr. Luís Vieira de Castro, e tantos outros que agora de momento não me ocorrem e são, enfim, todos V. Ex.^{as}, que, à hospitalidade dos naturais desta Lisboa de mármore e granito e das sete colinas, correspondem com a gentileza da visita de hoje, reflexo do agasalho amigo, com que costumam receber os que se deslocam da cidade, aos vossos próprios «Domus».

A todos as minhas maiores homenagens e a gratidão dos que trabalham nesta casa, a bem de Lisboa; como todos vós, a bem das vossas terras e províncias, e como todos nós — vós e nós — a bem de Portugal.

Falaram ainda nesta recepção, com que fechou a festiva tarde, os Srs. deputado Tenente-coronel Pereira da Conceição, do Conselho Regional da Casa das Beiras; e Neves Franco, em nome dos corpos gerentes da Casa do Algarve, ali representados por ele e pelos Srs. Major Mateus Moreno e Drs. Quirino Mealhe e Sousa Carnesca.

V á r i a

COLÓQUIOS OLISIPONENSES

No dia 23 de Fevereiro findo, pelas 22 horas, realizou-se na sede do Grupo a 5.^a sessão dos «Colóquios Olisiponenses», integrada, por constituir elemento muito apreciável e de relevo, nas Comemorações do 20.^o Aniversário.

Falou em primeiro lugar o Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento, que disse como «Ser Amigo de Lisboa». Evocou a história gloriosa da Cidade, descrevendo os seus bairros antigos que conservam todo o pitoresco. Elogiou por fim as obras que, em nossos dias, rasgam novos horizontes à capital, onde vemos levantar famosos bairros que mutio a valorizam.

O Sr. Mário de Sampayo Ribeiro, há muito empenhado na recolha de pregões antigos de Lisboa, trouxe aos «Colóquios Olisiponenses» alguns de há mais de cinquenta anos, imensamente engraçados, como o do «Pão Doce» e o das «Bolachas da Pampulha». Referiu-se por fim a essa figura popular que Matos Sequeira reviveu na sua evocação da Lisboa Romântica — O Gaspar da Viola, fazendo ouvir a sua célebre «Sulipanta» cuja origem documentou.

Por fim o Sr. Ferreira de Almeida referiu-se a determinados monumentos de que Lisboa carece, assim como de certos melhoramentos.

MISSA

As 10 horas de sexta-feira, 24 de Fevereiro último, na Igreja de S. Roque, foi celebrada pelo nosso consócio Sr. Padre José Correia da Cunha, missa por alma dos sócios falecidos, missa a que assistiram os Corpos Directivos do Grupo e alguns dos actuais sócios e pessoas de família dos falecidos.



A Missa, celebrada na Igreja dos Mártires por alma dos sócios falecidos



A Junta Directiva e alguns associados assistindo à missa, nos Mártires

EMISSORA NACIONAL

No dia 28 de Fevereiro, às 20 horas, a Emissora Nacional, sob a sua rubrica de «Jornal Sonoro», deu notícia das Comemorações do 20.º Aniversário do Grupo, pormenorizando os acontecimentos que se ligavam àquelas comemorações.

Em seguida emitiu uma entrevista com o Secretário-Geral do Grupo, Dr. Eduardo Neves, onde foram apontados vários aspectos da actividade cultural dos «Amigos de Lisboa» inclusivé as que foram consideradas integrantes das Comemorações.

No dia 23 de Março voltou a Emissora Nacional, sob a mesma rubrica, a entrevistar o Sr. Dr. Eduardo Neves que falou sobre as exposições últimamente realizadas e a concessão, pela Câmara Municipal de Lisboa, da Medalha de Ouro da Cidade, ao Grupo.

O MARCO DO TERMO DE LISBOA, EM MASSAMÁ

A 29 de Abril fez-se a recolocação, em Massamá, do marco do termo de Lisboa, cerimónia a que assistiram o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Câmara Municipal de Sintra, o Prof. Dr. Joaquim Fontes, que em estudo recentemente publicado (*Estremadura* – Boletim da Junta de Província – Janeiro-Dezembro de 1954, série II, n.º 35/37) solucionou o problema do local; e o Vice-Presidente do Grupo «Amigos de Lisboa», actualmente em funções de Presidente, Sr. Gustavo de Matos Sequeira, que falou a propósito do acontecimento.



Matos Sequeira, Presidente, e Dr. Eduardo Neves, Secretário-Geral, dos «Amigos de Lisboa», o Prof. Dr. Joaquim Fontes, o Presidente da Câmara de Sintra e outras individualidades, na cerimónia da recolocação do Marco em Massamá



A excursão dos «Amigos de Lisboa» a Massamá

A Campanha dos 20

(20 ANOS — 20 SÓCIOS — 20 ESCUDOS)

Animados do propósito de marcar as comemorações do 20.º Aniversário do Grupo com uma nota perdurável e útil na projecção futura da nossa instituição, 20 associados, reunidos à volta do Secretário-Geral, Dr. Eduardo Neves, lembraram-se de promover uma campanha tendente à remodelação da Biblioteca e do Arquivo dos «Amigos de Lisboa», de forma a torná-los, recheados que se encontram já com muitos milhares de prestimosos e valiosos livros um instrumento facilmente manuseável, de efectiva vantagem para os sócios, como é sua elementar função.

Assim, esses VINTE sócios, dispuseram-se, na passagem do ano VINTE da vida do Grupo, a contribuir com VINTE escudos, formulando assim a campanha em favor da Biblioteca e do Arquivo do

Grupo e oferecendo o seu exemplo à boa vontade, à estima e à generosidade dos, já tão numerosos, «Amigos de Lisboa», São eles:

- 2543 *Maria da Paz Lopes Batalha*
- 2720 *Guída Keil*
- 562 *Julieta Ferrão*
- 2681 *Jayme do Inso*
- 1250 *José Francisco d'Oliveira*
- 1504 *Higino Nunes da Silva*
- 2716 *José Ribeiro da Costa Júnior*
- 1596 *Valeriano Ribeiro de Faria Abreu*
- 2168 *Alfredo Montenegro*
- 2378 *João de Paula Fino*
- 1746 *Paulo José de Cantos*
- 176 *Luis de Jesus Moita*
- 298 *Fernando Serzedello do Nascimento*
- 12 *António Maria Pereira*
- 379 *Bento Gomes*
- 736 *Pedro Ferreira de Andrade*
- 2102 *José de Jesus Coelho do Valle*
- 657 *José Garrido Mendes da Cruz*
- 2616 *Roberto Duarte Silva Sarmiento*
- 2176 *Miguel Padinha*

OLISIPO chama a atenção dos seus dignos associados para esta campanha que, em boa verdade, poderemos afirmar ser feita A BEM DE LISBOA, pois se trata da valorização e sistematização do património comum, que só dentro duma ordem poderá ser útil a quantos (e tantos são!) desejarem consultar e tirarem proveitosos efeitos da, já muito importante Biblioteca do Grupo, tão valorizada por importantes e substanciais legados.

Quando a Câmara Municipal de Lisboa confere ao Grupo, na passagem do seu 20.º ano, a *Medalha de Ouro da Cidade*; quando as Casas Regionais, com presença na Capital, saudaram de maneira tão expressiva, os «Amigos de Lisboa» em solenidade que teve foros de grande acontecimento, não é demais que os «Amigos de Lisboa» dêem em expressiva forma e para um fim tão útil à colectividade, notícia viva da sua *amizade* pela instituição de que são sócios.

Muitos, e valiosos, são já os donativos recebidos, extravasando dos *Vinte* iniciais. E estes, que originaram a campanha, a *campanha dos 20*, ousam pedir aos Ex.^{mos} consócios que ainda não contribuíram com o seu donativo, que o façam discretamente para a Secretaria do Grupo «Amigos de Lisboa», facilitando assim a realização de tão bela iniciativa.

Sessão Solene de Encerramento

Na 5.^a feira 19 de Abril, pelas 22 horas, teve lugar, na sede do Grupo, a Sessão Solene de encerramento das comemorações do 20.^o aniversário da sua fundação. Foi ela presidida pelo Sr. Luís Pastor de Macedo, digno Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em representação do Presidente da mesma Câmara, representação que, por feliz coincidência assentou na pessoa do «Sócio iniciador n.^o 1» do Grupo «Amigos de Lisboa».

Ladeavam o presidente da mesa os Srs. engenheiro Teixeira Duarte, vereadores Aníbal David, Dr. Eduardo Neves e Dr. Eugénio Mac Bride.

Matos Sequeira, adoentado e retido em casa, não pôde, infelizmente, comparecer. Porém o discurso que preparara para esta noite solene, intitulado «Agora que passaram vinte anos...», não deixou de ser pronunciado. Tomou gentilmente esse encargo o Prof. Dr. Raúl de Carvalho.

É o seguinte o texto integral:

A obra do Grupo «Amigos de Lisboa», durante vinte anos agora cumpridos, só numa ligeira síntese pode caber aqui. Olha-se para trás e a série de ideias trabalhadas da defesa do antigo e renovação do actual, a teoria de iniciativas e de movimentos a favor ou contra realizações em marcha, e sequências de exposições e de lições dadas em conferências e palestras, multiplicam-se numa rede de actividades desinteressadas em prol da cidade. E não foram os dirigentes de ontem os que mais trabalharam. Os dirigentes — se o são de verdade — não fazem mais do que acompanhar e receber o influxo dos dirigidos. Estes, na sua aparente subordinação, são quem realmente mandam e orientam, e é auscultando as tendências, as indicações e os desejos deles, que os escolhidos e eleitos aprendem a dirigir. Nesta vintena de anos tem sido esse quase milhar e meio de sócios, os que, em boa verdade, tem dado as directrizes para a acção cultural do Grupo, animando os condutores em que tem confiado, com a sua comparência, o seu aplauso,

o seu conselho, o seu interesse, donde provém o estímulo essencial para todos os movimentos e iniciativas em que nos temos agitado.

É gostoso e faz bem recordar os primórdios da ideia, ventilada pela primeira vez por José Queirós, criando a secção de Arqueologia Lisbonense na Associação dos Arqueólogos Portugueses, agitada depois nas colunas da *Manhã* por Norberto de Araújo, com um entusiasmo que não desfaleceu e que o saudoso amigo transferiu, mais tarde, para o *Diário de Lisboa*. Ainda há pouco dias dissemos isto mesmo, quando em nome da Junta Directiva do Grupo se agradeceu à Presidência e à Vereação da Câmara Municipal de Lisboa, a honrosa distinção da Medalha de Ouro da Cidade. Pastor de Macedo, o Dr. Alberto Mac-Bride, Pinto de Carvalho, Levy Marques da Costa, Rocha Martins, Álvaro Maia, Vieira da Silva, o Dr. Eduardo Neves, Sampaio Ribeiro, o Dr. Eugénio Mac-Bride, Pereira Coelho, Leitão de Barros e eu, aglutinados por Pastor de Macedo, rodearam um dia a ideia e firmaram-na no entusiasmo de cada um, seguindo a bandeira desfraldada por Norberto de Araújo.

Éramos quatorze, e só tivemos que soprar sobre as brasas a chama que fatalmente haveria de surgir, para aquecer e iluminar a empresa iniciada. Outros em breve se juntaram, e novas Vestais — desculpe-se a impropriedade — nunca mais deixaram que se apagasse esse lume aceso em louvor de Lisboa.

Rodaram os anos, acorreram a filiar-se numerosas individualidades, grandes e pequenos, ricos e pobres, gente de todos os campos ideológicos e de todas as condições. Nunca quisemos investigar da «cor» de cada um. Só uma vez fizemos perguntas sobre a cor de Lisboa. E o Grupo — aprovados os Estatutos, metido dentro da lei e da norma — entrou a viver. Sem um desfalecimento, sem um amolecimento de energia ou de vontade, julga que tem cumprido a sua missão. Os que pensavam que os «Amigos de Lisboa» era apenas um núcleo de oblatos em face do antigo, simples adoradores do Passado, em breve se enganaram. Os «Amigos de Lisboa», na sua obra de divulgação e de propaganda

da cidade, tem-se interessado igualmente pelo Presente e pelo Futuro. Em mais de duzentas excursões de estudo, não foram só escolhidos os monumentos de outro tempo, as obras dos nossos maiores, os monumentos e as ruínas; foram também vistos e estudados os monumentos de agora, as grandes obras que se iniciaram e as feições citadinas da hora que passa. Um série de exposições, uma teoria de lições de história, colóquios de sentido literário e artístico, ventilação de problemas de momento, há que acrescentar ao seu *curriculum vitae*, e as três mil páginas dos seus Boletins, com trabalhos de investigação, de crítica e de análise histórica, revelam o enorme esforço dispendido. E este não seria possível se todos os «Amigos» não estivessem connosco e nos ajudassem com a sua presença e o seu entusiasmo.

A seguir o Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento, da Secção de Movimento Cultural e Propaganda, leu o seguinte trabalho:

Ser «amigo de Lisboa» não é, como erradamente há quem o suponha, viver apenas debruçado sobre os tempos idos com total alheamento do presente e desinteresse pelo que possa e deva vir a ser o futuro.

Viver do passado e só para o passado sendo já muito, seria ainda muito pouco.

Muito porque é tão cheia a história desta nossa Lisboa que chega, e sobra, para legitimar o orgulho de quem, pela graça de Deus, nela teve a dita de abrir os olhos à vida.

Tão cheia que é um nunca acabar de heroísmos e de abnegações, de fé cristã e de devoção patriótica, de fausto e de austeridade, de grandeza e de abatimento, de horas grandes e de momentos tristes, de espírito e de pitoresco, tudo numa sequência tão impressionante de factos que, por entre eles, às vezes, o pensamento se perde ao pretender analisar uns, investigar outros e todos compreender.

Os heroísmos e as abnegações de Lisboa quando o inimigo lhe cinje de perto as muralhas e ela reage suportando estóicamente sacrifícios, fomes, e a perda cruciante de muitos dos seus filhos mas não se rendendo! Os heroísmos e as abnegações ao ser ferida por cruentos infortúnios — pestes e cataclismos — e caída por terra exangue se pudesse reerguer cheia de nova vitalidade, pronta a reafrontar o seu destino! Que de heroísmos e de abnegações para que, a bem da grei,



Luís Pastor de Macedo presidindo à Sessão de encerramento das Comemorações e discursando

fosse sempre presente onde quer que se tornasse necessário alçar uma cruz, empunhar um espada, desfraldar velas rota ao desconhecido e à epopeia.

Berço e túmulo de Santos, Lisboa nunca deixou de erguer as mãos ao Altíssimo. Orando recolhidamente para impetrar e agradecer graças, afastar a dúvida e afervorar a fé ou, aliando a esta a sua devoção patriótica, entoar bem alto cânticos jubilosos de louvor a Deus nas horas grandes da terra de que foi sempre «cabeça e coração».

Nunca faltou, convicta e contrita, em procissões de penitência ou alegre, mas respeitosa, a emprestar o brilho das suas melhores galas, as bandeiras de seus mestéres, a teoria imensa de confrarias, irmandades e ordens monásticas, o pitoresco das danças, folguedos, máscaras e invenções da sua gente, naquelas em que, com o rigor nítido da intenção religiosa, se mesclavam, extranhamente, aspectos profanos a roçar quase pelo pagão.

A fé e a devoção patriótica com que Lisboa, joelhos em terra no Restelo — areal da saudade — implorou a protecção divina para os que via partir em demanda de novos mares, de terras distantes, de triunfos e de glórias!

As sentidas orações com que pranteou o Rei-quase-menino perdido, nas terras de África, por um grande mas infeliz sonho, e o recolhi-

mento com que durante sessenta longos anos sussurrou fervorosas preces para que chegasse breve a libertação da sua terra!

A Lisboa faustosa de quinhentos, rescendente a especiarias, a perfumes raros e estonteantes, que chatina, mercadeja, trafica, enriquece e gasta, veste-se de sedas e de brocados, ostenta gemas preciosas e pérolas de orientes estranhos! A opulência da corte, o brilho dos folgares e saraus nos paços reais, a torre de Babel das ruas e praças onde pululam «muitas e desvairadas gentes», vindas de todos os quadrantes!

A Lisboa faustosa dos tempos do senhor Rei «Magnânimo» toda ela elegância e galanteria, frivolidade e bom gosto, cultura e preciosismo, coches dourados e cadeirinhas quase obras de arte, talhas aurifulgentes, azulejos, alfaias e móveis que deram nome a uma época!

A Lisboa áustera que, conformada, se priva do necessário quando o inimigo a ameaça de perto ou, invocando o bem comum, lhe impõem severas restrições!

A grandeza com que Lisboa participa nas sumptuosas festas da corte, nas aclamações reais, nas cerimónias dos casamentos de reis e príncipes, em magníficas funções religiosas, em justas e torneios!

O abatimento que a invade quando os fados lhe são adversos ou ao prantejar a perda de seus reis e das grandes figuras que a enobreceram e engrandeceram traçando a mor parte da sua história!

As horas altas que vive, eufórica de entusiasmo e de fé nos seus



A assistência, na Sede do Grupo, à Sessão de encerramento das Comemorações

destinos, ao levantar por Regedor o Mestre de Aviz e ao ter novas de Aljubarrota! Quando vê voltar as caravelas da Índia, da África, das terras de Santa Cruz e escuta embevecida mil histórias de pasmar! Ao sacudir num ímpeto, por tantos anos mal reprimido, o jugo castelhano e ao ver o trono reocupado por um rei português!

Mas que de horas tristes afligiram Lisboa!

Ao menos dolorosas não foram, sem dúvida, aquelas em que viu batido o Prior do Crato, mais pela traição e pela venalidade do que pela força das armas, ou em que, os olhos marejados, o coração oprimido e os dentes cerrados de ira impotente, assistiu ao içar de uma bandeira estranha por sobre as muralhas do seu castelo!

Do espírito da Lisboa do passado falam com eloquência os autos e as crônicas, as obras de sábios e de académicos, de poetas e de músicos, de pintores e de gravadores, de lavrantes do metal e da pedra, de architectos, de mesteiros!

E a par de tudo isto um pitoresco de vida tão seu que compraz apreciar em todos os pormenores.

Como folgava e ria — sempre que para tal tinha pretexto — a boa gente desta terra! Onde houvesse comemoração festiva, diversão pública, romaria, festividade em louvor dos santos mais venerados, ela lá estava, buliçosa e entusiástica, a dar-lhes brilho com o seu jeito folgazão: dançando folias e chacotas, tocando adufes e castanhetas, guitarras e violas, rabecas e charamelas.

O colorido de feiras e mercados, o pitoresco dos tipos populares: frades chocarreiros e benzedeiros, vendedores e alfamistas, colarejas, hortelões e regateiras e tantos outros cuja enunciação nos levaria longe!

*

Em mal alinhavada e descolorida síntese apontámos o que, da história da Lisboa do passado, interessa à nossa curiosidade de seus amigos. Sobretudo porque para bem podermos apreciar o presente não é possível, nem fácil, obliterar os factores de tradição histórica e de tradição do pitoresco, que tanto influem para que esta nossa cidade conserve ainda, apesar de tudo, uma fisionomia tão própria, bizarra nuns aspectos, notável noutros, mas sempre atraentes e que concorrem para lhe imprimir a feição geral que a torna tão vincadamente característica, tão nossa, tão ao nosso jeito!

Cada um dos bairros que a compõem, quer se aconcheguem em torno de ruas estreitas, vielas e becos, pátios e escadinhas; se dilatam, em todas as direcções, por largas e arejadas avenidas, ou se prolonguem com a margem afanosa do rio, possui, digamos, uma personalidade peculiar, expressa não só naquilo que poderemos chamar a sua vida íntima como ainda, e principalmente, no que mais fere a atenção do observador: a cor local. E para que mais se vinque tal diferen-

ciação, ainda a luz que do alto a todos ilumina desfaz-se, ao atingi-los, em cambiantes tão dispares de incidência, que uns parecem recebê-la coada através de vitrais, outros velada por leves cortinados e outros em chapadas tão cruas que quase brutalizam a retina.

Devassar os antigos bairros de Lisboa, livre da sugestão de guias e de itinerários, é estreitar relações com um passado feito presente, é como que folhear um velho album de cromos, mil vezes visto e revisto, mas em que vamos sempre descortinando novos motivos de interesse, quer seja o de um colorido que antes não fixáramos, quer o de um pormenor que gratamente desperta a nossa atenção ou nos aviva a memória.

Alfama, a verdadeira «avó Lisboa», tão vélhinha que já perdeu a conta aos anos vividos, nada e criada à sombra do castelo, — que do alto a coroa como a rainha de beleza, — acalentada pelo amplexo carinhoso, ainda não desfeito de todo, da cerca moira, e atraída ao convívio do rio por sua vocação marinheira é, toda ela, um nunca acabar de pitoresco, uma galeria de valiosas antiguidades.

Tudo, ali, tem um significado próprio, resumbra tradição, manifesta carácter. Percorrer o intrincado labirinto de suas ruas estreitas, quase vielas, golpeadas de becos, de arcos e postigos, de escadinhas e de minúsculos logradouros, a que curiosos e evocativos topónimos dão realce, é mergulhar num ambiente de vivo sabor arcaico: solares fidalgos, casas de ressalto ou de empenas em bico, janelas de rótulas, balcões floridos, devotos registos de azulejos, ingénuos nichos. E as gentes que formigam por entre todo este conjunto são, na vida de Lisboa, um caso à parte por seu orgulhoso bairrismo, por seus tradicionais mestéres.

No que resta da vetusta Mouraria, cuja idade é conhecida pois foi seu padrinho D. Afonso Henriques, ainda há que ver, que apreciar, desde o Coleginho com seu notável claustro, ao antigo Colégio dos Meninos Órfãos repositório de bons azulejos, e à Ermida dedicada a Nossa Senhora da Saúde que a gente do bairro venera com carinhosa e sentida devoção.

Pelas ruas estreitas e turtuosas, de bizarra nomenclatura, topa-se aqui e acolá, com velhas casas típicas, coloridos registos de azulejos. Por ali soaram pandeiros moiriscos, gemeram guitarras. Por ali o fado espraçou suas dolências e se celebrou uma cigana por via de amores com certo fidalgo.

Outro motivo de curiosidade é, sem dúvida, a freguesia de Santa Cruz, bem aconchegadinha aos muros do Castelo — quantas evocações este nos trás à mente — toda ela simplicidade e modéstia, que não excluem o palpitante interesse que provoca o seu aspecto bem típico de aglomerado citadino, com seu apinhado casario a que dão certa nota de frescura trepadeiras vivazes pelas janelas, recantos esmaltados de registos, quintalórios engrinaldados de parreiras.

Percorrer o Bairro Alto através do seu delineamento topográfico

único nos bairros antigos da cidade, rotuladas ruas e travessas com designações que vêm de longe, é anotar pormenores de pitoresco, de originalidade nalguns dos seus aspectos que o tempo tem respeitado. Registos de azulejos, uma que outra velha pedra de armas, grandes casas que foram palácios de gente de algo ou pequenas edificações que ostentam saboroso conspecto, tudo isto nos fixa a atenção e nos faz acudir à memória a célebre Academia dos Generosos, o pátio das comédias, as sangrentas brigas de irrequietos bandos fidalgos e as aventuras galantes que por aqui se desenrolaram.

Outros bairros antigos de Lisboa, embora menos impregnados de tradição, merecem também a nossa amizade e o nosso interesse.

A Madragoa, paredes meias com a Esperança — bairros ovarianos — onde enxameia uma população laboriosa, azougada e folgazã, irreverente quando calha, mas que aos outros bairros leva seu comércio e o brinde de alegres e sonoros pregões.

Alcântara, Belém e Ajuda vivem como que de mãos dadas. A primeira fervilhante de labor fabril, a segunda ufana das jóias preciosas que a adornam — Jerónimos e torre de S. Vicente —, a última, com seu ar singelo e modesto, ainda recorda, talvez com saudade, que deu pousada a reis e a príncipes.

Mas, a Lisboa merecedora do nosso affecto, credora do nosso cuidado e estudo não é apenas a que deixamos apontada em ligeiro esboço. Outros bairros ajudam a compô-la, muitas minudências lhe emprestam mais encanto, sublinham suas graças.

A nota de sugestivo pitoresco que emana dos velhos chafarizes — pucarinhos de água fresca dos humildes — que, por aqui e por ali, ainda hoje alegremente salpicam certos recantos da cidade!

Se uns ostentam uma traça mais rendilhada, aprimorada elegância de linhas ou mesmo até um ar de aprumo fidalgo, e outros se caracterizam pela sua risonha singeleza, todos, no entanto, evocam aos olhos esquadrinhadores que sobre eles se detêm, singulares aspectos de vida intensa e buliçosa.

De quantos borbórinhos de aguadeiros, desavenças e intrigas do mulherio, de quantos bate-bocas violentos — não raro semeados de uma linguagem que os dicionários omitem — não têm eles sido mudas e contrafeitas testemunhas?

Em compensação, a alegre algaraviada que os envolve, em festivas noites de Junho, quando as raparigas casadoiras, seguindo velhas usanças e crenças, ali vão lavar o rosto e pedir aos Santos, que andam no seu coração como já andaram no de mães e avós, que breve façam o milagre de as maridar e lhes proporcionem ditoso futuro!

E, as juras de amor que eles têm ouvido sussurrar à sua beira, mais vermelhas as moças, ao escutá-las, que o barro das quartas que foram a encher e, até, mais cristalino o rumor do correr das bicas?

Balcões suspensos sobre a urbe — os miradouros alfacinhas — de onde a vista se espraia num encantamento quase de sonho, ora se

atardando sobre o lençol imenso do rio maravilhoso do qual, por vezes, se evola como que uma poalha subtil, para de outras rebrilhar num esplendor de cromatismo vizinho do irreal, ora pousando, atenta e enlevada, sobre a diversidade de panoramas, a sucessão de perspectivas, em que a cidade, favorecida por uma orografia de previlégio, generosamente se desdobra e oferece, fazendo ascender até nós o arfar de sua vida febricitante, a sinfonia toda luz e cor que seus atractivos irradiam.

E, feminina como é, Lisboa cometeria feio pecado se não gostasse de flores. Mas, porque gosta, garridamente com elas se enfeita, por elas cuida com carinho dos seus jardins, que tantos são mas outros tantos poderiam ser.

Uns, de dilatada extensão, de âleas tranquilas, vagamente românticos são, para quem os demanda, convite a horas tranquilas, contemplativas. Outros, mais maneirinhos, alguns quase minúsculos mas alegres, abrem-se como sorrisos por entre o amontoado do casario, têm um cunho mais bairrista, digamos mesmo, familiar. Mas todos são pródigos em nos encherem os olhos com o verdoso de suas manchas arbóreas, com o matiz bizarro dos alegretes. E, com ternura acolhem a pequenada traquina e desenvolta, que os anima com a sua garrulice, que neles expande seu exuberante amor à vida.

Ainda quantos outros pormenores, quantas pequenas coisas, quantos simples apontamentos, quantas manifestações de vida, valorizando-a globalmente, nos oferece esta nossa Lisboa!

Referência, embora sucinta, que lhes fizéssemos levar-nos-ia longe e tudo tem suas limitações.

Menção, porém, não podemos omitir quando à cidade nova — por assim dizer a Lisboa menina — que bem merece ser olhada com interesse e apreço, tal a ânsia de expansão urbanística que traduz, ordenada através de bairros de rasgada concepção, de avenidas bem perspectivadas, tudo alindado com certas manchas de cor espalhadas com gosto, encanto de quem sabe e quer ver.

São, esses novos bairros, valores com que Lisboa vem enriquecendo o seu activo, numa segura manifestação de espírito civilizador e da sua vitalidade de grande metrópole.

Há quem alcunhe de saudosismo piegas a devoção por aquilo que o passado nos legou. Nada mais errado, mais profundamente destituído de justo critério apreciativo.

O interesse pelo passado dos que são amigos de Lisboa, traduz-se pelo culto da história e da tradição, pelo desejo ardente, e bem justificável, de que seja conservado e acatado tudo o que a velha capital contém digno de tal tratamento e que não é pouco, louvado seja Deus.

Valorizar, com bom senso e bom gosto, o que Lisboa ainda possui de evocativamente pitoresco, de tradicional, admite-se e está certo.

Mas alterar sem critério, destruir por ignorância, isso não merece o nosso aplauso.

Não há consciente amigo de Lisboa, disso ninguém pode duvidar, que não deseje, que não aprecie, que não sinta ufania pelo evidente progresso e alindamento desta terra bafejada pela Providência com tantas graças e seduções. Em contrapartida, porém, não lhes deve ser contestado o direito de devotadamente concorrerem com a sua actividade e a sua intelligência, para que tudo quanto se relaciona com a história gloriosa, o passado eloquente e a tradição venerável da cidade, seja objecto do carinhoso e compreensivo respeito a que tem jus.

E, não se diga que as duas Lisboas — a velhinha e a nova — são incompatíveis. Já alguém soube de alguma neta que não sentisse uma infinita ternura, pelo que representa de vida vivida uma cabeça nevada de uma avòzinha, ou de uma avó que não mirasse, embevecida e orgulhosa, a louçania, os ridentes encantos de uma neta?

*

Do muito pouco que deixámos dito acerca do passado e do presente, julgamos resultarem implicitamente definidas as razões porque somos e como somos amigos de Lisboa — a nossa terra! Resta referir-nos ao futuro. Este, diz o vulgo em sua imensa sabedoria, a Deus pertence. E, porque assim é, então permita Deus que Lisboa continue, pelos tempos fora, sabendo merecer frutuosas dedicações e sinceras amizades, e se mantenha digna de seus gloriosos pergaminhos e de ostentar o nobilitante título — velho de séculos — que um grande e agradecido Rei lhe outorgou: — «Mui nobre e sempre leal cidade».

Usou, depois, da palavra o Dr. Eduardo Neves, Secretário Geral do Grupo, que proferiu o seguinte discurso:

O Vereador Sr. Aníbal David, preconizou no discurso com que antecedeu a sua proposta, para a concessão da Medalha de Ouro da Cidade aos «Amigos de Lisboa», uma mais íntima coligação, de trabalhos e esforços, a bem de Lisboa, entre a sua Câmara e o nosso Grupo.

Quase o vejo hoje aqui realizado, a presença de V. Ex.^a como representante do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, nesse lugar, o que tanto nos honra e desvanece, e como Vice-Presidente da mesma Câmara, um dos nossos fundadores e a dos Srs. Vereadores, quase todos nossos consócios, com a minha presença na Vereação, contribuem e marcam aproximação salutar de cuja intimidade, bem logro o bem da Cidade a que todos nos devotamos.

Esta minha palavra de saudação, não me inibe do dever de nesta sessão falar dos números e das estatísticas.

Uns e outros confirmam a profunda e profíqua actividade do Grupo que, em resumo e sucintamente, se expressam assim:

Audições musicais	4
Cinema e Teatro — realizações	6
Circuitos turísticos na cidade	6
Colóquios e serões	8
Conferências, sendo 9 na via pública... ..	121
Cursos de Arte com cerca de 20 lições	2
Edições, cerca de	100
Evocações e almoços comemorativos	8
Exposições	16
Lápidas	2
OLISIPO, números publicados	73
Passeios no Tejo	7
Visitas de estudo	310

Andam à roda de 1.500 os nossos associados.

Isto prova, e é isso que desejo frisar, que tem havido um propósito firme, uma dedicação sem limites, e, graças a Deus, um êxito notável, a ponto de merecermos a honrosa distinção que a Ex.^{ma} Câmara nos conferiu em 22 de Março passado e que, ao que sabemos, só três colectividades lisboetas o mereceram, a Douta Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Benemérita Sociedade «A Voz do Operário» e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa.

Também entre as medalhas individuais concedidas, contam-se três dos nossos melhores e mais ilustres sócios fundadores, que foram, o Mestre olisiponense Eng. Augusto Vieira da Silva e o jornalista Norberto de Araújo e é o nosso Vice-Presidente da Junta Directiva, Gustavo de Matos Sequeira, cofre forte de sabedoria olisiponense, como, com notável a-propósito, lhe chamou Aníbal David.

Se houvesse que fazer crítica à sessão de hoje, só havia dizer que melhor não poderiam os «Amigos» desejar; as palavras proferidas e o seu nível, a presença de V. Ex.^{as} e as vossas pessoas e categorias.

Os nossos melhores cumprimentos.

A Sessão foi encerrada pelo Sr. Pastor de Macedo.

Começou por lamentar a ausência de Matos Sequeira, por cujas melhoras fazia os seus melhores votos. Lembrou depois vários dos

associados do Grupo, que a morte arrebatou, salientando o Prof. Celes-
tino da Costa, recentemente falecido, referindo à sua brilhante con-
tribuição em múltiplas das actividades do Grupo e agora mesmo nas
cerimónias comemorativas do 20.º Aniversário.

Recordou depois Pastor de Macedo os esforços dispendidos para
a fundação do Grupo. A obra, disse, vinte anos atrás, a muitos
pareceu um mito. E ao comemorar-se hoje o vigésimo aniversário
dos «Amigos de Lisboa» faz votos, pela alegria que tal acontecimento
lhe confere, para que todos os presentes ali mesmo, na sede do Grupo,
se reencontrem para comemorar o seu 40.º aniversário. A alegria,
sua e de todos, será dupla.

Havendo um dos oradores da noite feito referências às diversas
fases da evolução da cidade, o Vice-Presidente da Câmara confirmou
que efectivamente, ela está a passar por grande transformação, a qual
dará a Lisboa, essa decada passada, uma nova fisionomia. Isso não
obstará, acrescenta, a que os serviços municipais responsáveis estejam
atentos por que o carácter de Lisboa se não perca ou seja mesmo
adulterado.

E disse a terminar:

«O que se tem realizado na parte moderna da Capital é garantia
bastante de que as transformações a realizar não vão prejudicar o
seu conjunto e beleza».





Feira da Ladra

Os azulejos que se escondem

A azulejaria decorativa que desde o segundo terço do século XVII inundou Lisboa, esconde-se às vezes em átrios e escadarias de velhas casas que foram palácios ou sacelos religiosos, e que as andanças do Tempo, transformaram em prédios vulgares destinados ao inquilinato, ao armazém, à Associação, à Repartição Pública. É o que sucede com a decoração cerâmica de um casarão seiscentista da Rua da Rosa, para onde hoje se entra pelo n.º 203, que, de certo, terá passado despercebida de muitos. E vale a pena entrar e subir a escada.

A guarnição de azulejos, de pintura a azul sobre esmalte branco, tem substituições e emendas nalguns pontos. No primeiro patamar, subidos apenas três ou quatro degraus, vêem-se dois painéis da mesma mão de artista, mas que não deviam ser de ali (talvez de qualquer sala interior), vendo-se num uma caçada ao porco bravo, e noutra uma dama de «fontange», com um guarda-sol de cabo torneado na mão. A parte superior dos painéis é de borlas recortadas, como tanto se usou então, tendo inferiormente, numa fita a legenda: — EL MÉDIO DIA. Em azulejos emendados vêem-se letras de outras legendas (VIRGO, TAURUS, etc.) e troços de um ZODÍACO.

Os balaústres de azulejos da escada são

entremeados de figuras do século XVII, trajadas à maneira da corte e à moda oriental. Uma das personagens é um rapaz de turbante com um cesto de frutos. Outra é um negro. Nos intervalos representam-se vários animais, cães, gatos, macacos, carneiros, uma gaiola com aves e vária passarada.

Logo à entrada, no patamar baixo, estão duas figuras, bem maiores do que as outras da escadaria que são atarracadas, dois pobres, um ELE e uma ELA, estendendo a mão a quem entra.

Os *Amigos de Lisboa*, não se esqueçam ao passar pela velha rua da Rosa das Partilhas, de entrar e de espreitar. E não darão o tempo por mal empregado.

M. S.

António Arroio

PASSA este ano o centenário do nascimento de António Arroio, engenheiro, que foi, de seu ofício e famoso crítico de Arte, sobretudo de Arte Musical, em que se notabilizou. O acontecimento recebeu comemoração em solenidade realizada na escola industrial que leva o seu nome. Também o Dr. António Joyce, antigo director do Orfeão Académico de Coimbra, dedicou ao Mestre a homenagem dum admirável e muito substancial artigo com cuja publicação se honrou um diário matutino da Capital. Não dei notícia de

quaisquer outras manifestações, pelo que julgo ter tudo ficado por ali.

Acho pouco, ressalvados o respeito e o aplauso devidos por comemorações tais e, naturalmente, por quem os promoveu.

António Arroio foi, há bons cinquenta anos, pela persuasão da sua palavra aduzindo os conceitos duma cultura notável, pela sensibilidade de melómano e pelo seu talento de grande artista o fervoroso animador do canto coral (1908), que elogiava e incitava nos rapazes da Universidade de Coimbra, aconselhando-os a organizá-lo sob o duplo valor do método na recolha dos motivos e do carinho e respeito ante suas rigorosas características regionais. Mais lhes disse, em conferência que ficou célebre: — «Se cada um de vocês, após as férias grandes, tendo posto de banda o *Fado*, trazer consigo uma ou duas canções devidamente coligadas e estudadas, segundo o método que indico, ao cabo de poucos anos achará no arquivo do orfeão um verdadeiro e notável tesouro de arte».

«Sobre as Canções Populares Portuguesas e o modo de fazer a sua colheita» (1913), deixou o Mestre lições que bastante, senão decisivamente, influenciaram tudo quanto, na matéria, foi feito a partir de então.

Mais não seria preciso, julgo eu, para impor a memória de António Arroio ao nosso maior respeito, à nossa profunda admiração. Porém a sua influência transfere-se ainda da música popular à erudita; e ali vemos (1908), abrindo caminho ao conhecimento, e gosto, de gigantesca obra wagnereana — numa época em que, quase desconhecido ainda entre nós o chamado *verismo*, réplica realista à música dramática, e dominando, ao tempo, o culto do velho *bel canto* italiano, tal campanha representava um arrojo e um perigo. A Canção Popular e o Canto Coral foram, no entanto, aquilo que mais prendeu o

seu espírito e absorveu o esforço da sua mensagem.

É, pois, quase nada comemorar o centenário de António Arroio apenas com duas, ou três, solenidades. Passadas vinte e quatro horas sobre as notícias dos jornais, tais solenidades irão dormir o sono eterno ao lado do falecido Mestre.

Direi, portanto: se fosse possível considerar Lisboa já na posse de excessivo número de Estádios, onde as paixões populares se excitam mas onde se não promove a educação pública, bom seria não deixar passar o centenário de Arroio sem o lançamento da primeira pedra dum «Collegium Musicum», dum «Auditorium» que recebesse o seu nome de musicólogo (pois só o do engenheiro é homenageado na escola industrial da rua Almirante Barroso). Tal instituto, instrumento de verdadeira educação popular representaria, em testamento vivo, a sua ideia fecunda e penetrante; ali, de mistura com audições de música erudita os orfeãos dos bairros de Lisboa, não depravados em coros de pacotilha mas conduzidos por mãos de verdadeiros apóstolos, iluminariam do melhor espírito a alma popular.

Mas é difícil, muito difícil de lançar esta primeira pedra dum «Auditorium». E é cedo demais. Através da rádio, o «barulho pecesso dos estádios», nas tardes de domingo, domina Lisboa, quiçá o país de lés a lés. Enquanto isso se der terá razão a frase do Mestre:

— «O povo, privado das suas franquias municipais... não sabe cantar, não possui virtudes sociais a traduzir em música».

L. M.

Passagens aéreas e subterrâneas

AGORA que tanto se fala em grandes «circulares» e túneis ou passagens subterrâneas, no sentido de facilitar o trânsito de veículos e peões, ocorre-nos

lembrar que em 1 de Março de 1889 foi entregue na Câmara Municipal de Lisboa um requerimento assinado pelo notável jurisconsulto Dr. Domingos Pinto Coelho, em representação de um senhor Boussard, que se propunha abrir um túnel, que se denominaria «Passagem da Princesa D. Amélia», a comunicar entre o Rossio e o Conde Barão, com ramais para o Corpo Santo e S. Bento.

O empresário, que não pretendia subsídio do Estado, propunha-se explorar a concessão durante 50 anos e estabelecia os seguintes preços de passagem: um vintém para os peões, um pataco para as tipóias e dois tostões para os carros americanos e outros colectivos. Comprometia-se ainda a, dentro de dois anos, estudar ligação com a Praça Luís de Camões.

*

Durante o último quartel do século passado, a construção dum viaduto entre S. Pedro de Alcântara e a Graça foi objecto de vários alvitres e despertou as atenções de alguns técnicos, que apresentaram projectos fundamentados. Um deles teve origem em Julho de 1888 e partiu de um grupo de capitalistas franceses, à frente dos quais figurava Camille Verdier.

Esse viaduto ou ponte suspensa seria armado em ferro envidraçado, com abóboda de cristal e a medida de cerca de um quilómetro de extensão e 25 metros de largura, ladeado de lojas para estabelecimentos comerciais. Na parte inferior haveria um tabuleiro para circulação de carros e *tramways*. A empresa apenas pretendia fazer o embolso do rendimento das passagens e exploração da ponte.

Esta proposta não chegou a ter andamento porque a Câmara Municipal não concordou que, findo o prazo de 40 anos,

os estabelecimentos continuassem em usufruto dos concessionários, e Verdier, que não fez a tempo o depósito de 30 contos, não foi atendido no seu pedido de prerrogação do prazo.

Pouco tempo depois, em 1 de Março de 1889, o *Diário do Governo* abriu concurso por seis meses para a construção de um viaduto metálico de S. Pedro de Alcântara ao Campo de Santana e daí ao Largo da Graça, com a extensão aproximada de 1.500 metros e a largura de 17 metros, sob as condições constantes do respectivo caderno de encargos, patente na secretaria.

Mário Costa

Uma Semanazinha de...

TENHO para mim que a «civilização» mais não é que o bom senso operando através das gerações. Maior civilização, maior bom senso. Educação popular, como elemento integrante da civilização, será pois o bom senso destilado pela capacidade de cada um de nós. O uso do garfo e da faca nasceu, na curva dos séculos, desta verificação: é mais cómodo evitar sujar os dedos para comer.

Uma das impressões gratas que me ficou da cidade de Londres, visitada há anos, foi a *amável* vida de rua que faziam os seus transeuntes. No fundo, simples bom senso. Coisa que vem no sangue, no sangue frio dos ingleses. Cada qual parte instintivamente, intuitivamente, do princípio de que, se não incomodar os outros, tem direito a não ser incomodado. O bem-estar resultante deste tácito acordo colectivo torna as ruas de Londres um delicioso espectáculo, brando, bem ritmado.

Isto vem a propósito (ou talvez não...), de outro espectáculo (este, infelizmente, de valor negativo), tão comum a Lisboa:

garotos de todas as idades, mesmo maiores de 18 anos, pendurados nos «eléctricos». E, pelo visto, não é eficiente, como antidoto, a notícia periódica nos jornais, da morte de uns, das pernas cortadas de outros, dos vários desastres de muitos. Pais que não educam; professores nas escolas, que não dispensam comentários a este respeito; polícias que, nas ruas olham passivamente o menos decoroso espectáculo — são culpados, *in limine*, de falta de bom senso. Bom senso seria um acordo, tácito ou explícito (o primeiro seria melhor), entre o pai, o professor e o polícia, no sentido de suprimir a instituição citadina dos «penduras». Mas isso é proposição demasiado utópica para os nossos dias.

Outro senão da nossa linda «Lisboa à beira-mar» é o trânsito dos peões. O lisboeta não sabe, não quer saber andar nas ruas. «Seguir pela direita», nos passeios, não é com ele... É disposição que todos subordinam, apenas, ao pavimento negro por onde rolam automóveis. É com os outros. Nós somos senhores da «realíssima gana» de andar por onde melhor nos apetece, mesmo que seja aos encontrões.

No entanto Lisboa possui, para peões, uma, que foi, excelente *escola de trânsito*. É ali na Travessa de Barros Queiroz, antiga de S. Domingos. A «escola» apresenta-se dividindo a viela, ao centro, por uma grossa faixa branca, e indica, por setas também brancas, os dois opostos sentidos de direcção.

No entanto, talvez por falta de uma voz, um incitamento, uma vibração sugestiva e exterior, o peão acabou por desinteressar-se de aquilo. A própria calçada apresenta por vezes, aqui e ali, as botas rotas, o que quer dizer que o sentido do trânsito vai desaparecendo, tanto da vista

como do coração. *Tout passe, tout casse, tout lasse...*

*

Sinclair Lewis, no seu *Babitt*, ridiculariza um hábito americano que foi o de se instituírem, com demasiada frequência, «Semanas de Propaganda» para todos os temas pedentes nos vários domínios continentais do *Tio Sam*: Semana das Cenouras, Semana das Instituições de Caridade, Semana da Luta contra o Vício de Fumar... A coisa atingira o grotesco, pois não chegavam já as 52 semanas do ano para tanta propaganda classificada.

Entre nós, porém, a instituição ainda está no período lactante. E eu acho que devíamos aproveitar. Que mal faria em termos, de vez em quando, uma «Semana-zinha de...»? A «Semana dos Penduras», a «Semana das Espinhas, Cascas de Banana e de Laranja pelos passeios fora»; a «Semana dos Escarros» (*pays de cracheurs* nos chamou, há anos, um francês ilustre que passou por Lisboa); a «Semana dos Peões que não querem andar pela direita»... etc., etc.

E porque não?

L. M.

O termo de Lisboa

EM devido tempo tivemos ocasião de aludir neste Boletim a um dos trabalhos em que o saudoso Mestre Vieira da Silva se encontrava empenhado nos últimos tempos que precederam o seu desaparecimento, que era a localização dos marcos referentes ao termo de Lisboa. Algumas fotografias publicadas no OLISIPO n.º 54 dão do facto a respectiva notícia.

O destino, implacável nas suas decisões, não permitiu que o Eng. Vieira da Silva levasse até ao fim o seu propósito, tendo

ficado por identificar o verdadeiro local onde estariam implantados os marcos de Massamá, averiguação difícil e bastante problemática, dada a circunstância de eles terem desaparecido há muito tempo do lugar em que se encontravam.

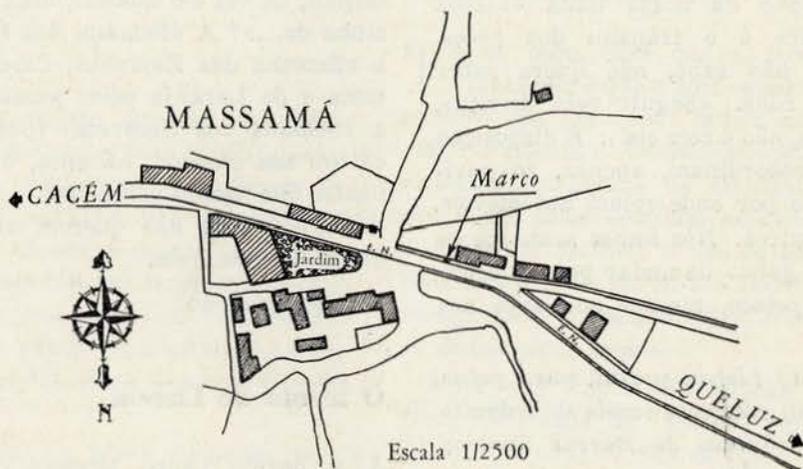
Essa interrogação acaba de ser solucionada em parte num estudo dado agora à estampa pelo Prof. Dr. Joaquim Fontes grande notabilidade, tanto das ciências médicas como das arqueológicas e probo investigador, que desta forma presta mais um valioso serviço à história olisiponense.

Ao trazer este assunto para o OLISIPO não é com o propósito de o dar a lume em duplicata, mas sim o de o arquivar

cá na casa, visto que o estudo em questão foi publicado numa Revista estranha à nossa especialidade, além do dever que nos incumbia de prestar a devida homenagem ao erudito Professor Dr. Joaquim Fontes.

Obtida a devida autorização publica-se pois abaixo a planta topográfica do local onde esteve situado um dos dois marcos, ambos guardados no Museu de Sintra, mas breve um deles vai regressar ao primitivo lugar em Massamá, cerimónia para a qual os Amigos de Lisboa estão convidados.

H. R.



ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

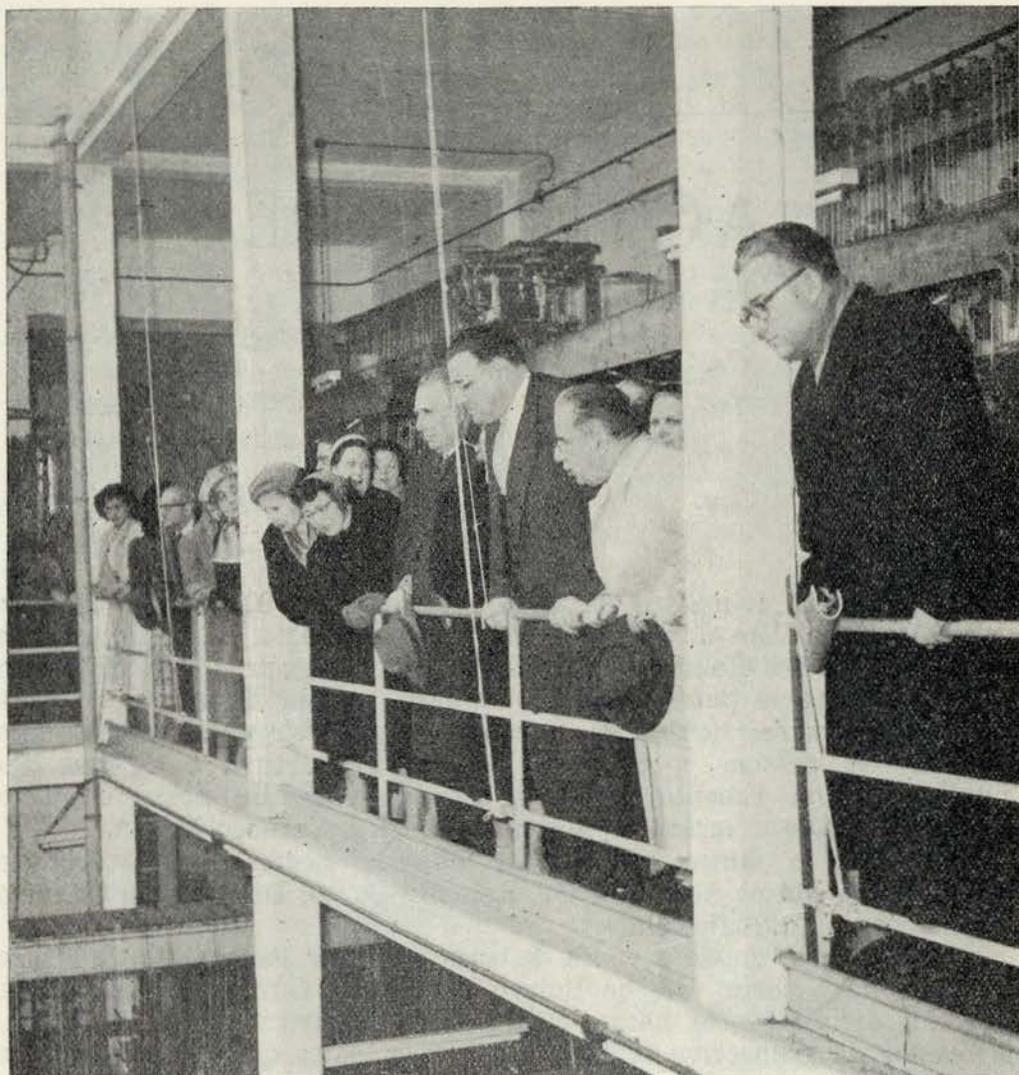
NO primeiro trimestre de 1956 realizaram-se, durante o mês de Janeiro, além da Assembleia Geral Ordinária para discussão e votação dos Relatórios anuais da Junta Directiva e da Comissão de Contas que se publicam neste número, a Ceia Evocativa do Café Tavares (Tavares Rico) que na noite de 14 reuniu cerca duma centena de pessoas a-propósito da sua reabertura e de que foi publicada uma Ementa artística com desenhos do nosso consócio Artur Trindade e versos de Matos Sequeira e Cardoso Marta.

Durante o jantar usaram da palavra evocando a história do local os Srs. Matos Sequeira, Dr. Ramada Curto, Dr. Luís de Oliveira Guimarães e Augusto Pinto.

Em 29 realizou-se a visita de estudo ao Lar Pensionato de Nossa Senhora da Vitória, sito no Bairro Estrela de Ouro, à Graça, visita que foi dirigida pelo nosso consócio Sr. Álvaro António da Silva, Provedor da respectiva instituição. Nessa visita que reuniu mais de duas centenas de pessoas foram apreciadas as instalações e o magnífico panorama citadino.

Em 26 realizou-se a 4.^a sessão dos «Colóquios Oisiponenses» em que os nossos consócios Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento falou «O Príncipe Real D. Carlos e defesa do Porto de Lisboa», tendo a-propósito exposto documentos e gravuras alusivas ao assunto. Seguiu-se o Sr. Dr. Amadeu Ferreira de Almeida que dissertou sobre «Os Cipresta na urbanização de Lisboa»; encerrou a sessão o nosso consócio Sr. Eduardo Portugal que falou e expôs fotografias de «Desenhos de Chafarizes e Bicas de Lisboa» da autoria de Gonzaga Pereira.

Em Fevereiro a actividade cultural do Grupo começou pela visita de estudo às instalações da Fábrica de Sedas de Francisco



O Sr. Doutor Eduardo Neves agradecendo aos proprietários da Fábrica o acolhimento prestado aos «Amigos de Lisboa»

Soares da Silva, Lda. e à Capela vizinha de Nossa Senhora de Monserate, nas Amoreiras. Dirigiu a primeira visita um dos proprietários da Fábrica e nosso consócio Sr. Jorge Rebelo e a segunda o nosso Director Tesoureiro Sr. Hugo Raposo.

Destas visitas, que reuniram algumas centenas de sócios, publica-se junto uma fotografia.

A 23 realizou-se a 5.^a sessão dos «Colóquios Oisiponenses» em que tomaram parte os nossos consócios Sr. Alfredo Ferreira do Nasci-

mento, Mário de Sampaio Ribeiro e Dr. Ferreira de Almeida. O primeiro desenvolveu o tema «Ser Amigo de Lisboa», o segundo abordou o tema referente a «Antigos pregões de Lisboa de há mais de 50 anos» e o último falou de «Os monumentos que faltam na capital».

Durante este mês iniciaram-se as comemorações do 20.º Aniversário do Grupo com a primeira reunião do Conselho que se realizou a 23, à tarde, nela, se reuniu algumas dezenas de membros dos nossos Corpos Directivos, foram pronunciados os discursos que neste número se publicam dos Srs. Presidentes da Assembleia Geral, Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro da Junta Directiva e o antigo Director Sr. Mário de Sampaio Ribeiro.

Seguiu-se um Vinho de Honra a todos os presentes.

A 25, à noite, reuniram-se, na Casa do Leão, do Castelo de S. Jorge, cerca de cem convivas, em Jantar de confraternização e comemorativo do mesmo aniversário. Nele usaram da palavra os oradores da sessão do Conselho e mais os Srs. Dr. Eugénio Mac Bride, Leitão de Barros e Padre Correia da Cunha. Nesse jantar, a que presidiu o sócio fundador e antigo Secretário Geral o Sr. Luís Pastor de Macedo fizeram-se representar o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e o Centro de Profilaxia da Velhice, sendo lidos na mesa alguns telegramas, entre eles um da Direcção do Asilo da Freguesia de Santa Catarina, o mais velho da cidade.

A 27, pelo nosso Vice-Presidente, foi inaugurada a Exposição de Roteiros e Guias de Lisboa que se manteve aberta até 20 de Março. Para essa exposição contribuíram com exemplares das suas colecções os Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento, Doutor Eduardo Neves, Eduardo Portugal, Henrique Nunes Viseu, Hugo Raposo, Manuel Ferreira de Andrade e Dr. Paulo Cantos. A Exposição demorou aberta em virtude de numerosos pedidos e teve farta concorrência. A lista dos exemplares expostos será publicada oportunamente.

Extra programa foi, a 24, às 10 horas, na Igreja de S. Roque, rezada missa por alma dos sócios falecidos, mandada dizer por um grupo de sócios. A missa foi celebrada obsequiosamente pelo nosso consócio Sr. Padre José Correia da Cunha e a ela assistiram grande número dos membros dos Corpos Directivos, sócios e suas famílias.

Em Março a nossa actividade começou com a visita de estudo à Fábrica de Malhas da firma Simões & C.^a, Lda., em Benfica. Esta visita foi dirigida pelo gerente Sr. Guilherme de Oliveira Simões e reuniu cerca de duas centenas de pessoas.

A 14 realizou-se na sede a 6.^a sessão dos «Colóquios Olisiponenses», em que tomaram parte os consócios Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento que tratou de: «A última aclamação Real no Terreiro do Paço — a da Rainha D. Maria I»; Jorge Rebelo que tratou de: «Aspectos

curiosos da toponímia citadina» e Mário de Sampaio Ribeiro que focou: «O Castelo de S. Jorge e as suas imediações».

A 24, ainda integrada nas comemorações do nosso 20.º Aniversário, com o concurso dos consócios Srs. Adolfo Fagulha, Alfredo Ferreira do Nascimento, Ayres António Lopes, Carlos Ornelas, Dr. Eduardo Neves, Eduardo Portugal, Eng. D. Francisco Mendia, Família Perry Vidal, «Gazeta dos Caminhos de Ferro», Gustavo de Matos Sequeira, Henrique Viseu e Hugo Raposo abriu a Exposição «Lisboa e o Caminho de Ferro» que reuniu cerca de 300 espécies e foi largamente concorrida.

Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

RELATORIO

da

JUNTA DIRECTIVA

Ex.^{mas} Consócios

Passou o décimo nono ano da nossa existência e a Junta Directiva vem dizer-vos que foi trabalhosa, mas calma e profícua, a nossa actividade.

O número de sócios quase se mantém o mesmo pois que começámos o ano com 1.324 e acabámo-lo com 1.315, visto que o movimento foi como segue:

Existiam em 1 de Janeiro de 1955	1.324	
Faleceram	16	
Foram admitidos	71	87
	71	87
		1.237
Foram admitidos	73	
Readmitidos	5	78
	5	78
Existiam em 31 de Dezembro de 1955		1.315

Os sócios falecidos foram os seguintes:

N.º 106 - Albino Abranches	N.º 1.064 - Dr. Ricardo Espírito Santo Silva
» 144 - José Cambraia	» 1.160 - Filipe Neves Pereira Barbosa
» 379 - João N. Cardoso d'Oliveira	» 1.240 - D. Ema Dias Costa
» 539 - General Raúl Esteves	» 1.532 - Manuel Manita Robalo
» 639 - Prof. Doutor João A. P. Azevedo Neves	» 1.745 - Dr. Augusto César T. de Sousa
» 706 - João Marques dos Santos Júnior	» 1.854 - Joaquim da Conceição Dias
» 899 - Jorge de Melo (Conde de Murça)	» 2.518 - General José Betencourt
	» 2.823 - João Monteiro

O General Raúl Esteves era o Presidente Substituto da Junta Directiva. Segundo o nosso Balanço verifica-se que o exercício termina com o saldo de Esc. 748\$06, mas durante o ano foram adquiridos Móveis e Utensílios no valor de Esc. 2.977\$90 no que se inclui um quadro a óleo representando a travessia do Passeio Público por Spelterini em Agosto de 1882, a edição da «Lisboa-Comédia

Olisipo» no valor de Esc. 1.428\$00 e para a Biblioteca além das aquisições normais, 36 plantas de Lisboa pelo preço de Esc. 520\$00 que são

- a) Planta topográfica da Marinha das cidades de Lisboa Oriental e Ocidental desde o Forte de S. Joseph de Riba Mar até ao Convento do Grilo, feita no ano de 1727 de Manuel da Maia.
- b) Lisboa em 1755, elementos coligidos até esta data para reconstituição da Planta de Lisboa antes do Terremoto, segundo as plantas de Tinoco «1650», Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel, José Valentim de Freitas, de Lisboa arruinada e tomo de 1755, Planta elaborada por Jesuino Ganhado. «Em tela colada em pano».
- c) 34 Plantas de todas as Freguesias de Lisboa, elaboradas pelo Sargento-Mor Monteiro de Carvalho na ocasião da reconstrução da cidade. Cópia das existentes na Torre do Tombo, copiadas em tela por Jesuino Ganhado.

Foram várias as ofertas de livros e numerosas as permutas.

A nossa actividade cultural, infere-se pelo conteúdo das nossas circulares n.ºs 139 a 143 e o seu relato foi sempre feito nos 4 números da nossa revista OLISIPO, que sempre se tem publicado regularmente.

O movimento de ofícios expedidos pela Secretaria foi de 292.

Nunca deixou de estar sempre presente, o Grupo, nas comemorações dos vultos mais notáveis e assim com conferências ou visitas de estudo nos associámos às comemorações do Centenário do Pintor José Malhoa, às da Semana Bartolomeana e às comemorações de Alexandre Herculano e Pina Manique.

Foi o seguinte o resumo da nossa actividade cultural:

Visitas de estudo	14
Conferências	7
Exposições	2
Colóquios	3

Saimos de Lisboa quatro vezes, ao Montijo, no nosso habitual Passeio no Tejo — em visita à Base Aérea n.º 6 —, a Sacavém em visita ao Quartel de Artilharia Pesada n.º 1, a Arruda dos Vinhos, Manique do Intendente, Vale de Lobos em homenagem a Pina Manique e a Alexandre Herculano, dois lisboetas ilustres e finalmente a Tomar para visitar o Calvário de Xabregas e os Azulejos das Trinas que para ali foram transferidos.

O êxito destas visitas infere-se das respectivas autoridades locais nos terem sempre acompanhado e até editado publicações especiais. Em Santarém houve uma Exposição de Arte pelo Pintor Braz Ruivo e um almoço regional na esplanada das Portas do Sol, oferta do nosso consócio Sr. Júlio da Costa Pinto, abrilhantado com o concurso da Orquestra Típica Escalabitana. Tudo foi referido no nosso Boletim.

Realizou-se o 4.º Circuito de Lisboa Moderna, eficiente maneira de mostrar o renascimento urbanístico da cidade.

Iniciou-se este ano, com marcado êxito, uma nova actividade cultural, os «Colóquios olisiponenses» que, reunindo periódicamente em pequenas palestras de 15 minutos, quatro consócios em cada dia, tem reunido grande número de sócios e trazido ao nosso conhecimento, espécies notáveis, como por exemplo a vista Panorâmica de Lisboa do primeiro quartel do século XVI apresentada pela Dr.ª D. Maria de Lourdes Bártholo.

A propósito da remodelação projectada para a Avenida da Liberdade em consequência da construção do Metropolitano, representou o Grupo à Ex.ª Câmara Municipal de Lisboa. A nossa representação e a resposta da Ex.ª Câmara vieram publicadas no OLISIPO.

Prestou-nos sempre valioso concurso a digna Comissão de Contas e as Secções de Movimento Cultural e Propaganda e de Estudos Históricos e defesa do Património Olisiponense.

O pessoal, solícito, cumpriu como de costume.

Em virtude do exposto propomos os seguintes votos:

- a) agradecimento à Ex.^{ma} Comissão de Contas, às Secções referidas, à Imprensa, à Emissora Nacional e às Empresas de Radiodifusão pela sua solícita e sempre obsequiosa colaboração;
- b) agradecimento aos nossos colaboradores nas visitas, conferências, exposições e outras realizações;
- c) de sentimento pelos consócios falecidos particularmente pelo do Presidente Substituto da Junta Directiva Sr. General Raúl Esteves;

Lisboa, 31 de Dezembro de 1955.

A JUNTA DIRECTIVA

PRESIDENTE

Prof. Doutor Augusto Pires Celestino da Costa

VICE-PRESIDENTE

Gustavo de Matos Sequeira

SECRETÁRIO GERAL E RELATOR

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

Dr. Alberto Gomes

TESOUREIRO

Hugo Raposo

VOGAIS

Coronel José Sardinha Pereira Coelho

Prof. Doutor Joaquim Moreira Fontes

Prof. Doutor Raúl de Carvalho

Prof. Doutor António Monteiro da Costa

PARECER
da
COMISSÃO DE CONTAS

Conforme o preceituado pelos nossos Estatutos vem a vossa Comissão de Contas apresentar o seu parecer referente às Contas da Gerência e Relatório da Junta Directiva em relação ao ano de 1955.

Durante o referido exercício acompanhou esta Comissão os actos da Junta Directiva, tendo verificado, com muito agrado, a boa ordem em todos os serviços e o zelo e a competência inexcedíveis como ela sempre agiu em ordem a prestigiar, cada vez mais, a nossa colectividade.

Temos por isso a honra de vos propor as seguintes conclusões:

- que aproveis as Contas de Gerência e o Relatório da Junta Directiva; e
- que aproveis também os seguintes votos de louvor:

- a) à Junta Directiva pela sua acertada e criteriosa actuação durante o ano de 1955;
- b) à Secção de Movimento Cultural e Propaganda pela sua eficiente cooperação prestada à Junta Directiva durante o exercício findo.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1956

A BEM DE LISBOA

Dr. José Leitão de Barros
Presidente

Higino Nunes da Silva
Secretário

Alfredo Brazião Alves
Relator

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS



VÁRIA

PREÇOS

	Sócios	Público
Evocação do Café Martinho	esgotado	
Noite de evocação do Leão de Ouro	13\$50	15\$00
Urbanização de Lisboa	4\$50	5\$00
Lisboa de ontem e de hoje do Sr. Rocha Martins	esgotado	
A Cor de Lisboa	13\$50	15\$00
Olisipos (alguns números esgotados)	18\$00	20\$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4\$00	5\$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4\$00	5\$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13\$50	15\$00
A Ponte de Alcântara	13\$50	15\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	13\$50	15\$00

ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13\$50	15\$00
--	--------	--------

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13\$50	15\$00
O Campo de Santa Clara... ..	13\$50	15\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9\$00	10\$00
Bagatelas de tempo vário	9\$00	10\$00

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
------------------------	--------	--------

EDUARDO NEVES

Ruínas do Carmo	esgotado	
Igreja da Penha de França	>	
Faculdade de Medicina	>	
Lisboa nos Ex-Libris	>	
Lisboa na Numismática e na Medalhística	>	
O Convento dos Barbadinhos Italianos	>	
Do Sítio do Intendente	>	
Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa... ..	>	

Alocações	13\$50	15\$00
Homenagem a Matos Sequeira... ..	13\$50	15\$00
Um Arcebispo-Primaz natural de Lisboa	13\$50	15\$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	9\$00	10\$00
--------------------------------	-------	--------

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras... ..	22\$50	25\$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27\$00	30\$00
Três Touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00
Do Convento de N. Senhora de Jesus	esgotado	
Guia do Orlisipo n.º 1 a 10 cada	7\$50	8\$00
» » » n.º 11 cada	9\$00	10\$00
Visite Lisboa	64\$00	70\$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital	54\$00	60\$00
Portugal País de Turismo, 2.º e 3.º vols. cada	135\$00	150\$00

GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18\$00	20\$00
--	--------	--------

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9\$00	10\$00
Lisboa (Comédia)	18\$00	20\$00

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde em Lisboa residiu Almeida Garrett... ..	esgotado	
--	----------	--

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45\$00	50\$00
-----------------------------------	--------	--------

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9\$00	10\$00
---	-------	--------

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos	esgotado	
--------------------------------	----------	--

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
--------------------------------	--------	--------

JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN

Relação histórica (resumida) das cavalcadas do Terreiro Real que se fez na Corte da cidade de Lisboa em 1795	esgotado	
--	----------	--

JULIETA FERRÃO		
Lisboa 1870	9\$00	10\$00
LUÍS MOITA		
A Ermida de Santo Amaro... ..	esgotado	
LUIZ PASTOR DE MACEDO		
A Baixa Pombalina	6\$70	7\$50
A Rua das Canastras	7\$20	8\$00
Críticas, Corecções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de Hoje» do Sr. Paulo Freire	9\$00	10\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da Freguesia da Sé	9\$00	10\$00
Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00
LUÍS TEIXEIRA		
O «Diário de Notícias» no Século XIX	4\$50	5\$00
LUÍS TRINDADE		
Janelas de Alfama	18\$00	20\$00
MANUEL VICENTE MOREIRA		
Jardins de Lisboa e Porto	esgotado	
O Problema da Habitação	27\$00	30\$00
MÁRIO COSTA		
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18\$00	20\$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra	9\$00	10\$00
MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO		
Igreja da Conceição Velha... ..	esgotado	
A Igreja e o Convento da Graça	»	
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém	45\$00	50\$00
Calçada da Ajuda	esgotado	
NORBERTO DE ARAÚJO		
Pequena Monografia a S. Vicente	9\$00	10\$00
ROBERTO DIAS COSTA		
A Paroquial de S. Jorge de Arroios	9\$00	10\$00
RUY DE ANDRADE		
Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina	9\$00	10\$00
RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ		
Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Oisiponense... ..	45\$00	50\$00
TINOP		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols.... .. cada	13\$50	15\$00

Algumas Edições
da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Publicações do 8.º Centenário da Conquista da Cidade:

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DE LISBOA — *Livro I de Místicos e Livro II del Rei D. Fernando; Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Diniz, D. Afonso IV e D. Pedro I; Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565, 4 volumes; Livro I do Tombo das Propriedades Foreiras à Câmara desta mui insigne cidade de Lisboa, 2 volumes; Cabido da Sé, Sumários de Lousada...* (IX e último volume).

GRADES DE LISBOA — pelo Dr. *Jaime Lopes Dias*.

LISBOA — Oito Séculos de História — em 21 fascículos, sob a direcção de *Gustavo de Matos Sequeira* e com a colaboração literária de escritores da especialidade.

PLANTAS TOPOGRÁFICAS DE LISBOA — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva*.

S. JOÃO DE BRITO — pelo Dr. *Marinho da Silva*.

Outras Publicações Culturais:

CASAS DA CÂMARA DE LISBOA — por *Luis Pastor de Macedo* e *Norberto de Araújo*.

A CERCA FERNANDINA (2 vols.) — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva*.

COLECTÁNEA OLISIPONENSE (1.º vol.) — por *J. M. Cordeiro de Sousa*.

A CRUZADA — por *José Augusto de Oliveira*.

DISPERSOS (1.º vol.) — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva*.

FEIRAS E OUTROS DIVERTIMENTOS DE LISBOA — por *Mário Costa*.

A FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE S. TIAGO (2 vols.) — por *Ferreira de Andrade*.

A FREGUESIA DE SANTA CRUZ DA ALCAÇOVA DE LISBOA — por *Ferreira de Andrade*.

AS FREGUESIAS DE LISBOA — pelo Eng. *Augusto Vieira da Silva*.

O DRAMA DE GOMES LEAL — por *Mário Sampaio Ribeiro*.

ENSAIOS DE KANT A PROPÓSITO DO TERRAMOTO DE 1755 — tradução do Dr. *Luís Silveira*.

HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS RELIGIOSAS DE LISBOA (vol. 1.º).

INVENTÁRIO DE LISBOA (fasc. 1 a 11) — por *Norberto de Araújo*.

JARDINS E PALÁCIO DOS MARQUESES DE FRONTEIRA — por *Cassiano Neves*.

D. JOÃO V — Conferências e Estudos Comemorativos do 2.º Centário da Sua Morte (1750-1950).

LISBOA ANTIGA — O Bairro Alto (vols. 1.º e 2.º) — por *Júlio de Castilho*.

LISBOA VELHA — por *Sousa Bastos*, com as notações de *Gustavo de Matos Sequeira*.

O NOME DE LISBOA — por *Arlindo de Sousa*.

ORIGEM DE LISBOA — por *Arlindo de Sousa*.

REVISTA MUNICIPAL — da direcção do Dr. *Jaime Lopes Dias*.

Ao Grupo "Amigos de Lisboa"

no seu 20.º Aniversário

os Parabéns do

Grémio Nacional de Editores e Livreiros

«Os amigos dos nossos amigos, nossos amigos são», diz um velho aforismo popular.

Sendo em Lisboa a sede do Grémio, terá o Grémio de ser amigo da cidade que o acolhe. Os livreiros devem também ser amigos do Grémio que os representa e que por eles vela. Portanto, se os livreiros são amigos do Grémio, se o Grémio é amigo de Lisboa, os livreiros são também amigos de Lisboa.

Por outro lado, se os componentes do Grupo «Amigos de Lisboa» são amigos de Lisboa, são também amigos do Grémio dos livreiros.

Em conclusão: Grupo «Amigos de Lisboa» e seus filiados, Grémio e seus agremiados, são todos amigos de Lisboa; consequentemente são todos amigos uns dos outros.

Eis aqui, portanto, um teorema fácil de demonstrar e que poderá ser representado por uma fórmula tendo por factor comum «Lisboa». *Quod erat demonstrandum...*

É este o motivo pelo qual o 20.º aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa» não pode passar indiferente ao Grémio. Por isso o Grémio se fez representar no jantar comemorativo das 20 Primaveras pelo querido amigo Augusto Petrony. Por isso o Grémio se associa aos festejos do Grupo na celebração do último ano da sua menoridade. Sim, porque, no próximo ano, atinge o Grupo os 21 anos, ou seja a maioridade.

Como bons amigos que são, Grupo e Grémio já têm convivido e confraternizado. A Feira do Livro é exemplo frizante. Organizada pelo Grémio, tem contado sempre com a honrosa presença do Grupo que, em instalação própria, cumpre a sua missão cultural de divulgação da bibliografia lisiponense.

Vem de longe essa confraternização; evocamo-la nestas páginas reproduzindo algumas gravuras que, pela antiguidade, já têm sabor histórico para a reconstituição da História da nossa querida Lisboa, dessa *que nasceu, pertinho do Céu...*



QUINTA-FEIRA
Lisboa-25 de Abril de 1940

5 TOSTÕES

14.º ANO

sempre 727
fixe semanário
humorístico

PROPRIEDADE
RENASCENÇA GRAFICA
S. A. R. L.
RUA LUZ SORIANO, 44

DIRECTOR E EDITOR
PEDRO BORDALLO

ADMINISTRAÇÃO
REDACÇÃO E OFICINAS
TEL. 2 0271, 2 0272 e 2 0273
RUA DA ROSA, 57

ULTIMA NOVIDADE LITERARIA



A "Parceria Directiva do Grémio" apresenta êste ano o X volume da "Feira do Livro".

A Feira do Livro de 1940 inspirou o lápis humorístico de Valença com o gracioso comentário desta página

A FEIRA DO LIVRO — *CASO DO DIA*

na

Emissora Nacional

«As barracas da Feira do Livro fazem parte da fisionomia primaveril da Capital. Quando chega a Primavera o livro desce à rua, mete-se com quem passa, torna-se acessível e mais atraente.

Primeiro, há já doze anos, as barracas levantaram-se no Rossio, em volta da estátua, junto aos lagos, na sua cantiga molhada de sempre.

Alguns anos depois, a Feira — cada vez maior, mais no gosto do público — mudou-se para o primeiro talhão da Avenida. Lá está à sua espera, caro ouvinte, até sábado que vem...

Foi um velho almirante, que era uma simpatia e tinha da vida uma visão feliz e optimista, quem teve a ideia de trazer a Feira até Lisboa.»

Eduardo de Noronha



Os extremos literários tocaram-se afectuosamente na Feira do Livro. Eduardo de Noronha, o mais velho escritor, foi saudado por Manuel Magno, o mais «bébé», numa carinhosa homenagem ao glorioso literato—oitenta anos tão viçosos como o cravo que lhe ornamentava o «peito ilustre lusitano».

A engrenagem da consagração funcionou admiravelmente, graças ao «axciten»—de Oliveira, o livreiro, que teve naquela iniciativa a sua melhor «edição».

Com estas palavras celebrou a Emissora Nacional, em 29 de Junho de 1942, a presença, na Feira do Livro, do Escritor Eduardo de Noronha.



Toda a Imprensa registou vivamente, nesse ano, o acontecimento e Francisco Valença, no *Sempre Fixe*, colaborou com a gravura que se reproduz.

Em 1946

a

XVI FEIRA DO LIVRO

teve a colaboração do

Instituto Nacional del Libro Español

em pavilhão especial

Na gravura abaixo vêem-se: o, ao tempo, Ministro da Educação Nacional, Doutor Caeiro da Mata; o Embaixador da Espanha, D. Nicolau Franco, assinando o Livro de Honra, da Feira; o Presidente da República, Marechal Carmona e o livreiro Sr. José Francisco d'Oliveira.



Todos os tabacos da

Companhia Portuguesa de Tabacos

INVICTA - VIC - TIP TOP - SPORTING - TAGUS
PROVISÓRIOS - AVIZ - FRANCÊS - SUPERIOR

são fabricados pelos processos mais modernos, com tabacos escolhidos das melhores procedências

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro — **ESTORIL**

OURO, PRATA E JOIAS BARATISSIMAS

●
Grande sortido de objectos de ouro em 2.^a mão só pelo peso

VENDE

a Antiga Ourivesaria

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Pavilhão dos Ourives - Largo Martim Moniz, Loja 18 - Tel. 28503 - LISBOA

CASA DOS PNEUS

PNEUMÁTICOS E CÂMARAS D'AR
PARA AUTOMÓVEL E CAMION
ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS
RECAUCHUTAGEM · RECHAPAGEM

IMPORTANTE SECÇÃO DE
ARTIGOS DE BORRACHA
ALMOFADAS E COLCHÕES
EM ESPUMA DE BORRACHA

126, RUA DA PRATA, 132

Telef. 2 16 45

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS
E AÉREOS

CARVÃO, SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

A LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm
dado, para os seus
contractos de seguros

Capital e Reservas:

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.^o — LISBOA

OFICINAS
GRAFICAS

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

LISBOA

S. Vicente de Fora

L I V R A R I A
P O R T U G A L

Rua do Carmo, 70

L I S B O A

Telefone P.P.C. 30582, 30583 e 28220

● *LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS*

Serviço rápido de encomendas

Informações Bibliográficas

Dirijam os seus pedidos à

P O R T U G A L

Rua do Carmo, 70 — Lisboa

COMPRAMOS

L I V R O S D E B O N S

A U T O R E S

Grandes e pequenas
quantidades

L I V R A R I A G A R R E T T

Rua Garrett, 36 — LISBOA

C A M I L O
C A S T E L O
B R A N C O



O mais apreciado e o mais por-
tuguês de todos os romancistas

*Edição popular das suas princi-
pais obras em*

30 V O L U M E S

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

C A M I L O

Edições de

Parceria António Maria Pereira

RUA AUGUSTA, 44 A 54

Telef. 31730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

B E R T R A N D (I R M ã O S), L. ^{DA}

R O T O G R A V U R A

F O T O G R A V U R A

F O T O L I T O

T I P O G R A F I A - D E S E N H O

TRAVESSA CONDESSA DO RIO, 7

Telefones 21368, 21227, 30054

DELLY

A Autora mais lida em todo o mundo

A que mais enterece

Do «Diário de Notícias», 1.ª página, de 25 de Abril de 1955:

«Muitos leitores dos honestos romances de «Delly» talvez não saibam que este pseudónimo encobria os escritores Maria Petitjean de la Rosière e seu irmão Frederico. Mortos recentemente, com poucos meses de intervalo um do outro, os dois irmãos legaram os seus direitos de autor à Sociedade de Homens de Letras da França. Esses direitos somaram, só em 1954, importância correspondente na nossa moeda a 2.500 contos.»

O MELHOR BRINDE PARA UMA SENHORA

Uma Mulher Sedutora	Marquesa de Shesbury - III	Tentação Irresistível - I
Por Trás da Máscara - I	Lamentos na Noite	Sonho Desfeito - II
Tesouro Sagrado - II	Miséria Dourada - I	A Chave do Segredo - III
O Segredo da Luzette - I	Marísia - II	O Herdeiro dos Duques de Sailles
Sonho de Amor - II	Magali	A Herança da Gata Borracheira
Deus Dispõe	O Farol da Vida	A Criança Abandonada - I
O Sentimento do Amor	O Rei de Kidji - I	O Príncipe Misterioso - II
Escrava... ou Rainha?	Elfrida - II	O Deus Hindu - III
Entre Duas Almas	Vencido	A Dama de Fogo - IV
O Passado	Frierinha	Acidente Providencial
O Infiel	O Meu Vestido Cor do Céu	Ardil Estranho
A Ondina de Capdeuilles - I	O Drama do Lago das Corças	Sofrer em Silêncio
Um Sonho que Viveu... - II	A Casa dos Rouxinóis	Os Dois Crimes de Tecla
Elsa - I	A Casa do Lis	O Solar das Serpentes
Florita - II	A Cascata Rubra - I	Raça Dominadora
Castelo em Ruínas - III	O Lírio da Montanha - II	A Flor Maligna
Corações Inimigos - I	Mocidade Torturada	
Orieta - II	Sinfonia da Vida	

CADA VALUME 15\$00

O Testamento do Sr. de Erquoy Um Sonho de Cinderela
O Fim duma Valquíria Mitsi

CADA VOLUME... 18\$00

À venda em todas as Livrarias

Edições da

LIVRARIA PROGREDIOR

158, Rua de Passos Manuel, 162 — Telef. 2 32 53 — PORTO

Em depósito: JOSE FRANCISCO D'OLIVEIRA

Praça da Figueira, 5-1.º E. — LISBOA

EDITORA
EDUCAÇÃO NACIONAL

de ADOLFO MACHADO

Rua de Almada, 125

PORTO



ÚLTIMAS EDIÇÕES

Livros de *FULTON SHEEN*, Bispo Auxiliar de Nova Iorque:

O PRIMEIRO AMOR DO MUNDO

Magnífico repositório de valiosíssimas reflexões em torno dos passos fundamentais da vida da Virgem Maria.

ELEVAI OS VOSSOS CORAÇÕES

O diagnóstico dos males que afligem o homem dos nossos tempos e os remédios que o poderão curar.

VALE A PENA VIVER

Conferências pronunciadas na Rádio-televisão de Nova Iorque. Sobre cada assunto — e tantos e tão variados eles são — o lucidíssimo comentário dum dos mais elevados espíritos dos nossos dias.

MARIA WINOWSKA

PADRE PIO, O ESTIGMATIZADO

O Padre Pio é o fenómeno mais assombroso dos nossos dias. Nas páginas deste livro, a autora descreve-nos com emoção a sua figura extraordinária.



À venda em todas as
LIVRARIAS

Depositários em Lisboa:

JOSÉ FRANCISCO D'OLIVEIRA

Praça da Figueira, 5-1.º E. — Tel. 2 96 35

Últimas publicações da

LIVRARIA TAVARES MARTINS

Rua dos Clérigos, 14

P O R T O

DEUS, O HOMEM E O UNIVERSO

colaborado por vários cientistas de renome universal, sob a direcção de Jacques de Bivort de la Saudée. (Colecção «Filosofia e Religião») 2.^a edição 75\$00

FREUD

Estudo crítico da Psicanálise, por Rudolph Allers, da Universidade Católica de Washington (Colecção «Filosofia e Religião») 3.^a edição 35\$00

OS SANTOS VÃO PARA O INFERNO

por Gilbert Gesbron. 2.^a edição... .. 30\$00

JESUS NO SEU TEMPO

por Daniel-Rops, da Academia Francesa. 3.^a edição 80\$00

SANTA TERESHA

por Maxence Van der Meersch. *Novidade* 25\$00

ORIGENS DA CIDADE DO PORTO

por António de Sousa Machado. *Novidade* 25\$00

Á V E N D A
E M T O D A S
A S L I V R A R I A S

Em depósito:

J O S É F R A N C I S C O D ' O L I V E I R A

Praça da Figueira, 5-1.^o E. — Tel. 2 96 35 — LISBOA



ARTE DE VELEJAR

pelo Capitão-Tenente

António Marques Esparteiro

Como se pratica o desporto sadio da vela. Regras que todo o bom velejador deve saber

Preço 40\$00

TERRAS DE MARAVILHA

Os Açores e a Madeira
por Oldemiro César

2.^a edição

Preço 15\$00

VIAGENS por Dr. Luís de Vasconcelos Arruda

Vol. I — *Espanha* — Esc. 25\$00

Vol. II — *França* — Esc. 30\$00

Vol. III — *Itália* — Esc. 30\$00

Vol. IV { *Bélgica*
Holanda
Suiça } Esc. 30\$00

Estes livros, profusamente ilustrados, são imprescindíveis a quem viaja não só pelo agradável das partes literária, histórica e artística, mas muito em especial por servirem de guias aos turistas

LEIA **VIAGENS** e viaje,
ou viaje em espírito **LENDO VIAGENS**

PESCA — Pesca desportiva na água doce
por João da Cruz Viegas (um vol. ilustrado) 15\$00

GENTE QUE PASSA
Crónicas por Folgado da Silveira (um vol.) 15\$00

PAISAGENS DA CHINA E DO JAPÃO
por Wenceslau de Moraes
Contos Fantásticos — Um volume brochado e ilustrado com 78 gravuras e capa com uma linda tricromia, 2.^a ed., últimos exemplares 30\$00

Em depósito

JOSÉ FRANCISCO D'OLIVEIRA
Praça da Figueira, 5-1.^o Esq. • LISBOA • Telefone 2 96 35

CASA PIA ATLÉTICO CLUBE

CONSTITUÍDO exclusivamente por ex-casapianos, o «Casa Pia Atlético Clube», fundado em 3 de Julho de 1920, ainda hoje é considerado um dos mais sólidos baluartes do Desporto puro, visto pelo lado do verdadeiro amadorismo.

Nas suas fileiras militaram nomes cheios de prestígio, qual deles o mais importante no já longo historial do Desporto Português.

Ao princípio, quando se fundou, o «Casa Pia» era um dos maiores entre os grandes; mas, depois, viu-se forçado a deixar passar à frente outras agremiações de maiores possibilidades financeiras, sem nunca, no entanto, deixar de contribuir com importantíssima quota-parte para o prestígio e valorização do Desporto Nacional.

Sempre amparado nas mais sinceras e desinteressadas dedicações, o «Casa Pia» tem inclusivamente lutado com o próprio Destino; e cada palmo de terra do seu Estádio de Pina Manique é um testemunho da maravilhosa mística casapiana que nunca volta a cara quando é necessário trabalhar ou pugnar pela sobrevivência do seu querido clube.

Esta vontade inquebrantável, este «querer» que tantos impossíveis tem tornado possíveis, ainda hão-de conseguir que o «Casa Pia» volte, no futuro, a ocupar o lugar a que lhe dá direito o seu prestigioso passado.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

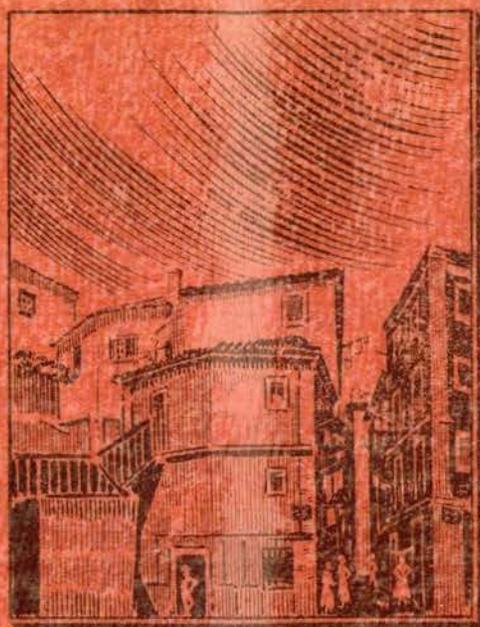
LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE



COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL